

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

ESTUDOS CAMONIANOS

OS LUSIADAS
DE LUIS DE
CAMÕES.

Canto primeiro.



A armas, & os ba-
rões assinalados,
Que da Occidental praya Lusita-
tana,
Por mares nunca de antes na-
vegados,
Passaram, ainda alem da Taprobana,
Em perigos, & guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificarão
Novo Reino, que tanto sublimarão.

COIMBRA—1975

(Página deixada propositadamente em branco)

À Prof. Doutor Walter de Sousa
Medeiros, com a certeza e o
afeto de A. Galvão
10.VIII.1975

ESTUDOS CAMONIANOS

(Página deixada propositadamente em branco)

INSTITUTO DE ALTA CULTURA
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

ESTUDOS
CAMONIANOS



COIMBRA
1975

(Página deixada propositadamente em branco)

PRÓLOGO

1. As Comemorações do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas* proporcionaram o aparecimento de numerosa bibliografia sobre o poema e o seu autor. Alguns dos trabalhos incluídos no presente livro surgiram também por essa altura; outros são anteriores. Agora, porém, foram actualizados para esta edição.

2. Não é tarefa de execução fácil dar conta de toda a bibliografia, nacional e estrangeira, hoje existente sobre *Os Lusíadas*, muita dela, aliás, pouco original e repetitiva, na maior parte dos casos, inconscientemente. A descoberta de que o investigador actual se orgulha é muitas vezes conhecimento antigo, mais ou menos esquecido.

Urge, por isso, organizar uma bibliografia crítica de *Os Lusíadas*, para começar, e depois a de toda a obra camoniana. Essa bibliografia deverá incluir mesmo as publicações sem interesse, com a indicação expressa da sua falta de interesse e porquê. Com efeito, acontece com frequência que, ao fim de muitas horas de busca, se encontra um trabalho, cujo título prometia ampla recompensa ao leitor moderno. E o que se lhe depara? Uma colecção de banalidades, ditas e reditas, ou de afirmações mais ou menos «patrioteiras», declamadas em sessão encomiástica, por exemplo, durante as comemorações de 1880 (1).

3. Um domínio em que mais novidades têm aparecido é o das fontes do poema: campo inexaurível, porque as leituras de Luís de Camões foram muitas, tanto de autores antigos, como de seus contemporâneos, e estes, com frequência, veiculavam factos, nomes, ideias, sem que o poeta tivesse necessidade de ler no original tudo quanto apreendeu em anos de leitura inteligente, auxiliada por memória poderosa.

Nos últimos tempos, têm sido particularmente insistentes os esforços para mostrar em *Os Lusíadas* o eco de poetas épicos menos conhecidos, como Valério Flaco⁽²⁾, que, de algum modo, contrabalancem a influência dominante de Virgílio.

4. Mas continua a ser necessário um melhor conhecimento das leituras dos contemporâneos de Camões e dos seus mestres, de homens como André de Resende, que foram os educadores daqueles que ainda não tinham trinta anos, à roda de 1550. Esse estudo hoje não é fácil, porque a bibliografia dos humanistas é, em grande parte, escrita em latim, língua quase proscrita entre nós, há muitos anos.

Assim, por exemplo, vejamos o caso do texto de Plínio em que André de Resende se fundou para criar a palavra *Lusíadas*, cuja invenção é incontestavelmente sua.

A questão não pode ser posta nos termos em que a colocou o Professor José Maria Rodrigues⁽³⁾: «Foi André de Resende quem teve a responsabilidade desta alteração. Em primeiro lugar foi-se às palavras de Varrão, transcritas por Plínio (*Lusum enim Liberi patris aut lyssam cum eo bacchantium nomen dedisse Lusitaniae*), transformou os nomes comuns *lusum* e *lyssam* em nomes próprios, mudou o genitivo do plural *bacchantium* para acusativo do singular e depois comentou (...)».

Ora as coisas não se passaram assim. Se consultarmos as edições de Plínio, correntes em 1531, quando Resende empregou pela primeira vez, num poema latino⁽⁴⁾, a palavra *Lusiadae*, verificaremos que nelas *lusus* e *lysa* são nomes próprios e que o particípio presente do verbo *bacchari* se encontra no acusativo (*bacchantem*) e não no genitivo do plural (*bacchantium*), como quer o grande camonista.

Seja a edição do impressor Froben, de Basileia, datada de 1525: «Lusum enim Liberi patris ac Lysam cum eo bacchantem, nomen dedisse Lusitaniae, et Pana praefectum eius».

Ainda na edição de 1539, do mesmo Froben⁽⁵⁾, que citarei um pouco mais extensamente, por ser idêntico o texto que traduzo na página 12 do presente livro: «In uniuersam Hispaniam M. Varro peruenisse Iberos et Persas et Phoenicas, Celtasque et Poenos tradit. Lusum enim Liberi patris ac Lysam cum eo bacchantem, nomen dedisse Lusitaniae et Pana praefectum eius uniuersae».

Mas já na edição de 1549, também de Froben, o texto é o corrente hoje: «Lusum enim Liberi patris aut lysam cum eo bacchantium...».

5. Também o nome de «Adamastor», que tem servido para acusar Camões de saber pouco ou nenhum grego⁽⁶⁾, era o corrente no dicionário de Latim mais usado em Portugal no seu tempo.

6. Apraz-me registar aqui que as grandes bibliotecas, onde se encontram estes livros que precisam de ser relidos para um melhor conhecimento de Camões e da cultura portuguesa do século XVI, se não situam apenas na Europa ou nos Estados Unidos da América.

Recordo-me da emoção com que, em Março de 1972, consultei na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro obras do século XVI, em latim, que em vão procurara em Portugal. Oxalá, alguém venha a poder aproveitá-las!

7. Também no Rio de Janeiro vi o famoso exemplar de *Os Lusíadas*, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, depois de ter sido tesouro tão estimado do Imperador D. Pedro II, que, de todos os seus bens, foi o único que pediu, ao partir para o exílio. Conheço a sua história, contada por Afrânio Peixoto ⁷.

Será difícil provar se esteve na posse, ou não, de Luís de Camões, como o pertence nele inscrito parece indicar. Mas uma coisa é certa: a tradição de que fora propriedade de Luís de Camões era corrente em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

Com efeito, o Professor S. George West ⁽⁸⁾ mencionou, há pouco, que William Julius Mickle, o tradutor inglês de *Os Lusíadas*, durante a sua estadia em Lisboa, em 1779, visitou na companhia do Abade Correia da Serra «o convento da Estrela onde viu a primeira edição de *Os Lusíadas* com a própria letra de Camões na margem ⁽⁹⁾». Mickle nas suas notas acrescenta: «10 anos concedidos a Camões & o direito de autor».

Creio que este exemplar visto por Mickle no convento da Estrela é o mesmo que Sebastião Francisco de Mendo Trigoso viu no convento de São Bento da Saúde e de que trata em *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo VIII, i, p. 178, publicado em 1823. Foi este exemplar, que, através de circunstâncias várias, narradas por Afrânio Peixoto no livro referido, veio a pertencer ao Imperador D. Pedro II.

É certo que o convento não é o mesmo, mas não é difícil que Mickle se enganasse no nome, tanto mais que parece haver alguma hesitação nas suas notas

(a repetição de «to»), e, por outro lado, os dois edifícios ficavam próximos e pertenciam à mesma comunidade. Quanto ao volume de *Os Lusíadas*, inclina-me a supor que se trata de um só, e o mesmo, a indicação de que o livro visto por Mickle tinha a letra de Camões, naturalmente reconhecível pela hipotética assinatura, e a referência aos 10 anos de direito de autor.

Na verdade, a assinatura no exemplar do imperador, hoje na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, encontra-se na página em que vem o alvará real da licença de impressão e o privilégio do exclusivo da impressão e venda por dez anos, passado a favor de Luís de Camões.

8. Os trabalhos incluídos no presente volume têm a seguinte proveniência:

«I. A tradição clássica em *Os Lusíadas*» foi publicado no volume *XLVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Ciclo de lições comemorativas do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas»*, Lisboa, 1972. Saiu também nas revistas *Romanitas*, Ano XIV, vol. 11, Rio de Janeiro, 1972; e *Labor*, Ano XXXVI (4.^a Série), n.º 309, Aveiro, 1973. E em tradução inglesa em *The Journal of the American Portuguese Society*, vol. VIII, n.º 1, New York, Spring-Summer, 1974.

«II. Sobre o nome de *Adamastor*» saiu em *Garcia de Orta. Revista da Junta de Investigações do Ultramar*, número especial, Lisboa, 1972.

«III. As fontes greco-latinas do *Adamastor*», foi inicialmente publicado em *Panorama*, n.º 42/43, IV Série, Lisboa, 1972.

«IV. O mito de Actéon em Camões» apareceu em *Humanitas XIX-XX*, Coimbra, 1967-68.

«V. A Ilha dos Amores e o Inferno Virgiliano» foi editado na revista *Humanitas XXIII-XXIV*, Coimbra,

1971-72; e também nas *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Lisboa, 1973.

«VI. Para a iconografia de Luís de Camões» saiu em *Panorama*, n.º 29/IV Série, Lisboa, 1969.

«VII. Joaquim Nabuco e Camões» é o texto de uma conferência pronunciada na New York University e na Columbia University, ambas em Nova Iorque, no ano lectivo de 1961-62, e editada em livro, como suplemento de *Brasília XI*, em Coimbra, em 1962.

«VIII. Varia Camoneana»: as recensões dos livros de Leonard Bacon e de Gilberto Freyre saíram em *Humanitas XIII-XIV*, Coimbra, 1960-61; a notícia comentada «Os Classicistas e Os *Lusíadas*» apareceu em *Humanitas XXIII-XXIV*, Coimbra, 1971-72.

Pela permissão da inclusão das reproduções fotográficas do capítulo IV, agradeço às direcções dos museus, nelas citados, em especial à do Musée des Beaux-Arts, de Ruão, e a P. M. Bardi, director do Museu de Arte de São Paulo. E à City of Manchester Art Gallery a autorização para reproduzir a fotografia do retrato de Camões de William Blake.

Ajudou-me na revisão das provas a Lic.ª Maria Georgina Trigo Ferreira, conservadora do Arquivo da Universidade de Coimbra. Fez o índice onomástico a Lic.ª Maria de Fátima de Sousa e Silva, assistente da Faculdade de Letras da mesma Universidade. A ambas exprimo aqui os meus melhores agradecimentos.

Coimbra, 2 de Julho de 1975

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

NOTAS

(1) É o caso de M. EMILIO DANTAS, *Parallelo entre Virgilio e Camões*. Porto, 1880.

(2) Cf. JOAQUIM LOURENÇO DE CARVALHO, «Camões e Valério Flaco», *Euphrosyne*, Nova Série, IV, Lisboa, 1970, pp. 195-202. O autor aprecia criticamente estudos de H. Houwens Post e António Salgado Júnior.

(3) *A propósito da palavra Lusíadas*, separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras*, tomo III, Lisboa, 1938, p. 4.

Nesta separata vem publicada a comunicação que o insigne camonista fez à Academia, na sessão de 24 de Março de 1938, constante de quatro notas com os seguintes títulos: I. Lusitanos e Lusíadas; II. Tropelias dos Etimologistas e dos Mitólogos; III. As ninfas do rio Lousios e os Lusíadas da Lusitânia; IV. Lusíadas e Lysíadas.

Embora discorde do grande mestre no passo citado, dou-lhe a minha inteira concordância no que diz na nota III: «(...) as ninfas do Lousios ou Lúsios não tinham absolutamente nada que ver com os habitantes da Lusitânia...» (p. 6). Ver adiante o capítulo I, nota 13.

(4) Cf. cap. I, p. 14.

(5) *C. Plinii Secundi Historiae Mundi Libri XXXVII, ex postrema ad uetustos codices collatione, cum Annotationibus et Indice*, Basileae, In Officina Frobeniana, MDXXXIX, p. 33.

(6) Cf. o cap. II, pp. 37-40.

(7) «Os Lusíadas de D. Pedro II», in *Ensaio Camonianos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 367-383.

(8) «The Visit to Portugal in 1779-1780 of William Julius Mickle, translator of *Os Lusíadas*», *Garcia de Orta*, n.º especial, Lisboa, 1972, p. 600.

(9) O meu prezado amigo George West teve a gentileza de me enviar, em resposta a carta minha, o texto da redacção original do diário de Mickle: «[Lisbon, 1779, December] 27 Monday, went with Sen.ª Correa to to (*sic*) the Convent de Estrella, where saw the first Edit. of the *Lusíad* with Camoens's own hand writing on the margin. 10 years allowed to Camoens & copy right».

I

A TRADIÇÃO CLÁSSICA EM OS *LUSÍADAS*

O problema da tradição clássica em Camões tem sido tratado de variadas maneiras, na sua maior parte em estilo de «investigação de fontes» (*Quellenforschung*). Muito antes da existência da palavra, já Faria e Sousa fez exaustivamente o estudo, para cada passo, e quase para cada verso, dos autores antigos e modernos que Camões podia ter lido em cada caso particular, as fontes onde podia ter colhido uma sugestão, uma pista, um indício. Geralmente, exagerou, muitas vezes acertou e outras ainda errou.

Não vou, portanto, imitar o devotado crítico seiscentista de Camões, nem rever, de modo mais genérico, o problema das influências clássicas no poeta. Tomarei aqui «tradição clássica» no sentido do título *The Classical Tradition* de Gilbert Highet, onde Camões e *Os Lusíadas* são mencionados, embora de passagem, mas alargarei o conceito de tradição clássica de modo a incluir os humanistas que Camões podia ter lido no seu tempo. É preciso não esquecer que, além de línguas modernas como o português, o castelhano e o italiano, e talvez mais do que todas elas juntas, foi a língua mãe — o latim — o principal meio de aquisição de cultura para o estudioso que toda

a vida há-de ter sido Luís de Camões. E isto, mesmo quando se encontrava em Ceuta ou em Goa, onde, posso garanti-lo, não faltavam livros nem homens que os lessem.

Deter-me-ei um pouco neste ponto.

André Falcão de Resende⁽¹⁾ foi amigo de Camões. Deviam ser ambos mais ou menos da mesma idade, pois Falcão de Resende nasceu em Évora, em 1527. Ter-se-ão conhecido, quer directamente, quer por intermédio de Heitor da Silveira, concunhado de André Falcão. Ora Heitor da Silveira foi poeta, amigo e companheiro de Camões no Oriente. Também aquele irmão a quem André, à roda de 1580, dedica a Sátira «A António de Resende, seu irmão, morador na Índia» pode muito bem ser o Senhor António de Resende, mencionado muitos anos atrás na carta camoniana que chegou até nós.

Falcão de Resende escreveu na «Satyra II. A Luiz de Camões» (p. 283), uma longa queixa dos males que afligiam os homens de letras nos anos setenta do século xv, entre o ambiente materializado que os rodeava e no meio da incompreensão geral. André Falcão procede indirectamente, dando a palavra à multidão ignara, numa longa diatribe, de que citarei apenas alguns versos:

*Logo algum vil esp'rito o nota e acusa:
Vedes o triste (diz aos do seu bando),
Que é bacharel latino, e nada presta,
É poeta o coitado, é monstro nefando.
Na noite, que mal dorme, ou ardente sesta,
Compõe sonetos por seu passatempo,
E sua pequice em versos manifesta.*

Dos hendecassílabos citados, e dos restantes que não citei, pode concluir-se sem risco de ser chamado fantasma, que o poeta cujas agruras são descritas não é um

qualquer, mas sobretudo o próprio Camões. Falcão de Resende também era poeta, mas preparava-se para exercer funções públicas, pois se licenciara em Cânones em Coimbra e iniciara, embora tarde, uma carreira jurídica que estava em curso, quando escrevia estes versos. Portanto, era ao seu amigo Camões que devia referir-se, quando fala do «triste ... / que é bacharel latino, e nada presta, / É poeta o coitado, é monstro nefando».

Tiremos daqui a nota de que o poeta em questão é «bacharel latino» (2), pois isso mesmo era Camões, segundo creio. Faltam registos dos seus estudos em Coimbra, onde a Universidade voltara em 1537, mas as disciplinas de *Humanidades* no mosteiro de Santa Cruz, onde Camões tinha um ou mais parentes, possuíam um nível superior, antes ainda do regresso do Estudo Geral à cidade do Mondego. Todavia, a actividade universitária, depois de 1537, muito ligada aliás a Santa Cruz, deve ter constituído um novo incentivo, e foi neste período provavelmente que Camões viveu em Coimbra, pois a ideia de uma cultura superior ligava-se no seu espírito a esta cidade, como mostra a estância 97 do canto III, sobre o rei D. Dinis:

*Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
O valeroso ofício de Minerva
E de Heliconas as Musas fez passar-se
A pisar do Mondego a fértil erva.
Quanto pode de Atenas desejar-se,
Tudo o soberbo Apolo aqui reserva,
Aqui as capelas dá tecidas de ouro,
Do bácaro e do sempre verde louro.*

A fundação da universidade portuguesa em Coimbra não é talvez proselitismo em favor da «alma mater Conimbrigensis», apesar de a Universidade, criada em Lisboa

em 1290, só em 1307 ter sido transferida para Coimbra pelo fundador. É certamente reflexo da informação corrente ao tempo, pois dela se faz eco Rui de Pina, na *Crónica de D. Dinis*. E ainda no período a seguir à queda de Pombal, em 1778, Frei José de Santa Rita Durão,⁽³⁾ o do *Caramuru*, em oração de Sapiência na Universidade de Coimbra, considerava o Estudo Geral como inicialmente fundado na cidade do Mondego.

Os comentadores, a partir do alemão Wilhelm Storck, a propósito dos dois versos finais da estância 97 (*Aqui as capelas dá tecidas de ouro / Do bácaro e do sempre verde louro*), sugerem que há neste passo não só alusão a símbolos universitários, e a alusão é indiscutível, como também uma descrição etimológica do grau de bacharel, do latim medieval, *baccalaureus*, naquela referência ao «bácaro» e ao «louro». Se tal era a intenção do poeta, teremos assim mais uma possível referência ao seu grau de «bacharel latino» ou «bacharel em Artes». Aliás, Falcão de Resende a quem pertence a designação de «bacharel latino» na Sátira dedicada a Camões, fora também bacharel em Artes pela Universidade de Évora, fundada em 1559, e mais tarde licenciara-se em Direito Canónico, para seguir carreira mais rendosa que a de professor de Humanidades.

Disse, atrás, que mesmo em cidades ultramarinas como Ceuta ou Goa, o poeta não ficara desprovido de livros e do convívio dos homens cultos. Para documentar esta minha afirmação, recordarei brevemente que Jerónimo Münzer, que esteve em Portugal em 1494, assinala no seu mau latim que o rei D. João II «plures pueros in Lisbona et toto regno facit discere Latinum, scribere, legere et legem Christianam exercere»⁽⁴⁾, isto é, «manda que muitos meninos, em Lisboa e em todo o reino, aprendam latim, escrever, ler e praticar a doutrina cristã». Estes meninos de que Münzer ou o Dr. Monetarius fala,

são negrinhos que o rei devolverá em seguida aos seus países de origem, em África.

E o humanista Cataldo Sículo, a quem Münzer deve estas informações, numa carta inserta no livro I das suas próprias *Epistolae*, cuja impressão foi concluída em Lisboa, a 21 de Fevereiro de 1500, dirigindo-se a um dos capitães do Norte de África, felicita-o por não descurar o estudo entre o fragor das armas («*Illud prae omnibus miror quod inter strepitus inimicorumque frequentissimas astutias a litterarum studiis curas non flectas*», fol. gvj v.º). Fora o caso que Martim de Sousa havia mandado seguir da Europa, à sua própria custa, um mestre que ensinasse Humanidades aos jovens guerreiros que se encontravam no Algarve de além-mar. Era isto em 1499.

No meu livro *Estudos sobre a Época do Renascimento*, tive ocasião de mostrar, com exemplos, a avidez intelectual que caracterizava os portugueses com quem Cataldo Sículo⁽⁵⁾, entre nós desde 1485, esteve em contacto, testemunhada pela sua correspondência.

Sobre Goa, onde Camões viveu depois de 1553, bastará notar que aí se reuniram muitos portugueses cultos, por essa altura: dos poetas, há testemunho na própria lírica de Camões; dos sábios, bastará citar Garcia de Orta, para quem o poeta escreveu uma apresentação em verso; dos humanistas, não havia falta seguramente, sem falar nos jesuítas que se esforçavam por tornar o Colégio de São Paulo, em Goa, num rival do Colégio de Coimbra, o primeiro que a Ordem teve em todo o mundo. Em 1562 e 1563, anos em que Camões estanciou no Oriente, houve em Goa representações dramáticas em latim. Desde 1556, aí funcionava uma tipografia. Em meados do séc. XVI, o ambiente cultural é variado e menos sujeito à vigilância da ortodoxia oficial, do que na metrópole: Diogo do Couto, o historiador, mais tarde companheiro de viagem de regresso de Camões, conta que na Índia manteve relações de amizade

com um mouro, por terem ambos italiano e Diogo do Couto lhe ter mostrado «Dante, Petrarca e Bembo» (6). Assim, entre os judeus portugueses, exilados na Europa, algum terá pensado em ir para Goa, como aconteceu com Didacus Pyrrhus Lusitanus, ou Diogo Pires, inspirado poeta novilatino, que numa carta em que defendia os seus compatriotas, dirigida ao historiador Paulo Jóvio, em Fevereiro de 1547, lhe falava da Índia como refúgio dos infelizes (7).

Mas voltemos aos anos de escolaridade de Camões. Estamos hoje em condições de conhecer melhor o ambiente cultural em que o poeta se formou. De há vinte anos a esta parte, têm sido publicados em Portugal numerosos textos latinos de humanistas, com tradução e comentário. Como os historiadores da cultura nem sempre sabem latim, pelo menos em Portugal, em regra são diferentes o tradutor e o comentador, mas a verdade é que um enorme progresso foi realizado, no conhecimento da cultura literária do século XVI, desde que esses textos, muito raros, foram postos à disposição do estudioso comum.

Também o estudo da figura e da obra de Cataldo Sículo, o introdutor do Humanismo em Portugal, veio permitir um melhor conhecimento do ambiente cultural da corte portuguesa, nos finais do século XV e nos primeiros vinte anos do século XVI.

Para não me repetir, deixarei Cataldo, sobre quem escrevi no livro já referido, *Estudos sobre a Época do Renascimento*. Irei buscar, em sua vez, um fidalgo por quem Cataldo Sículo professava grande admiração, numa carta dirigida ao seu discípulo D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim. O aristocrata referido é João Rodrigues de Sá de Meneses, nascido possivelmente em 1486 ou 1487 e falecido em 1579 (8). A tradição atribuía-lhe mais de cem anos de vida, cerca de 115, mas não chegou de facto a viver um século. Em qualquer caso, a sua longa vida

permitiu-lhe conviver com Cataldo e ser contemporâneo da publicação de *Os Lusíadas*.

Em 1527, compôs um diálogo latino, à maneira ciceroniana, intitulado *Eruta a latebris et in lucem producta Platanus, ostensumque eam apud nostrates hodie reperiri deque ea inibi nonnulla* ou seja *O Plátano arrancado das trevas e trazido à luz. Mostra-se que ele existe entre nós e mais alguma coisa a seu respeito*. Este tratado encontra-se manuscrito na Biblioteca Municipal de Évora e tem sido objecto de estudo no Seminário que dirige na Faculdade de Letras de Coimbra.

São interlocutores do *De Platano*, o autor, João Rodrigues de Sá de Meneses, D. Miguel da Silva, então (em 1527) bispo designado de Viseu, e Jorge Coelho, humanista e futuro secretário latino do cardeal infante D. Henrique.

O assunto do diálogo é a demonstração, por parte de Sá de Meneses, da existência em Portugal do «plátano», árvore ornamental entre gregos e latinos, muito citada literariamente, que então se considerava desaparecida. O texto inicial de 1527, isto é, dos anos da primeira infância de Camões, dá-nos a amplitude dos interesses culturais destes homens a quem eram familiares os autores gregos e latinos e os humanistas europeus contemporâneos. Em 1536, o texto do *De Platano* veio à mão do professor de Oratória, «rhetor conimbriensis», no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e depois na Universidade, «Ioannes Ferdinandus», ou seja, o sevilhano Juan Fernández, que dirigirá uma carta a Sá de Meneses, contraditando, erradamente, a identificação do «plátano». Sá de Meneses respondeu com outra carta que veio ampliar e enriquecer o *Liber de Platano*. Aí, aos testemunhos anteriores acrescenta o do marquês de Vila Real, isto é, D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, que sucedera no marquesado a seu pai, em 1524. São repetidos de mistura autores clássicos e humanistas, como na parte escrita em 1527,

por exemplo, Dioscórides, Pompónio Mela, Estrabão, Nicandro, Varrão, Virgílio, Plínio, Macróbio, entre gregos e latinos, e Eneias Sílvio, Flávio Biondo, Hermolao Bárbaro, Marcelo Virgílio, Pontano, Nebrija, Célio Rodigino, entre os humanistas.

O tratado *De Platano* evidencia uma atitude mental de indagação e dúvida metódica, características na Antiguidade, dos filósofos académicos, segundo Cícero que é devidamente citado a este respeito; revela o tratado ainda preocupações científicas, éticas e culturais que vamos encontrar igualmente em *Os Lusíadas* quarenta anos mais tarde. Acresce que João Rodrigues de Sá de Meneses não era um humanista profissional, como também o não era Camões, pertencia igualmente à nobreza, embora mais afortunada, foi militar, administrador, diplomata e poeta, em latim e em português.

A leitura destes textos latinos do século XVI permite antedatar fenómenos e atitudes sociais só revelados mais tarde na literatura em vernáculo.

Assim, o clima épico que costuma assinalar-se pelo meado do século XVI e as correlativas queixas de que os portugueses não sabem valorizar para a posteridade a gesta heróica que estão vivendo, encontram-se em latim ainda antes do final do século XV. Com efeito, entre 1495, data da subida ao trono do rei D. Manuel, e 1499, ano em que faleceu o camareiro-mor e colação do rei, o nobre D. João Manuel, escreveu Cataldo Sículo uma carta ao soberano, que anda no primeiro livro das *Epistolae*, publicado, como já dissemos, em 1500. E aí deixou as seguintes palavras: «Celebrant Aenean, quod bis denis biremibus a Phrygia in Italiam tandem uenerit. Et cur non immortalibus laudibus extollant maiores tuos? qui nauibus quater centum et pluribus in Africam contra Mauros saepius traicerunt, duobus alteris inimicis, longo loci interuallo,

marique medio obstantibus, nullo unquam christianorum principe praesidium ferente» ou, em tradução, «celebram Encias, que em vinte birremes veio da Frígia para a Itália. E porque não hão-de exaltar com louvores imortais os teus antepassados que em quatrocentos navios e mais, com maior frequência, passaram contra os mouros em África, apesar de dois outros inimigos que se opunham, a saber, a distância e o mar, e sem que alguma vez príncipe cristão os auxiliasse?».

E em 18 de Outubro de 1504, na abertura solene das aulas na Universidade de Lisboa, perante o rei D. Manuel, o jovem conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses ⁽⁹⁾, que já atrás mencionámos, declarava que os historiadores futuros haviam de encontrar «nas acções tanto da África como da Ásia não um, mas vários Aquiles, Heitores, Epaminondas; vários Décios, vários Cipiões, Marcelos, Camilos (...). E se o nosso povo tivesse algum dia encontrado tais escritores quais os de Roma e da Grécia no seu apogeu, ler-se-ia a respeito dele com não menos interesse e louvor do que se lê a respeito desses que nomeei», ou no texto latino, «In rebus enim tam Africanis quam Asiaticis non unum sed plures inuenient Achilles, Hectores, Epaminondas, plures Decios, plures Scipiones, Marcellos, Camillos (...) Et certe si tales scriptores quales Roma et Graecia, cum florebant, habuerunt, gens nostra aliquando fuisset nacta, non minore studio laudeque legeretur, quam ii ipsi quos nominauí, leguntur» (*Ep. II*, Eij v.º = fol. 44).

Escusado será dizer que os heróis gregos e romanos do conde de Alcoutim em 1504 são heróis camonianos, sessenta e oito anos mais tarde.

A tradição medieval ignorava a relação entre a «Lusitania» dos romanos e o moderno Portugal. Assim acontece no *Orto do Esposo* ou no *Livro dos Offícios* do Infante D. Pedro, este último tradução do tratado ciceroniano *De Officiis*.

São os humanistas quem faz a identificação nobilitante dos portugueses com os Lusitani que tanto trabalho, vidas e dinheiro custaram a Roma até ser capaz de dominá-los e incluí-los no Império.

O professor Costa Pimpão na sua *Idade Média* (2.ª ed., 1959, p. 332) faz notar que Luís Anriques, poeta do *Cancioneiro Geral*, usa as palavras «Lusitânia» e «Lusitanos», num pranto à morte de D. João II, escrito, portanto, depois de 1495. Mas já em Março de 1488, Cataldo explicava na *Oratio habenda coram Carolo, Gallorum rege*: «Nam Portugalia, quae uero et latino vocabulo Lusitania nuncupatur(...)» «Portugal que no verdadeiro vocábulo latino se chama Lusitânia (...)». E, antes dele, na oração que proferiu em latim, em Roma, na presença do Papa Xisto IV, em 31 de Agosto de 1481, um humanista português, o bispo D. Garcia de Menezes, usa repetidamente *Lusitania* e *Lusitani*, ao exaltar os serviços prestados à cristandade pela sua pátria e pelos seus compatriotas. Este discurso, a que já Alexandre Herculano se referiu, está precisando, há muito, de um estudo comparativo para o qual vão aparecendo elementos.

Os humanistas castelhanos como Nebrija, ou italianos ao serviço de Castela como Pedro Mártir d'Anghiera e Lúcio Marineo Sículo, não simpatizavam com esta identificação de Portugal com a *Lusitania*, certamente por motivos idênticos àqueles que levavam os portugueses a individualizar-se com o nome de «Lusitanos», entre o conjunto dos habitantes da Península Ibérica.

Esses motivos eram políticos. Por isso mesmo, a voga da prática humanística de chamar *Lusitania* a Portugal surge nas vésperas da unificação da Península por Castela e quando o país dos reis católicos Fernando e Isabel começa a arrogar-se a posse de toda a Hispania romana, com excepção de Portugal. É então que os portugueses, a quem não agradava a confusão com os outros «Hispani», passam a usar cada vez mais a designação de «Lusitani».

A *Crónica de Cinco Reis*, editada por Magalhães Basto ⁽¹⁰⁾, cuja composição deve ser anterior a esta época, tem uma noção limitada demais do espaço geográfico da Lusitânia: «terra de Lusitania que he alentejo» (p. 60); «(...) a terra de Lusitania que he antre tejo e Guadiana» (p. 110); «(...) em Lusitania que he antre Tejo e Guadiana como ia dissemos em muitos lugares» (p. 115).

Posteriormente, enquanto do lado português se generalizava o prestigioso nome de Lusitânia a todo o território nacional, mesmo à parte a norte do rio Douro que lhe não pertencia outrora, e se esquecia a zona de Castela onde ficava a sua primitiva capital, hoje a cidade de Mérida, os castelhanos iam protestando contra a erupção do nacionalismo individualista dos seus vizinhos. Assim, para citar um exemplo apenas, entre muitos, lembrarei Pedro Mártir d'Anghiera, humanista italiano ao serviço de Castela, e mais castelhanista do que os castelhanos, o qual em 27 de Maio de 1488 escrevia ao Arcebispo de Braga, seu antigo discípulo, o seguinte: «Escreves ter recebido a minha carta e surpreendes-te de que te chame português e não lusitano. (...) Queres que te chame lusitano, mas posso também chamar-te mais geralmente espanhol. A Fernando e Isabel, que possuem o corpo das Espanhas, chamamos reis delas. E não impede, ao darmos-lhes esse nome, que faltem dois deditos a este corpo, a saber, a Navarra e Portugal. Mas não chamaremos ao teu rei soberano da Lusitânia, sendo Portugal uma parte dela. Calcula, ó bracarense, como é extensa a parte de Espanha entre os rios Guadiana e Douro, e como só uma pequena parte desta província vos pertence e fica submetida ao cetro do vosso rei, e deixarás de irritar-te» ⁽¹¹⁾.

Neste pedaço que extractei da carta a D. Jorge da Costa, o humanista italiano exagera o ponto de vista dos seus amos de Castela: nem Portugal é um minúsculo dedo da Península Ibérica, nem é fácil provar que a Lusi-

tânia antiga, situada de facto entre o Douro e o Guadiana, ficava na maior parte fora do território português.

A querela sobre a identificação da Lusitânia com Portugal tem o seu interesse, mas tenciono ocupar-me dela mais demoradamente em outra ocasião. O certo é que no século XVI os portugueses que empregam o latim, em verso ou prosa, sobretudo no estrangeiro, procuram identificar-se como «Lusitani», sejam eles o escritor médico «Amatus Lusitanus», aliás, João Rodrigues de Castelo Branco, ou o poeta, talvez médico também, Didacus Pyrrhus Lusitanus, aliás, Diogo Pires. Para estes dois judeus portugueses, impossibilitados de regressar à pátria, o cognome de «Lusitani» é ainda um pregão de saudade.

A origem de *Lusitania* era matéria divulgada na erudição do tempo. Camões não precisava de ter lido Plínio, *Historia Natural*, livro III.º, cap. 1.º, parágrafo 8.º, para aí encontrar, de acordo com o texto então usual: «Marco Varrão escreve terem vindo à Hispânia, em geral, os Iberos, Persas, Fenícios, Celtas e Cartagineses; e que Luso, filho de Liber Pater, ou Lisa, que em sua companhia celebrava os mistérios de Baco, deram o nome à Lusitânia, e que Pan, seu substituto, o deu a toda a Hispânia».

Esta informação etimológico-mitológica era corrente e andava até por gramáticas, como a de Nebrija, dos finais do séc. XV, ao tempo usada em Portugal, juntamente com as adaptações portuguesas de Pastrana, ainda mais antigas, e com a *Ars Virginis Mariae* de Estêvão Cavaleiro, publicada em 1516.

Na Biblioteca Municipal do Porto, para onde Alexandre Herculano levou muitos dos livros de Santa Cruz de Coimbra, encontrei uma edição de 1534 da *Grammatica Aelii Nebrissensis cum commentariis*. Quando este exemplar corria em Portugal, teria Luís de Camões, entre 7 a 10 anos de idade, se colocarmos o seu nascimento,

segundo as hipóteses mais correntes, entre 1524 e 1527. Era a idade em que uma obra gramatical relativamente desenvolvida andaria nas mãos de uma criança da época que, em regra, começava a aprender latim aos seis anos de idade, como os discípulos nobres de Cataldo, ou ainda antes, como testemunha Clenardo, três decénios e meio mais tarde.

Ora Élio António de Nebrija incluiu na sua obra uma «Elegia de patriae antiquitate et parentibus authoris» em que, descrevendo a localização de Nebrija, sua terra natal, situada na parte castelhana da *Lusitania*, informa:

*Haud procul hinc colitur muro Nebrissa uetusto:
Quam bacchus posuit littus ad oceani.
Namq̄ ferunt semele genitum gangetide victa
Inuasisse feros hesperie populos.
Et socio amisso a quo LUSITANIA nomen
Duxerat: in calpes littora vertit iter.*

«Não longe daqui é habitada Nebrissa, de muros antigos, Nebrissa que Baco fundou à margem do Oceano. Dizem que ele, o filho de Sêmele, depois de vencer a terra do Ganges, atacou os ferozes povos da Hespéria, e que, em seguida à perda do seu aliado, de quem tirara nome a Lusitânia, dirigiu os passos para a costa do Calpe».

Em notas marginais, o Nebrissense explica, comentando a palavra «Lusitania»: «Venisse autem bacchum in hispaniam ... vulgatum est apud poetas et historicos», isto é, «Ter vindo Baco à Hispânia ... é matéria corrente em poetas e historiadores». E em comentário à expressão «Socio amisso», dos seus versos, acrescenta: «Socio amisso. *Lyssia* quo dicta est *lysitania* deinde et ypsilon verso in u, sicut in multis aliis, *lusitania*, etc.», ou seja, «depois da morte do aliado (ou companheiro). *Lyssia* de quem se

chamou em seguida *Lysitania* e, mudado o *i* grego em *u*, como em muitos outros exemplos, *Lusitania*, etc.».

Foi por um processo semelhante, conforme é do conhecimento geral, que André de Resende, em 1531, construiu a partir de *Lusus*, com o sufixo patronímico grego — *ιάδης*, a palavra *Lusiades* ⁽¹²⁾, «descendente de Luso». Anos mais tarde, em 1545, o humanista eborense, em nota ao poema *Vincentius, leuita et martyr*, escreveu, comentando o passo de Plínio: «Quorum uerborum hic est sensus. Lusum Liberi patris filium non autem socium, ut quidam contra loquendi usum interpretantur, una cum Lysa, nimirum Liberi socio, nomen Lusitaniae nostrae dedisse» ou, em português, «O sentido destas palavras é o seguinte: Luso, filho de Liber Pater e não seu companheiro, como alguns, contra o bom uso da linguagem, interpretam, juntamente com Lisa, certamente companheiro de Liber (ou Baco), deram o nome à nossa Lusitânia».

Segundo Epifânio Dias ⁽¹³⁾, que cita o texto de André de Resende, Camões, depois de ler o humanista, teria assentado ideias sobre as relações entre Luso e Liber Pater ou Baco, que lhe permitiram chamar com mais segurança, no canto VIII, estância 3.^a, a Luso «filho e companheiro do Tebano».

Todavia a indecisão do canto III pode também reflectir as naturais dúvidas, que o poeta não oculta, em terreno tão movediço quanto o da genealogia mitológica, popular entre humanistas:

*Esta foi Lusitânia, derivada
De Luso ou Lisa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros,
E nela então os íncolas primeiros.* (III, 21,5-8)

E no canto VIII:

*Este que vês, é Luso, donde a Fama
O nosso Reino Lusitânia chama.*

3. *Foi filho e companheiro do Tebano
Que tam diversas partes conquistou;
Parece vindo ter ao ninho Hispano
Seguindo as armas, que contínuo usou.
Do Douro, Guadiana o campo ufano,
Já dito Elísio, tanto o contentou
Que ali quis dar aos já cansados ossos
Eterna sepultura, e nome aos nossos.*

4. *O ramo que lhe vês, para divisa,
O verde tirso foi de Baco usado;
O qual à nossa idade amostra e avisa
Que foi seu companheiro e filho amado.*

(VIII, 2,7-8; 3; 4,1-4).

O deus Liber Pater ou Baco, a primeira uma designação latina, a segunda grega, era, pois, uma figura mitológica à espera de ser aproveitada num poema que ligasse a Lusitânia e o Oriente. Esta tradição mitológica constituía conhecimento comum e corrente, conforme já tive ocasião de acentuar. Andava até em compêndios de Gramática, segundo atrás mostrei, com textos de Nebrija.

E a expansão portuguesa traz repetidamente ao pensamento dos eruditos contemporâneos reminiscências da Antiguidade Clássica, relativas ao Oriente.

Em 21 de Dezembro de 1507, o cardeal frei Egídio de Viterbo⁽¹⁴⁾ celebra em Roma, perante o Papa Júlio II, a chegada dos portugueses a Ceilão. Exaltando o rei D. Manuel, dele proclama: «(...) naues per altum Oceanum

mittit gentes populosque quaesitum, ad quos perferat christianum nomen: multos id agit annos multo labore, multa impensa: denique uniuersum Africae littus permensus, multis in Indico littore gestis, principibus populisque debellatis, aromatum mercatura Aegypti Syriaeque regi ablata, tandem Taprobanen penetrat, alterum (ut dicit Plinius) orbem terrarum habitam», ou em português, «(...) envia as naus pelo Oceano profundo, à procura de nações e povos a quem possa levar o nome cristão. E assim tem procedido durante muitos anos, com muito trabalho e muita despesa: finalmente, depois de percorrer toda a costa de África, de realizar grandes feitos nas costas do Índico, de arrebatam o negócio das especiarias ao rei do Egipto e da Síria, penetra por fim na Taprobana, considerada — como diz Plínio — um outro orbe da terra».

Notemos bem as palavras do cardeal frei Egídio de Viterbo: ...*tandem Taprobanen penetrat* e comparemos Camões logo na estância I de *Os Lusíadas*:

*Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana.*

A «Taprobana» ou «Ceilão» era considerada por Plínio já parte de um outro mundo, daí o seu valor simbólico para Camões, e a afirmação orgulhosa, mas verdadeira, de que os seus compatriotas «passaram ainda além da Taprobana» (15).

Contemporâneo deste texto é outro de João Poggio Florentino (16), a respeito do mesmo acontecimento histórico: «Quis namque crederet Portugallenses ad Indiae littora uenturos? et, quod mirabilius est atque incredibilius, Taprobanae etiam imperaturos, quam neque Bacchus prius, neque Hercules, neque quisquam alius armis umquam attigisse legitur? Magnus Alexander ille Asiae totius

perdomitor licet Indiam penetrauerit, et ad Gangen usque cum exercitu uictore peruenerit, Taprobanam tamen lacesere non est ausus...» ou traduzindo: «Quem poderia acreditar que os portugueses haviam de chegar às costas da Índia? E, coisa admirável e mais incrível, que haviam de mandar ainda na Taprobana onde, ao que se lê, nem Baco nem Hércules nem qualquer outro antes deles tocaram com as suas armas. O famoso Alexandre, o grande conquistador da Ásia, embora tenha penetrado na Índia, e chegado até o Ganges com o seu exército vencedor, todavia nunca se atreveu a atacar a Taprobana...» O trecho acabado de ler foi já usado pelo Prof. Fidelino de Figueiredo em *A Épica Portuguesa no Século XVI*, publicado em São Paulo, em 1950.

Ainda de Itália, em dedicatória de um livro seu ao rei D. Manuel de Portugal, um Francisco Albertino de Florença, que se apresentava como capelão do cardeal frei Egídio de Viterbo, há pouco citado, escrevia de Roma, a 5 de Fevereiro de 1510: «Alexander ille magnus qui uno non contentus erat orbe, ut noui semper aliquid haberet: in Indiam post alias orbis partes uisas, exercitum perduxit suum: ad quam solum Dionysium prius pertransisse legimus: ut laudis et gloriae cupidus multa perquisiuit et inuestigauit: ut nomen perpetuum esset suum. Vnde merito proclamauit in Achillis tumulo cum in Sigeum uenisset: O felix Achilles cui magni Homeri diuino ingenio et ore cani contigit quod nihil melius est homini mortali, qui ut alios foueret natus est: cuius Alexandri nomen est aeternum (...).» Em tradução: «O famoso Alexandre Magno que se não satisfazia com um continente, na ânsia constante de novidade, depois de vistas outras regiões da terra, conduziu o seu exército à Índia, onde anteriormente só Dioniso tinha penetrado, segundo corre escrito. Desejoso de louvor e glória, muita coisa indagou e investigou para que seu nome fosse per-

pétuo. Por consequência, ao chegar ao túmulo de Aquiles no promontório Sigeu, com razão exclamou: «Ó feliz Aquiles que tiveste a sorte de ser cantado pelo talento e pela voz do grande Homero, porque nada é preferível no homem mortal, nascido para servir os outros! E o nome de Alexandre é eterno...».

O passo ciceroniano de onde o humanista tirou o seu Aquiles no promontório Sigeu foi devidamente identificado pelo Doutor Justino Mendes de Almeida ⁽¹⁷⁾, primeiro editor moderno deste texto, que também apontou os passos camonianos nele sugeridos.

A nós bastar-nos-á aqui, fazendo balanço dos três excertos de humanistas italianos acabados de citar (recordando: Frei Egídio de Viterbo, João Poggio Florentino e Francisco Albertino de Florença), todos provocados pelo mesmo acontecimento, o domínio de Ceilão pelos portugueses, e escritos entre 1505 e 1510, bastar-nos-á — dizia eu — lembrar quanto eles antecipam o universo camoniano de sessenta anos mais tarde: a Taprobana onde não chegaram nem Baco (ou Dioniso), nem Hércules, nem Alexandre; a emulação do Macedónio pela memória de Aquiles, a quem invejava ter tido Homero por cantor:

*Não tinha em tanto os feitos gloriosos
De Aquiles, Alexandro, na peleja,
Quanto de quem o canta os numerosos
Versos: isso só louva, isso deseja.* (V, 93,1-4)

Ideia repetida ⁽¹⁸⁾ nos quatro versos finais do poema, dirigidos a D. Sebastião:

*A minha já estimada e leda Musa
Fico que em todo o mundo de vós cante,
De sorte que Alexandro em vós se veja,
Sem à dita de Aquiles ter enveja.* (X, 156,5-8).

Neste ponto talvez não esteja deslocada uma vista de olhos sobre Baco em *Os Lusíadas*. Já vimos que uma tradição humanística, familiar a Camões desde os livros da infância, fazia de Baco o primeiro conquistador da Índia (19) ao mesmo tempo que assinalava a sua passagem na Lusitânia, cujo nome derivava de Luso, seu filho, ou de Lysa, seu companheiro. Mas, além deste pormenor de arqueologia mítica, que mais sabia Camões do poderoso deus? Provavelmente tudo quanto diz Ovídio nas *Metamorfoses*, pelo menos. E muitas outras referências teria coligido indirectamente, em autores clássicos e em humanistas.

Todavia, o seu Baco, a quem conhece também pelos epítetos de «Tebano», «Lieu» do grego Λυαῖος, «o libertador de cuidados» (com alusão ao vinho), Tioneu de Θύωνη, sobrenome de Sémele, «filho de duas mães» ou *bimatrix*, de Ovídio, o Baco camoniano — dizia — é um deus funcional. Nada tem da divindade a quem eram dedicados mistérios de significado escatológico, num dos cultos mais poderosos e mais difundidos do mundo antigo, cuja simbologia, expressiva de uma vida no Além, aparece na decoração de túmulos e altares, ainda durante muito tempo na era cristã. Não há em Camões, ou antes, no seu Baco, qualquer vislumbre de exaltação dionisíaca, de êxtase, de tensão espiritual que lembre o patrono das grandes representações teatrais atenienses ou das sociedades de actores do mundo romano.

O Baco funcional de Camões serve apenas para polarizar, encarnando-as, o conjunto das dificuldades que vão levantar-se contra os portugueses, os obstáculos ao novo poder chegado ao Oceano Índico, as variadas oposições e traições, movidas por interesses estabelecidos, em risco de insegurança ou desaparecimento.

E Vénus? A Vénus camoniana provém como é sabido, da *Eneida* de Virgílio, onde a deusa favorece e ajuda a realizar a missão que os Fados impõem a Eneias, seu filho.

Num passo muito citado, especialmente no que se refere aos dois versos finais da estância 33 do canto I, Camões explica rapidamente os motivos de simpatia da deusa pelos portugueses:

*Sustentava contra ele Vénus bela,
Afeiçãoada à gente lusitana
Por quantas qualidades via nela
Da antiga, tão amada sua, romana:
Nos fortes corações, na grande estrela
Que mostraram na terra tingitana,
E na língua, na qual, quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a latina.*

Em trabalho publicado há anos (20), mostrei que Vénus em *Os Lusíadas* parece ter relações muito próximas com a pintura veneziana, da época do poeta, e não ser «a Vénus Celestial, nascida do mar da especulação neoplatónica», como diz Kenneth Clark, mas sim a Vénus Natural «de um poeta épico da sensualidade», como foi Ticiano, no dizer do mesmo crítico.

E os outros deuses? O leitor dos poetas e prosadores novilatinos do Renascimento experimenta uma certa surpresa ante as dificuldades que modernamente se levantam sobre a articulação de Paganismo e Cristianismo em *Os Lusíadas*. E os leitores de formação humanística (21), contemporâneos do poeta, ficariam certamente surpreendidos com os rios de tinta que a questão tem feito correr.

Darei apenas dois ou três exemplos de poemas novilatinos, escritos em território português e ligados ao ambiente nacional. No poema de Cataldo, *Angelorum et Musarum Triumphus Gonsaluo Martini filio congratulantium*, ou seja, o *Triunfo dos Anjos e das Musas* (repare-se na simbiose!) que felicitam Gonçalo, filho de Martinho, a Musa Urânia fala assim a D. Mécia, mulher de D. Martinho de Castelo

Branco, conde de Vila Nova de Portimão, consolando-a pela morte de seu filho D. Gonçalo, que o poeta figura entrado no Paraíso:

*Magnas redde Ioui sublato pignore grates
Et Matri Intactae numinibusque Iouis*

«Rende agradecimentos a Júpiter, pela exaltação de teu filho, e a sua Mãe Intacta, e aos numes de Júpiter», querendo naturalmente referir-se a Deus, à Virgem Maria e aos Santos.

Na poesia dos jesuítas do Colégio das Artes de Coimbra, de que tomaram conta em 1555, o Inferno cristão é «Tartara, Tartarea Styx, Tartareae plagae, Orcus», os anjos são «caelites», o céu é o «Olympus» e Deus o «summus Tonans».

Linguagem e atitude idênticas à de Camões nos passos do canto X: «Aqui só verdadeiros, gloriosos / Divos estão...» (82) em que «divos», ou «divi» em latim, é exactamente a palavra renascentista para os «santos»; «E também, porque a santa providência / Que em Júpiter aqui se representa» (83); ou «Quer logo aqui a pintura, que varia, / Agora deleitando, ora ensinando, / Dar-lhe nomes que a antiga Poesia / A seus deuses já dera fabulando; / / Que os anjos da celeste companhia / Deuses o sacro verso está chamando, / Nem nega que esse nome preminente / Também aos maus se dá, mas falsamente» (84).

Neste ponto, esclarece-nos o Doutor José Maria Rodrigues, o poeta pensava talvez num comentário de Santo Agostinho sobre o texto bíblico em que aos anjos bons e maus se chama indistintamente «deuses».

Um outro aspecto da poesia renascentista, tanto em latim como em vulgar, que facilitava esta interpenetração dos dois mundos, cristão e pagão, era sem dúvida o gosto das caracterizações cronológicas com base na astronomia

e na mitologia, pois os deuses da religião olímpica são simultaneamente símbolos astronómicos e os signos do zodíaco estão ligados aos heróis da fábula greco-latina. Como lembra J. Seznec⁽²²⁾, «o leão, por exemplo, é o leão de Nemeia, que foi vencido por Hércules, e o touro é o touro da história de Europa». Acrescentarei que os próprios nomes dos dias da semana só em português e em grego moderno⁽²³⁾ chegaram a ser de todo cristianizados, pois em outras línguas europeias prevaleceu a tradição pagã, não obstante os esforços da Igreja, nos primeiros séculos da sua história, para erradicar deles os deuses do paganismo.

Através da astronomia, os deuses associavam-se aos fenómenos celestes, e isto desde o século v a. C., pelo menos, no que diz respeito a Atenas. Bastava estabelecer uma relação entre esses fenómenos celestes e o destino dos homens, para que os deuses não morressem. Como escreveu o Prof. Martin Nilsson⁽²⁴⁾: «(...) havia os deuses visíveis, os corpos celestes que a mitologia conhecia como deuses, desde tempos antigos. As pessoas estavam prontas a aceitá-los como deuses, para isso chegando que pudessem acreditar na sua interferência na vida humana. Essa foi a lição que a Astrologia ensinou, mas as crenças populares gregas percorreram meio caminho ao seu encontro».

Posteriormente, no conjunto de ideias que se espalham no mundo grego, em seguida à época de Alexandre da Macedónia (m. 323 a. C.), avulta a de um Deus universal. Segundo o P. Festugièrre, em *Épicure et ses Dieux*: «(...) se todos os povos são chamados a fundir-se num mesmo povo, a constituir uma mesma cidade, é que, verdadeiramente, essa cidade existe já: é a Cidade do Mundo, governada pelo Deus cósmico. Os deuses particulares deste ou daquele estado são apenas manifestações locais da mesma e única divindade, espalhada no universo inteiro. Prenúncios desta ideia aparecem já no limiar da

idade helenística. Sabe-se qual havia de ser a sua fortuna. No reinado de Augusto, um templo em Roma constituiu a sua expressão concreta: o Panteão, cuja abóbada imita a esfera celeste» (25).

Pela minha parte, creio possível conciliar aspectos aparentemente contraditórios da actuação dos deuses, num episódio como a Ilha dos Amores, com os dados conhecidos da tradição clássica greco-latina.

Com efeito, havia uma tradição popular e uma tradição racional dos deuses: a primeira é reflectida pelos poetas, em geral, desde Homero; a segunda é a dos filósofos. Estes tinham, há muito, racionalizado os deuses, p. ex., vendo neles mortais promovidos a condição superior, pelos seus méritos. Assim procedeu Evémero, filósofo do 3.º séc. a. C., cuja doutrina foi em Roma exposta por Ênio, um poeta épico. Outras correntes de pensamento, sobretudo a partir do período helenístico, haviam alcançado a noção de uma divindade única, de que os deuses tradicionais eram aspectos particulares.

Camões, cuja formação cristã e concepção moral da vida lhe não deixavam ignorar a posição dos filósofos, também não podia alhear-se da tradição poética greco-latina. Assim, os seus deuses têm as paixões dos homens, como os deuses de Homero, mas são regulados por uma força superior, como em Virgílio. E a mesma divindade, por exemplo, Júpiter, tanto pode revelar a carnalidade dum homem vulgar, sensível aos encantos de uma formosa mulher despida e sedutora (recordo Vénus da entrevista do canto II), como ser uma representação da Santa Providência (X, 83).

Por isso, na Ilha dos Amores, os navegantes divinizados pelos seus feitos, convivem com as ninfas e participam, durante a estadia na ilha encantada, da perene juventude e alegria sensual daquelas deidades. E, como recompensa extraordinária pelo seu feito heróico, são

ainda admitidos a uma contemplação cósmica do Universo que faz lembrar a que Cícero reserva, no *Somnium Scipionis* (26), aos chefes de Estado e benfeitores da Pátria.

É sabido que o *Sonho de Cipião* foi durante séculos a única parte sobrevivente do diálogo ciceroniano *Sobre o Estado* (*De Republica*), atravessando a Idade Média, que muito o admirou, acompanhado por um comentário de Macróbio. Ora este gramático pagão do 5.º século da nossa era, na sua obra *Saturnais*, expõe a teoria solar da mitologia, considerando os deuses representações dos atributos do deus Sol, sob nomes variados. A mesma tendência para o monoteísmo e para a espiritualização do Paganismo é visível nos *Commentarii in Somnium Scipionis*, há pouco mencionados.

Por isso, a proximidade espiritual de Camões com o seu grande modelo latino, Virgílio, é maior do que vulgarmente se julga, não sendo ambos alheios à noção de um ente supremo que rege os destinos do Universo. Tratando de Eneias, herói virgiliano, epónimo da *Eneida*, o poeta de língua inglesa T. S. Eliot escreveu: «(...) tudo quanto ele fez, esteve sujeito ao destino, ou foi consequência de maquinações de deuses que são eles próprios, sentimo-lo nós, apenas instrumentos de um poder insondável que os transcende» (27). Também os deuses camonianos — podemos acrescentar em aditamento a Eliot — não podem esconder «Enfim que o Sumo Deus, que por segundas / / Causas obra no mundo, tudo manda» (X, 85,1-2).

É Tétis quem faz essa revelação ao Gama, na Ilha dos Amores, um pouco indiscretamente talvez, e em possível obediência às recomendações do concílio de Trento, lembradas pelo revisor Frei Bartolomeu Ferreira. Mas, por esse motivo, nem o poeta de *Os Lusíadas* pode ser acusado de incoerência nem ficou diminuída a epopeia genial de Luís de Camões.

NOTAS

(1) Sobre este poeta quinhentista, sobrinho de Garcia de Resende e de André de Resende (primo-direito de seu pai), ver A. COSTA RAMALHO, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, pp. 203-294 e o «Índice de Nomes Próprios»; ver também o artigo na *Enciclopédia Verbo* e a bibliografia aí indicada.

(2) A questão do «bacharel latino» foi debatida por Juromenha, Storck e Teófilo Braga. Em *Camões, Época e Vida*. Porto, 1907, p. 208, Teófilo critica Storck, por este admitir que «Falcão de Resende se referia a si próprio, sem notar que isso importaria uma vaidade estólida».

Concordo com o investigador português em que os versos se referem a Camões, mas é natural que André Falcão se não excluísse do número dos poetas pouco afortunados, não só porque sempre se considerou como tal, mas ainda porque também era bacharel latino, graduado na Universidade de Évora, à roda de 1562.

Teófilo, *Ibidem*, p. 188, está igualmente na razão quando pensa que o «bacharel latino» designa o «bacharel em Artes», e não o «bacharel em Direito», como aventou Storck, mas já não posso aceitar quanto diz sobre o conteúdo dos estudos de Camões, pois não passa de conjectura sua.

(3) *Josephi Duram Theologi Conimbricensis O. E. S. A. Pro Annua Studiorum Instauratione Oratio*. Conimbricae, 1778, p. 4, n. 2: «Dionisius Rex Lusitanorum potentissimus Conimbricae primum, post hac Olisipone, iterum vero Conimbricae studia constituit».

(4) BASÍLIO DE VASCONCELOS, «Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (*Excertos*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 56. Este livro é uma separata da revista conimbricense *O Instituto*, vol. 80, n. 5.

(5) Sobre Cataldo Parisio Sículo, ver o livro citado na nota 1, pp. 31-116, e o «Índice de Nomes Próprios»; ler igualmente o artigo na *Enciclopédia Verbo* e a bibliografia nele registada. Neste artigo, sem culpa do seu autor, escaparam dois erros de datas: na p. 46 (quinta linha a contar do fim), a data é 1509 e não 1505, como lá figura; na

p. 47, na legenda da gravura dos *Poemata Cataldi*, deve ler-se «Lisboa, s. d.» e não o que lá se encontra. Consultar ainda MARIA MARGARIDA BRANDÃO GOMES DA SILVA e A. COSTA RAMALHO, *Cataldo Parísio Sículo — Duas Orações*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1974.

(6) Citado por EUGENIO ASENSIO, *D. Gaspar de Leão, Desengano de Perdidos*. Coimbra, «Acta Vniuersitatis Conimbrigensis», 1958, p. XL.

(7) Referindo-se a Damião de Góis a quem atribui a intenção de ir para a Índia: «(...) et nunc uir ille, ut audio, Belgis relictis, quo se e Galica custodia liberatus contulerat, ad Lusitanos suos se recepit animo, opinor, in Indiam nauigandi, certissimum apud nos et speciosissimum miserorum refugium». Conheço esta carta, datada de Ferrara, Fevereiro de 1547, na versão que dela publicou PETAR COLENDIĆ, *Nekoliko pesama humaniste Didaka Pira (Alguns poemas pelo humanista Diogo Pires)*, Beograd, 1961. O trabalho inclui um resumo em inglês.

A respeito de Diogo Pires, escrevi em *Estudos sobre a Época do Renascimento* (vide «Índice de Nomes Próprios»). Um resumo da sua vida é dado nestas palavras de CECIL ROTH, *A History of the Marranos*, New York, Meridian Books, 1959, p. 298: «(...) Didaco Pyrrho, of Evora (Flavius Eborensis), who lived successively in Flanders, Switzerland, Ancona, and Ragusa, and was one of the outstanding Latin poets of the sixteenth century».

(8) A. COSTA RAMALHO, «A Idade de João Rodrigues de Sá de Meneses», *Humanitas*, xxi-xxii, Coimbra, 1969-70, pp. 414-416; Id., a «Introdução», pp. 9-29, no livro de DULCE DA CRUZ VIEIRA e A. COSTA RAMALHO, *Cataldo Parísio Sículo — Martinho, Verdadeiro Salomão*. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1974.

(9) Cf. *Enciclopédia Verbo*, s. v. «Meneses (D. Pedro de), 2)» e a bibliografia aí citada; A. COSTA RAMALHO, «A Introdução do Humanismo em Portugal», *Humanitas* xxiii-xxiv, Coimbra, 1971-72, pp. 435-452.

(10) Porto, Livraria Civilização, vol. I, 1945.

(11) «Habuisse te meas litteras, et cur Portugalensem, non autem Lusitanum te appellauerim, miratum fuisse scribis. (...) Lusitanum te uis appellem, possum et Hispanum largius. Ferdinandum et Elisabeth, quod Hispaniarum corpus possideant, Reges Hispaniarum appellamus; nec obstat, quin ita uocentur, quod duo de isto corpore digituli, utpote Nauarra ac Portugalia auferantur. Minime autem Lusitaniae Regem

tuum appellabimus, quom Lusitaniae sit quota pars Portugalia. Metitor, Bracharensis, quam uasta sit ea Hispaniae pars quae iacet inter Annam et Dorium flumina, quamque tantillum sit in ea prouincia, quod uos possidetis, tuique Regis sceptro pareat, et succensere desines».

A carta, datada de 27 de Maio de 1488, tem o expressivo título de «Quomodo errent qui Portugallenses appellant Lusitanos». Encontra-se no *Opus Epistolarum Petri Martyris Angleri Mediolanensis*, na edição elzeviriana de Amsterdão, 1670, p. 11, com o número XXVII.

(12) No *Carmen eruditum et elegans Angeli Andreae Resendii Lusitani aduersus stolidos politioris litteraturae oblatratores*, publicado pelo impressor Froben, de Basileia, em 1531, por iniciativa de Erasmo e sem a autorização prévia de Resende. Mais tarde, este poema foi reeditado com o título de *Erasmi Encomium*. Garantindo ao humanista de Roterdão a simpatia dos portugueses, o nosso poeta diz-lhe:

*Inclyte Erasme,
non tibi Lusiadae infensi. Te noster adorat
diuus Ioannes fraterque Alphonsus et ipsam
effigiem certe miro uenerantur amore
et uoluunt studio libros auroque decorant.*

«Glorioso Erasmo, os filhos de Luso não são teus inimigos! Adora-te o nosso rei João e seu irmão Afonso. Ambos veneram o teu retrato com incrível afecto, manuseiam com interesse os teus livros e mandam-nos dourar».

(13) *Os Lusíadas de Luís de Camões comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias*, 3.^a edição, Rio de Janeiro, 1972, pp. 142-143. Epifânio engana-se, porém, dando a nota de Resende como a 48 do canto II do poema latino, quando se trata da que tem o n.º 24.

Mas o lapso explica-se, porque a nota 48 volta ao mesmo assunto, referindo-se à popularidade de que a palavra *Lusíadas* gozava já em 1545, entre os poetas novilatinos do tempo. E Resende, não sem malícia, menciona a simpatia que por ela mostra o seu colega (e rival) Jorge Coelho: «A Luso, unde Lusitania dicta est, Lusiadas adpellauiumus Lusitanos, & a Lysa Lysiadas, sicut ab Aenea Aeneadas dixit Virgil us. Nec male subcessit. Nam uideo id multis adlibuisse, praesertim au'em *Georgio Caelio*, Lusitaniae nostrae ornamento, siue poeticam facultatem, siue Ciceronianae orationis aemulationem spectes».

Quanto à existência de *Lusíades nymphae* no humanista Célio Rodigino em 1516, encontradas pelo Dr. Alfredo Pimenta, e em Ateneu (séc. III), referenciado pelo Dr. Bernardo Xavier Coutinho, a questão foi devidamente resolvida por Serafim da Silva Neto, ao argumentar que, «os filhos de Luso» e as «ninfas Lusíades» nada tinham que ver uns com as outras. Trata-se de um encontro gráfico ocasional ou, como o filólogo brasileiro declarou, de *formas convergentes*. Cf. *Mestre André de Resende, A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro, porteiro do Mosteiro de S. Domingos de Évora. Edição fac-similada... por Serafim da Silva Neto. Prefácio-Estudo de Jaime Cortesão*. Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, s. d., p. 207.

O artigo do Dr. XAVIER COUTINHO, «O título da epopeia de Camões — essa prestigiosa palavra *Lusíadas*», *Panorama*, n.º 42-43, IV Série, 1972, pp. 15-19, deixa a questão no mesmo pé em que se encontrava e para ele serve, por isso, a argumentação de Silva Neto.

Na linha de Serafim Neto, cuja opinião parece ter passado despercebida, também o filólogo holandês JOSÉ VAN DEN BESSELAAR, «A propósito do título de *Os Lusíadas*», *Revista de História Literária de Portugal*, Coimbra, II (1967), 59-66, estuda cuidadosamente o problema da diferença de flexão entre o genitivo (Νυμφῶν) Λουσιάδων de Ateneu, *Deipnosophistae* XII, 519 C, e o genitivo Λουσιάδων que seria o de Λουσιάδης (= Lusíades), se a palavra tivesse existido em grego. Assim, nega a identificação das duas palavras e conclui pela improcedência das congeminações do Dr. Xavier Coutinho. Aliás, esta objecção morfológica e outras de carácter semântico já haviam sido formuladas por Fernand Chapouthier, *Bulletin Hispanique* XXXVI (1934), 441-443, citado, mas não entendido, pelo Dr. Xavier Coutinho.

O Professor Van den Besselaar interpreta depois *lusus* e *lysa* do texto de Plínio como nomes comuns, ao contrário do que acontecia, antes de 1549, por exemplo, na frase do *Epigrammaton Libellus* (c. 1513), Aij, de Lourenço de Cáceres, dirigida a D. Manuel: «qui Lysae ditia regna tenes». Baseia-se também o mestre holandês numa lição diferente daquela que conheceram Nebrija e André de Resende. Ora é o texto que estes seguiram que conta para a génese do vocábulo camoniano.

(14) EUGENIO ASENSIO, *opus citatum* (cf. n. 6), p. XVII. Egídio de Viterbo, geral dos Eremitas de S.^{to} Agostinho, gozava de grande reputação intelectual e era um dos membros mais influentes do Sacro Colégio. Foi o possível inspirador, como filósofo platónico, da proclamação do dogma da «imortalidade da alma» no Concílio de Latrão, de 1513. (Cf. P. O. KRISTELLER, *Renaissance Thought*, New York, Harper Torchbooks, I, 1961, p. 63).

(15) A chegada dos Portugueses a Ceilão em 1505 impressionou consideravelmente a opinião pública europeia do tempo. Em 1516, Thomas More publicou a sua *Utopia* em que o narrador, Raphael Hythlodæus, é um português que, depois de chegar aos confins do mundo, viaja da Taprobana para Calicute, de onde regressa a Portugal numa nau portuguesa. More imagina tê-lo encontrado e ouvido em Antuérpia.

(16) H. TRINDADE COELHO e GUIDO BATTELLI, *Documentos para o Estudo das Relações Culturais entre Portugal e Itália*, vol. I, Florença, 1934, p. XXIII.

(17) «Carta do Humanista Francesco Albertini ao Rei Venturoso», *Euphrosyne*, I, Lisboa, 1957, pp. 227-232.

(18) O tópico das letras, sobretudo a poesia épica, como veículo de glória, aparece repetidamente em Portugal, desde o começo do século XVI. E este *exemplum* de Alexandre no promontório Sigeu, tirado do *Pro Archia* de Cícero, é frequentemente referido. Eis algumas ocorrências que podiam facilmente ser multiplicadas: «Idem rex, uiso Achillis sepulchro, quem Homerus cecinerat, suspirauit dixitque: 'O fortunate iuuenis qui Homerum tuarum uirtutum praeconem inuenisti'. Dolebat enim magnanimus rex uehementer suis temporibus poetas non uigere.» («Oratio habita a Petro Menesio, comite Alcotini, coram Emmanuele, S. rege, in scholis Vlysbonaë», em 18 de Outubro de 1504. Incluída em *Cataldi Epistolarum et Quarundam Orationum Secunda Pars*, fols. D-Eiij).

A *oratio* do conde de Alcoutim (cf. nota 9) foi modernamente reeditada, em tradução de MIGUEL PINTO DE MENESES, com introdução de A. MOREIRA DE SÁ, sob o título de *D. Pedro de Meneses, Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*. Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1964. Na Introdução, porém, Moreira de Sá confundiu o conde de Alcoutim com um D. Pedro de Meneses que estudou Teologia na Universidade de Paris e ensinou posteriormente na de Lisboa.

Martinho de Figueiredo, em 1529, no final da dedicatória a D. João III, do *Commentum in Plinii Naturalis Historiae Prologum*, volta a citar a frase do rei da Macedónia, para sugerir ao soberano que faça divulgar literariamente os feitos do seu reinado e dos reinados anteriores.

E, para citar apenas mais um caso, Fernão Lopes de Castanheda, em 1551, no prólogo do livro primeiro da *História do Descobrimento da Índia*, não esquece o *locus classicus*: «E o mesmo fizeram outros muitos historiadores de suas cousas, que por ventura não foram tão famosas, se aqueles que as escreveram as não souberam tão bem representar,

porque na sua eloquência consiste muito serem elas grandes ou pequenas; o que sentindo bem, aquele grande Alexandre teve Aquiles por tão bem aventurado em ter Homero por escritor de suas façanhas, como testificam aqueles dous versos tão notórios que disse, quando viu a imagem de Aquiles, e desejou tanto que Homero fora em seu tempo para escrever suas cousas (...). (A grafia e a pontuação foram modernizadas).

(19) As suas peregrinações, juntamente com as de Hércules, já tinham servido de termo de comparação a Virgílio na *Eneida*, para exaltar a maior extensão das expedições militares de Augusto:

nec uero Alcides tantum telluris obiuit, 801
.....
nec qui pampineis uictor iuga flectit habenis
Liber, agens celso Nysae de uertice tigris. (VI, 805)

«E o neto de Alceu (i. e. Hércules) não percorreu tão grande extensão da terra... nem aquele que, em triunfo, dirige o seu carro com rédeas de pâmpano, Liber (i. e. Baco), ao conduzir os tigres, do cume da elevada Nisa».

Aliás, tanto Hércules como Baco, na época imperial, eram tidos em Roma por indivíduos que aos próprios esforços deviam a ascensão à divindade, segundo se depreende do passo em que Tácito conta as opiniões a respeito de Tibério que se opunha à sua própria divinização: «Perstititque posthac secretis etiam sermonibus aspernari talem sui cultum. Quod alii modestiam, multi, quia diffideret, quidam ut degeneris animi interpretabantur. Optumos quippe mortalium altissima cupere; sic Herculem et Liberum apud Graecos, Quirinum apud nos deum numero additos» (*Annales* IV, 38) ou em tradução: «Posteriormente, mesmo em conversas particulares, continuou a rejeitar o culto divino da sua pessoa. Esta atitude interpretavam-na uns como modéstia, muitos como desconfiança, alguns como fraqueza de carácter. Diziam estes que os melhores de entre os homens sempre desejavam as mais altas honras; e que assim Hércules e Liber (i. e. Baco) entre os Gregos, Quirino entre os Romanos, haviam sido incluídos no número dos deuses».

(20) Cf. o capítulo «IV — O mito de Actéon em Camões».

(21) Também a filosofia então dominante, o Neoplatonismo, encorajava a fusão das tendências religiosas e filosóficas do Paganismo com as do Cristianismo. Ver o cap. 3, «Neoplatonism and Piety», no livro de ROLAND H. BAINTON, *Erasmus of Christendom*, Londres,

Fontana Library, 1972; e PAUL OSKAR KRISTELLER, *Renaissance Thought*, New York, Harper Torchbooks, I (1961), II (1965).

(22) *The Survival of the Pagan Gods. The mythological tradition and its place in Renaissance Humanism and Art*. New York, Harper Torchbooks, 1961, p. 38.

(23) Cf. M. PAIVA BOLÉO, *Os Nomes dos Dias da Semana em Português*, Coimbra, 1941; A. COSTA RAMALHO, «Recordações de Atenas: A Língua», *Humanitas*, XV-XVI, Coimbra, 1963-64, pp. 430-433, especialmente p. 432, n. 2.

(24) «The Origin of Belief among the Greeks in the Divinity of the Heavenly Bodies», *Harvard Theological Review*, XXXIII (1940), p. 40, citado por EDUARD FRAENKEL, *Kleine Beiträge zur klassischen Philologie*. Roma, 1964, II, p. 43.

(25) J.-A. FESTUGIÈRE, *Épicure et ses Dieux*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968, pp. 22-23.

(26) Lembrança que tem ocorrido a muitos leitores e comentadores do poema, desde o século XVI, a começar em Manuel Correia, citado por Epifânio Dias (cf. n. 13), em comentário a X, 78,3.

Ao *Somnium Scipionis*, como fonte possível da parte profética do episódio da «Ilha dos Amores», pode juntar-se a catábase («descida aos Infernos») da *Eneida* VI, que depende igualmente do *Somnium* e lhe é associada pelos comentadores de Virgílio. Vide neste livro o capítulo «V — A Ilha dos Amores e o Inferno Virgiliano».

(27) *On Poetry and Poets*. New York, The Noonday Press, 1967, p. 64.

(Página deixada propositadamente em branco)

II

SOBRE O NOME DE *ADAMASTOR*

1. O nome de «Adamastor» tem causado algumas dificuldades a leitores do poeta, com preocupações etimológicas. E não falta quem tenha arguido o épico de fraco conhecedor de grego, por ter aceitado nos seus versos a forma «Adamastor», em vez de «Damastor».

Um desses críticos foi o tradutor americano de *Os Lusíadas*, Leonard Bacon (1), na sua edição publicada em Nova Iorque, em 1950. Em nota sita nas páginas 205/206 do seu livro, conta como deveu a um professor da Universidade de Harvard a informação de que o nome do gigante se encontra igualmente em Rabelais e a um professor da Universidade da Califórnia a de que Rabelais escrevera erroneamente «Adamastor» por «Damastor» que encontrara na *Gigantomaquia* (vs. 101) de Claudiano.

E Leonard Bacon tira do «Adamastor» camoniano a conclusão de que «o ter (Camões) ignorado o carácter anómalo da palavra é mais um dos inúmeros indícios de que o seu conhecimento do grego era superficial (sketchy)».

O comentador não refere, todavia, em que consiste a anomalia. Mas é óbvio que, interpretando o nome em grego como Ἄδαμάστωρ, tem em mente o A- inicial com valor negativo, em contraste com o sufixo de agente -τωρ, ligado ao tema verbal δαμα- «dominar». Isto é, o cha-

mado $\acute{\alpha}$ - «privativo» parece contradizer o resto do antroponímico $\delta\alpha\mu\acute{\alpha}\sigma\tau\omega\rho$ «dominador».

2. Mas tal interpretação não é necessariamente a única. Uma vista de olhos pelos dicionários etimológicos ou pelas gramáticas históricas (2) logo informará que além do $\acute{\alpha}$ - $\sigma\tau\epsilon\rho\eta\tau\iota\kappa\acute{\omicron}\nu$ ou «privativo», que acabamos de mencionar, e que provém do i.-e. * n_0 - (de onde também o lat. *in-*, o alemão *in-*, etc.), existe um $\acute{\alpha}$ - $\acute{\alpha}\theta\rho\iota\sigma\tau\iota\kappa\acute{\omicron}\nu$ ou «copulativo», proveniente do i.-e. * sm_0 - > $\acute{\alpha}$ - (de onde também o lat. *sim-plex* ou com grau *e*: *seme-l*), tornado $\acute{\alpha}$ quer por dissimilação, quer por psilose, quer ainda por extensão analógica. Os exemplos clássicos, apresentados por dicionários etimológicos e por gramáticas históricas, são, entre outros, $\acute{\alpha}\pi\alpha\zeta$, $\acute{\alpha}\pi\lambda\omicron\upsilon\varsigma$, com $\acute{\alpha}$ - originário; $\acute{\alpha}\lambda\omicron\chi\omicron\varsigma$, $\acute{\alpha}\delta\epsilon\lambda\phi\acute{\omicron}\varsigma$, com dissimilação da aspiração; $\acute{\alpha}\gamma\acute{\alpha}\sigma\tau\omega\rho$ «nascido do mesmo ventre», por analogia com o precedente, $\acute{\alpha}\pi\epsilon\delta\omicron\varsigma$ «plano» (cf. $\pi\acute{\epsilon}\delta\omicron\nu$ «planície»), etc..

Deste valor «copulativo» passa-se, sem dificuldade, a um valor «intensivo», o de $\acute{\alpha}$ - $\acute{\epsilon}\pi\iota\tau\alpha\tau\iota\kappa\acute{\omicron}\nu$, como em $\acute{\alpha}\beta\iota\omicron\varsigma$ «rico». Nas palavras de Hjalmar Frisk, *Griechisches Etymologisches Wörterbuch* (Heidelberg, 1954,) s. v. $\acute{\alpha}$ -: «Aus der Bedeutung ‘zusammen mit etw. versehen’ erwuchs wahrscheinlich das sog. α $\acute{\epsilon}\pi\iota\tau\alpha\tau\iota\kappa\acute{\omicron}\nu$ (intensivum), Z. B. $\acute{\alpha}$ - $\epsilon\delta\omicron\nu$ · $\pi\omicron\lambda\upsilon\phi\epsilon\rho\nu$ Hes.».

Assim, $\delta\alpha\mu\acute{\alpha}\sigma\tau\omega\rho$ poderia ser interpretado como forma intensiva de $\delta\alpha\mu\acute{\alpha}\sigma\tau\omega\rho$ e, embora a palavra não esteja documentada na tradição literária grega (apenas existe um derivado da segunda, $\delta\alpha\mu\alpha\sigma\tau\omicron\rho\acute{\iota}\delta\eta\varsigma$, desde os poemas homéricos), a verdade é que, conforme acaba de ver-se, ela não seria de todo impossível.

3. Outras explicações poderiam procurar-se, quer dentro da língua grega, como a de uma possível contaminação de $\acute{\alpha}\delta\acute{\alpha}\mu\alpha\varsigma$ (3), $-\alpha\nu\tau\omicron\varsigma(\acute{\omicron})$ «ferro duro, aço, diamante»,

para insistir na dura crueza da personagem; quer, a partir da tradição literária latina, do nome de *Adamastus* que ocorre em Virgílio, *Eneida* III, 588 segs. Estas duas explicações, juntamente com outras mais fantasiosas, ou mesmo disparatadas, já se encontram em Faria e Sousa que, aliás, trata a matéria etimológica algo displicentemente e com as deficiências próprias da sua época.

A sugestão de *Adamastus* ganha em ser elaborada mais longamente, pois a verdade é que este nome ocorre em circunstâncias que têm alguma coisa de comum com o aparecimento do Adamastor aos portugueses. Com efeito, ao desembarcar na Sicília, os troianos de Eneias encontram um Aqueménides (4), companheiro de Ulisses, que ali se perdera, quando o itacense fugira apressadamente à cólera cega do ciclope Polifemo. O pormenor comum à Odisseia e à *Eneida*, a saber, a presença ameaçadora do gigante Polifemo, a cuja vingança o Aqueménides virgiliano tenta escapar, inspira situação parecida em *Os Lusíadas*, i. e., a dos portugueses frente ao gigante do Cabo Tormentório. Demais, alguns traços da aparência selvagem do troiano fugitivo passaram para o Adamastor camoniano, isto é, foram transferidos do perseguido para o perseguidor: *cum subito e siluis macie confecta suprema | ignoti noua forma uiri miserandaque cultu | ... | ... dira inluuies immissaque barba* (VIRG., *En.* III, 590-I; 593).

Também *Adamastus* não é o nome do infeliz troiano, mas de seu pai, só mencionado de passagem. E o ciclope é um *monstrum horrendum, informe, ingens* (VIRG., *En.* III, 658) assim como o Adamastor é «monstro horrendo» (*Lus.* V, 49, 1), sendo os adjectivos *informe, ingens* transferidos para a sua «disforme e grandíssima estatura» (*Lus.* V, 39, 3), frase que no contexto equivale a uma perífrase de *monstrum ... informe, ingens*.

Desta maneira, o nome de «Adamastor» polariza variadas sugestões etimológicas, de origem greco-latina,

que dispensam outras possibilidades, aliás fantasiosas, como a apresentada por José Benoliel ⁽⁵⁾, de que o nome do gigante viria do hebraico *Adamah* «terra».

4. Todavia, mais importante do que a questão etimológica me parece o problema da transmissão do nome, dos antigos até Camões, e o dos livros em que o poeta teria encontrado esse nome. Muito se tem escrito sobre este assunto, mas creio que não está tudo dito.

As fontes clássicas da palavra «Adamastor» andam, há muito, nos comentadores e foram compendiadas em José Maria Rodrigues, *Fontes d'Os Lusíadas*, Coimbra, 1905, pp. 66-68. E Leonard Bacon, socorrendo-se dos seus amigos ⁽⁶⁾, não faz mais que procurar desajeitadamente soluções encontradas, há séculos.

Se tivesse consultado a edição de Augusto Epifânio da Silva Dias, publicada em Lisboa em 1910, aí teria encontrado uma nota modelar a *Lus.* V. 51, 3, que é de justiça transcrever: «Um epithalamio de Sidonio Apollinaris tem o verso: *Porphyrion Pangaea rapit, Rhodopemque Adamastor* e, como nota ao último nome, a ed. de Basileia de 1542 traz *Gigantis nomen staturosi et membratura immani conspiciendi. Damastor Claudiano dicitur.* (Ray. Textor transcreve aquelle passo de Sidonio na *Officina*, pag. 439 da ed. de 1552)».

E a «edição nacional», comentada por José Maria Rodrigues, e publicada pela Imprensa Nacional em 1931, em nota aos nomes dos gigantes do mesmo passo, informa: «O Adamastor apareceu mais tarde. É Sidónio Apolinar (séc. v da era cristã) o primeiro que o menciona com este nome. Claudiano (séc. iv) tinha-lhe chamado Damastor (o que doma) e na *Eneida* III, 614, aparece um Adamasto (o não domado). 'Adamastor', com o alfa privativo, é a negação de Damastor, não é nome adequado a um gigante, e é por isso que em alguns códices de Sidónio Apolinar se lê Damastor.

Mas prevaleceu a forma Adamastor, mais sonora, que passou para a *Officina* de Ravisio Testor e seguiu depois dois rumos bem diferentes, o *Pantagruel* de Rabelais e *Os Lusíadas* de Camões. Mas foram estes que imortalizaram o gigante».

Se Leonard Bacon, aliás estimável tradutor de Camões em verso inglês e grande admirador do nosso poeta, tivesse lido esta última nota, resolveria uma dificuldade que nem ele nem o seu amigo da Universidade da Califórnia conseguiram solucionar, *videlicet*, a da fonte comum de Camões e Rabelais, ao que parece, a *Officina* de Ravisius Textor. Mas pode acontecer também que a fonte comum seja em última análise Sidónio Apolinar.

Por isso, não devem usar-se palavras como «erro» (*error*) e «disparate» (*blunder*) para um nome tirado de uma enciclopédia renascentista que, por sua vez, colheu o «Adamastor» de um poeta do século v, herdeiro, por seu turno, e imitador de outro do mesmo século, mas um pouco anterior: *Officina* < Sidónio Apolinar (*Epithalamium* XV, 20: «Adamastor») < Claudiano (*Gigantomachia*, 101: «Damastor»).

Um poeta subsequente a Camões retomou a figura do gigante e chamou-lhe, decerto pelos motivos linguísticos expostos, «Damastor». Trata-se de Manuel de Gallegos no seu poema *Gigantomachia*, impresso em Lisboa por Pedro Crasbeeck, em 1620.

Mas teria sido necessariamente a *Officina* de Ravisius Textor a fonte camoniana? Não haveria um livro de uso diário, mais acessível, em que ocorresse a forma «Adamastor»?

5. O dicionário latino usado em Portugal durante a maior parte do século xvi foi o Latino-Espanhol de Élio António de Nebrija, reproduzido em sucessivas edições, de um modo geral, progressivamente mais perfeitas.

Todavia, em matéria de nomes próprios, o *Dictionarium Aelii Antonii Nebrissensis* apenas conhece nomes geográficos até à edição de Antuérpia, de 1545: nem sequer o nome de Marcus Tullius Cicero lá se encontra, antes dessa data. Mas em 1545, o médico português Luís Nunes, natural de Santarém e residente em Antuérpia, promoveu uma reedição cujo frontispício transcrevo parcialmente: *Dictionarium Aelij Antonii Nebrissensis iam denuo innumeris dictionibus locupletatum. Cui praeter omnes editiones auctoris eiusdem accessit Medicum Dictionarium hactenus nondum typis euulgatum, a Ludouico Nunio philosopho, ac doctore Medico peritissimo, a mendarum colluuiē ... defaecatum: cuius dictiones reliquis intertextas, praefixum hoc signum + indicabit.*

Dictionarium uero priorum nominum tam prodit auctius & locupletius, ut paene aliud factum uideatur ... Antuerpiae. In aedibus Iohannis Steelsij, Anno a Christo nato, MDXLV, mense Iunio. Cum priuilegio imperiali.

Tanto esta edição de 1545, como a seguinte, de 1553, trazem cada uma delas uma carta do Dr. Luís Nunes, professor de Medicina, a Frei Diogo de Murça, reitor da Universidade de Coimbra(7). As duas cartas são diferentes, escrita a primeira de Antuérpia e a segunda de Paris.

O começo da primeira é o seguinte: «Clarissimo eximioque Patri Iacobo a Murça in sacris litteris doctori doctissimo conibricensis (*sic*) Academiae Rectori prudentissimo, Ludouicus Nunius a Sancterena Apollineae artis professor, Foelicitatem»; e a segunda principia: «Optimo ac religioso Viro, Fratri Iacobo a Murça, Diuinarum litterarum Doctori clarissimo, & Conibricensis Academiae moderatori uigilantissimo, Ludouicus Nonius à Sancterena medicae artis professor foelicitatem».

As datas cabem no reitorado de Frei Diogo de Murça, que decorreu entre 1543 e 1555.

Estas duas edições do dicionário, mas sobretudo a a primeira, pela sua novidade, devem ter conhecido larga

expansão em Portugal e principalmente em Coimbra. Acresce que as cartas a Frei Diogo de Murça, género de dedicatórias muito apreciado no Renascimento, e geralmente retribuído pelos grandes em boas moedas de ouro, hão-de ter aumentado o interesse do *Dictionarium* entre a gente culta do País, dada a alta posição do endereçado e a qualidade de português do dedicante.

Pois bem! É na edição de 1545, e marcado com o asterisco indicador da novidade, que aparece pela primeira vez a entrada «*Adamastor, nomen gigantis staturosi. Claud.», repetida na edição de 1553. Quanto a «Damastor» não se encontra no dicionário, nem em 1545, nem em 1553, nem na edição de Granada, de 1585. Esta última repete a indicação, suprimindo o adjectivo: «Adamastor, nomen Gigantis. Claud.».

Não admira, por isso, que «Adamastor» venha a aparecer mais tarde, em 1570, no dicionário de Jerónimo Cardoso, ampliado por Sebastião Stochamer⁽⁸⁾. Também aí não existe «Damastor» com entrada independente, mas subordinado a «Adamastor».

Subsiste, entretanto, a questão de saber qual a edição de Claudiano em que aparece «Adamastor», citado pelos dicionários de Nebrija, atrás referidos. Com efeito, todas as edições mais antigas de Claudiano, de que tive conhecimento, a começar com a de Parma, de 1493⁽⁹⁾, trazem sem excepção «Damastor». Não é, por isso, de excluir uma confusão entre Claudiano e Sidónio Apolinar, feita por Luís Nunes. Como, porém, o deslize é comum a Ravisio Textor, talvez este seja a fonte de Nunes; ou têm ambos por fonte comum uma edição de Claudiano que não conheço.

Em qualquer caso, fica de pé a noção fundamental de que «Adamastor» é a forma única nos melhores dicionários existentes em Portugal ao tempo, obras lexicográficas cujo nível científico era garantido pelo prestígio de

editores que, para mais, não deixam os seus créditos por mãos alheias, nas cartas-prefácios que antecedem as edições de 1545 e 1553. Usando a forma «Adamastor», Camões estava, portanto, apenas a reflectir o uso corrente no meio culto em que vivia.

Não é, por isso, justo nem sensato atribuir o nome camoniano de «Adamastor» a ignorância da língua grega.

NOTAS

(1) *The Lusíads of Luis de Camões. Translated with an Introduction and Notes by Leonard Bacon.* Hispanic Society of America, New York, 1950. Cf. recensão em *Humanitas* XVII-XVIII (Coimbra, 1967-68, pp. 437-439). Reeditada no Capítulo IX deste livro.

(2) Cf. EDUARD SCHWYZER, *Griechische Grammatik.* C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, München, 1953, I, p. 433.

(3) Facilitada tal contaminação pela existência em latim do helemismo *adamas, antis* na poesia da época imperial, nomeadamente em Virgílio.

(4) *Achaemenides... genitore Adamasto* (VIRG., *En.* III, 614).

(5) *Episódio do Gigante Adamastor (Lusíadas V, 37-70). Estudo crítico.* Lisboa, 1898, p. 11, n. 1.

(6) Aqui se inclui também o caso das semelhanças do episódio do Adamastor com o «Conto do Pescador» das *Mil e Uma Noites*, que um outro amigo assinalou a Bacon (cf. *The Lusíads*, p. 204, n. 1). Com efeito, já Benoliel, no trabalho citado na nota anterior, fizera idêntico reparo.

(7) Luís Nunes tinha ensinado Medicina em Coimbra, aí se doutorando em 1541. Ver sobre ele FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra* (1.ª edição publicada, revista e anotada por JOAQUIM DE CARVALHO), II, ii, Coimbra, 1940, pp. 182-189.

(8) Ver sobre Stochamer o meu artigo, em *Verbo — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 17, 671.

(9) *Claudiani Opera... per Thadaeum Vgoletum Parmensem.* Parmae, [1493. No prefácio, o editor gaba-se de ter acrescentado a «Gigantomachia» às obras de Claudiano. E de facto os *Claudiani Opera ex recensione Barnabae Celsani*, Vicentiae, 1482, a *editio princeps*, não contém a «Gigantomachia». Consultei esta última edição, em Madrid e Paris. A de 1493, em Oxford, em Paris e em Nashville, na biblioteca da Vanderbilt University.

(Página deixada propositadamente em branco)

III

ASPECTOS CLÁSSICOS DO ADAMASTOR

As fontes greco-latinas do episódio do Adamastor estão, há muito, estabelecidas. Como resumo, paradigmático na sua concisão, pode usar-se o de Georges Le Gentil: «Quanto ao nome de Adamastor (melhor Damastor, que se deve ligar com o grego δαμάζω), já aparece na *Gigantomachia* de Claudiano. Camões pode muito bem tê-lo encontrado na *Officina* de Ravísio Textor. Ele continua na pura tradição de Ovídio quando faz deste gigante uma montanha (V, 50, 1-2).

Este monstro horrendo lembra ao mesmo tempo o Polifemo de Homero e de Virgílio, pelo terror que inspira aos navegadores, e o ciclope de Teócrito, pela indiferença que lhe vota a ninfa Tétis, outra Galateia. O seu papel é sobretudo ilustrar, à maneira do Prometeu de Ésquilo, o ciúme dos deuses contra os mortais demasiado empreendedores. Com isso mesmo ele anuncia, e é precisamente o que lhe dá um ar de actualidade, os naufrágios da História Trágico-Marítima, essa série de catástrofes devidas a causas diversas, que foram para os Portugueses como que o preço da glória que iam conquistar *por mares nunca dantes navegados* (I,1).

Os desastres, aí pelos meados do século XVI, eram tão frequentes que o povo podia atribuí-los a uma espécie de fatalidade comparável à Némesis dos Antigos» (1).

Neste trecho, que constitui uma síntese das investigações de camonistas anteriores a Georges Le Gentil, é preciso corrigir a referência a Claudiano, onde só aparece «Damastor». O «Adamastor» vem de Sidónio Apolinar (2).

Todavia, Le Gentil não dá conta da maneira como, a partir de sugestões diversas, o poeta modelou um episódio significativo e original.

A figura do Adamastor insere-se em um dos temas mais tradicionais da épica greco-latina, visto que do seu currículo consta a participação na mais famosa das gigantomaquias, a conhecida luta dos gigantes, filhos da Terra, contra os deuses do Olimpo.

O tema é simultaneamente literária e artístico. Há uma titanomaquia em Hesíodo (*Teogonia*, 666 e segs.), autor dos sécs. VIII-VII a.C., e uma gigantomaquia esculpida no frontão do tesouro dos Sífnios, em Delfos, do último quartel do séc. VI a.C. E outras, por exemplo a dum templo da mesma época, da Acrópole de Atenas, de que existem figuras no respectivo museu.

Em 1965, durante uma visita à Alemanha, fui de propósito a Berlim Oriental para ver no Pergamon Museum o friso do altar de Pérgamo, da primeira metade do séc. II a.C., onde se encontra a mais notável das gigantomaquias esculpidas que chegaram até nós.

Em *Os Lusíadas*, o episódio do Adamastor situa-se, como é sabido, no canto V, ests. 39 a 60. Mas no espírito do poeta a gigantomaquia está presente desde o começo do canto. Os navegadores foram

*As novas Ilhas vendo e os novos ares
Que o generoso Henrique descobriu;
De Maurítânia os montes e lugares,
Terra que Anteu num tempo possuiu.*

(V, 4, 3-6)

O gigante Anteu tem larga tradição artística e literária e constitui neste passo uma lembrança ou prenúncio, de acordo com a prática clássica, do que está para vir.

Mais adiante, uma referência que pode passar despercebida ao leitor menos atento, lembra-nos as Górgonas, associadas através de Medusa, presente na *égide* de Atena, à luta contra os gigantes e à sua petrificação (V, 11).

E na estância 28 é recordada, para tornar mais sensível a bruteza de um nativo da costa africana, uma figura mitológica que entrará em larga medida na criação do Adamastor: *Torvado vem na vista... / Selvagem mais que o bruto Polifemo* (V, 28, 1... 4).

A tradição greco-latina sobre os ciclopes (monstros de um só olho circular, gr. Κύκλωψ), a cujo número per-tencia «o bruto Polifemo», era, pelo menos, dupla: havia os três ciclopes trabalhadores que, na versão de Hesíodo, fabricavam o raio. A partir da época helenística, ao que se julga, passaram a ser colaboradores de Hefesto na Grécia (e de Vulcano em Roma), com oficina situada no interior de uma das ilhas Líparas. Foram eles quem fez o escudo de Eneias que Vulcano esculpiu e Vénus ofereceu ao herói no canto VIII da *Eneida*.

Mas havia também os ciclopes que se dedicavam à pastorícia, como aqueles que Ulisses encontrou na Sicília, quando lá passou. O episódio vem descrito no livro IX da *Odisseia*, onde se conta como o astuto herói cegou o olho de Polifemo, o único dos ciclopes aí individualizado pelo seu nome.

O tema foi retomado no drama satírico *O Ciclope* de Euripídes, que chegou até nós.

Uma tradição mais recente fazia do enorme Polifemo um amoroso desajeitado. O poeta Teócrito, no séc. III a.C., tratou o tema com toda a galantaria e humor da poesia alexandrina. O gigantesco Polifemo, apaixonado pela bela ninfa Galateia, lamenta não ter guelras para poder continuar

debaixo de água a sua perseguição amorosa (vs. 55 e segs.). O Adamastor camoniano é menos ingénuo e teria derivado de Polifemo, na sua paixão pela ninfa, através de fontes latinas bem conhecidas, por exemplo a *Écloga IX* de Virgílio ou o livro XIII das *Metamorfoses* de Ovídio. Neste último, podia Camões encontrar um Polifemo apaixonado e vingativo. Está aqui um modelo para a paixão do Adamastor pela ninfa Tétis (Θέτις, Thētis), «a alta esposa de Peleu» (V, 52).

Esta, como é sabido, é diferente de outra Tétis (Τηθύς, Tēthys), a mulher de Oceano, que em *Os Lusíadas* aparece, por exemplo, no canto IX, 48.

Gaio Valério Catulo (84-54 a.C., aproximadamente) no seu belo poema das «Núpcias de Tétis e Peleu» referiu-se às duas num mesmo passo, dirigindo-se a Peleu: «Não é verdade que a lindíssima Tétis (*Thetis*), filha de Nereu, te apertou nos seus braços? E que Tétis (*Tethys*) e o Oceano, cuja água circunda o universo inteiro, te deram em casamento a sua neta?»⁽³⁾.

Camões atribuiu ao gigante Adamastor paixão idêntica à do ciclope Polifemo e, como gigante, aproveitando o tema tradicional da guerra contra os deuses, fê-lo participar nela:

*Fui dos filhos aspérrimos da Terra,
Qual Encélado, Egeu e o Centimano;
Chamei-me Adamastor, e fui na guerra
Contra o que vibra os raios de Vulcano;
Não que pusesse serra sobre serra,
Mas, conquistando as ondas do Oceano,
Fui capitão do mar, por onde andava
A armada de Neptuno, que eu buscava.* (V, 51)

*Amores da alta esposa de Peleu
Me fizeram tomar tamanha empresa;
Todas as Deusas desprezei do Céu,
Só por amar das Águas a Princesa.
Um dia a vi, coas filhas de Nereu,
Sair nua na praia: e logo presa
A vontade senti de tal maneira,
Que inda não sinto cousa que mais queira. (V, 52)*

Ocasionalmente, há reflexões cuja penetração psicológica se junta a uma ambiguidade erótica que faz pensar na poesia alexandrina:

*Como fosse impossível alcançá-la,
Pola grandeza feia de meu gesto,
Determinei por armas de tomá-la
E a Dóris este caso manifesto.
De medo a Deusa então por mi lhe fala;
Mas ela, cum fermoso riso honesto,
Respondeu: «Qual será o amor bastante
De Ninfa, que sustente o dum Gigante?» (V, 53)*

Os traços físicos mais salientes do Adamastor vêm de Virgílio que, como é sabido, sugeriu também o nome do gigante, ao descrever o encontro do grego Aqueménides, filho de Adamasto, com Polifemo. Também é certo que na *Gigantomachia* (vs. 101) de Claudiano há um gigante Damastor e que Sidónio Apolinar, imitando o passo, tem um Adamastor.

O encontro de Eneias com um companheiro de Ulisses, deixado três meses antes na Sicília, liga cronologicamente, no tempo mítico, a *Odisseia* e a *Eneida*. Mais tarde, Ovídio (*Metamorfoses*, XIV) desenvolverá o tema

do grego Aqueménides salvo de morrer na Sicília pelo piedoso Eneias, que, apesar de inimigo, fora mais humano com um grego da passada guerra de Tróia do que Ulisses, seu patrício e companheiro de armas.

Deste modo, e através do episódio do Adamastor, Os *Lusíadas* inserem-se na tradição de dois mitos mediterrâneos e greco-latinos, um e outro do domínio da epopeia, a saber, o de Polifemo e o da Gigantomaquia. Esta última volta a ser lembrada, já depois de deixado para trás o Adamastor, quando Baco observa rapidamente as decorações do palácio submarino de Neptuno:

*Noutra parte, esculpida estava a guerra
Que tiveram os Deuses cos Gigantes;
Está Tifeu debaixo da alta serra
De Etna, que as flamas lança crepitantes.* (VI, 13, 1-4)

O destino final do Adamastor é a sua metamorfose. A petrificação do gigante camoniano não é efeito da cabeça da górgona Medusa, como aconteceu com Atlas (... *o monte a quem Medusa / O corpo fez perder que teve o Céu*, III, 77, 1-2), mas dá-se lentamente, depois da fatídica desilusão amorosa.

Arrastado pelo movimento da sua descrição, no dinamismo barroco da metamorfose, o poeta chega a dar a impressão de que a mudança foi súbita e definitiva:

*Já néscio, já da guerra desistindo,
Õa noite, de Dóris prometida,
Me aparece de longe o gesto lindo
Da branca Tétis, única, despida.
Como doudo corri de longe, abrindo
Os braços pera aquela que era vida
Deste corpo, e começo os olhos belos
A lhe beijar, as faces e os cabelos.* (V, 55)

*Oh que não sei de nojo como o conte!
Que, crendo ter nos braços quem amava,
Abraçado me achei cum duro monte
De áspero mato e de espessura brava.
Estando cum penedo fronte a fronte,
Que eu polo rosto angélico apertava,
Não fiquei homem, não, mas mudo e quedo
E, junto dum penedo, outro penedo!* (V, 56)

Mas seguidamente verifica-se que foi, antes, progressiva:

*Daqui me parto, irado e quase insano
Da mágoa e da desonra ali passada,
A buscar outro mundo, onde não visse
Quem de meu pranto e de meu mal se risse.* (V, 57, 5-8)

*Eram já neste tempo meus Irmãos
Vencidos e em miséria extrema postos,
E, por mais segurar-se os Deuses vãos,
Alguns a vários montes sotopostos.
E, como contra o Céu não valem mãos,
Eu, que chorando andava meus desgostos,
Comecei a sentir do Fado immigo,
Por meus atrevimentos, o castigo.* (V, 58)

*Converte-se-me a carne em terra dura;
Em penedos os ossos se fizeram;
Estes membros, que vês, e esta figura,
Por estas longas águas se estenderam.
Enfim, minha grandíssima estatura
Neste remoto Cabo converteram
Os Deuses; e, por mais dobradas mágoas,
Me anda Tétis cercando destas águas.* (V, 59)

Resta-nos examinar o dom da profecia de que o gigante é dotado. Camões não explica onde ouviu o Adamastor as coisas terríveis que está para anunciar, apenas lhes põe a reserva do próprio narrador (*Se é verdade o que meu juízo alcança*, V, 44,6), reserva que parece inculcar, ao mesmo tempo, a posse de dons divinatórios.

A mais impressionante das profecias é o episódio da história trágico-marítima, constituído pelo naufrágio e morte de Sepúlveda. Colocado na fala do gigante mal sucedido em amor, é também uma cruel história de amor — amor conjugal, embora — terminado em aniquilação total. O amoroso endurecido pelo sofrimento, que é o gigante, trai a sua emoção, alterando a verdade histórica e mostrando Sepúlveda e a mulher ligados na própria morte: *Abraçados, as almas soltarão / Da fermosa e misérrima prisão* (V, 48, 7-8).

De onde vinha o dom da profecia ao Adamastor? Em outros vaticínios do poema, o destino é revelado pelo próprio pai dos deuses, como na fala a Vénus no canto II; ou por Proteu, clássico adivinho, como no canto X acontece com a profecia feita ao Gama e seus companheiros na Ilha dos Amores:

*Com doce voz está subindo ao Céu
Altos varões que estão por vir ao mundo,
Cujas claras ideias viu Proteu,
Num globo vão, diáfano, rotundo,
Que Júpiter em dom lho concedeu
Em sonhos, e depois no Reino fundo,
Vaticinando o disse, e na memória
Recolheu logo a Ninfa a clara história.* (X, 7)

Baco ouvido tinha aos Fados que viria / Ûa gente fortíssima... (I, 31). Da forma por que o Adamastor travou conhecimento com a matéria da sua profecia nada sabemos, mas no canto IX da *Odisseia* também Polifemo, amaldiçoando Ulisses, lhe deseja males que virão a realizar-se.

José Agostinho de Macedo (4) filiava o episódio do *Adamastor* na visão que César teve da «figura enorme» da República romana como sombra clara na escura noite da *Pharsalia* (I, 185 e segs.) de Lucano. Não obstante as muitas diferenças, as semelhanças existentes não podem levar a rejeitar de todo esta sugestão, incluindo-a entre as fontes prováveis, sem todavia tirar dela as conclusões malévolas do zoilo português.

José Benoliel (5), em 1898, considerava o episódio como inspirado no «Conto do Pescador» das *Mil e Uma Noites* e via na relação entre Tétis e o gigante um reflexo da própria infelicidade amorosa do poeta.

Também João Mendes (6) desenvolveu modernamente, em fina análise psicológica, o paralelo entre os infortúnios do gigante e os do poeta.

Cecil Maurice Bowra, em *From Virgil to Milton* (7), menciona as relações na aparência e no carácter do Adamastor com os gigantes da epopeia cavalleiresca e com os ogres dos contos de fadas, mas, como acentua Norwood H. Andrews Jr. (8), «a origem do gigante é mais clássica do que medieval».

No presente capítulo considerarei apenas algumas das possíveis sugestões clássicas, procurando mostrar, embora sucintamente, que a tapeçaria de reminiscências greco-latinas, tecida por Camões com mão de mestre, é camoniana, graças à forma como o poeta apropria e faz seus os motivos tradicionais, criando ao mesmo tempo um episódio significativo no conjunto do poema.

Seria, na verdade, insensato não reconhecer que mais do que a lembrança de muitas e variadas leituras, neste episódio, avulta o gênio criador do poeta, a centelha divina do aedo, na inspiração de versos inimitáveis, como os da estância de abertura:

*Porém já cinco sóis eram passados,
Que dali nos partíramos, cortando
Os mares nunca de outrem navegados,
Prosperamente os ventos assoprando,
Quando ãa noite, estando descuidados
Na cortadora proa vigiando,
Ûa nuvem que os ares escurece,
Sobre nossas cabeças aparece.* (V, 37)

A variedade das vogais tónicas nos lugares de acento obrigatório do verso exclui a monotonia, e as sílabas acentuadas proporcionam um ritmo de leitura oral que dá ao conjunto da estância o balanceamento aprazível da navegação à vela em mar calmo. O «enjambement» (*cortando/Os mares...; descuidados/Na cortadora proa...*) facilita o movimento dos versos, como se as quilhas deslizassem sem obstáculos.

A sucessão dos tempos verbais cria uma série de contrastes, terminada por um efeito de surpresa: dois mais-que-perfeitos iniciais (...*eram passados*;... *partíramos*) que indicam um momento anterior no passado, um momento fixo que serve de ponto de referência; o valor dinâmico dos gerúndios, em seguida aos mais-que-perfeitos estáticos, dá à frase um significado durativo que confere a esses gerúndios a equivalência, em matéria de «aspecto verbal» (*Aktionsart*), ao mais pictórico dos tempos do verbo português, o imperfeito do indicativo (*cortando* = *cortávamos*;

assoprando = *assopravam*; *estando* = *estávamos*). De repente, surge a conclusão inesperada, na sua evidência de situação actual, expressa nos presentes do indicativo (...*escurece*, /...*aparece*) dos dois versos finais, a constituir com os dois versos iniciais (...*eram passados*; ...*partíramos*) uma espécie de caixilho da acção durativa central. A estância torna-se, assim, um pequeno poema autónomo, mas perfeito na sua concisão, um *epigrama* ⁽⁹⁾ na nomenclatura greco-latina, a que nem sequer falta a «*pointe*» final.

NOTAS

(1) GEORGES LE GENTIL, *Camões*. Tradução e notas de JOSÉ TERRA. Lisboa, Portugália, 1969, p. 48.

(2) Ver o capítulo anterior: «II — Sobre o nome de Adamastor».

(3) *Catulli Carmina*, 64, 28-30:

Tene Thetis tenuit pulcerrima Nereine?

Tene suam Tethys concessit ducere neptem,

Oceanusque, mari totum qui amplectitur orbem?

(4) *Reflexões críticas sobre o episódio de Adamastor nas Lusíadas, Canto V, Oitava 39, em forma de carta*. Lisboa, 1811, p. 16 e segs.

(5) *Episódio do gigante Adamastor, Lusíadas, canto V, estrofes 37/70. Estudo crítico*. Lisboa, 1898.

(6) *Literatura Portuguesa I*. Lisboa, Verbo, 1974. Ver «Índice Onomástico». O A. tem o cuidado de se não ligar em demasia à tese infantista de José Maria Rodrigues, ao referir a mulher inatingível do drama amoroso de Camões.

(7) Londres, 1945. Na tradução portuguesa deste livro, feita por ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA, com o título de *Virgílio, Tasso, Camões e Milton (Ensaio sobre a Epopeia)*. Porto, Civilização, 1950, p. 139.

Os gigantes dos romances de cavalaria haviam já sido recordados por Balthasar Osorio, «Origens do episódio dos Lusíadas: O gigante Adamastor», *Academia das Ciências de Lisboa, Boletim da Segunda Classe*, IV, Lisboa, 1910, pp. 521-546.

(8) «An Essay on Camões' Concept of the Epic», *Revista de Letras* III, Assis, 1962, p. 69.

(9) Cf. Verbo — *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, s. vv., «Epigrama — 1) Grego; 2) Latino; 3) Em Portugal», vol. 7, 665-668.

IV

O MITO DE ACTÉON EM CAMÕES

Há na poesia de Camões uma qualidade de visão pictórica da natureza, cuja semelhança com a pintura sua contemporânea já tem sido assinalada.

Joaquim Nabuco, em uma das conferências que fez, quando era Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, dizia: «Nunca entrei na Farnesina que não tivesse a impressão de que Camões e Rafael eram pintores gémeos. Guardo nos meus *Lusíadas*, como a sua melhor ilustração, as pinturas da Farnesina» (1).

E na verdade, uma cena como a de Vénus a pedir o auxílio de Júpiter, pintada no tecto do famoso palácio renascentista, tem alguma coisa de comum, na inspiração, com o episódio do canto II dos *Lusíadas*, pois, embora as figuras ilustrem episódios do conto de *Amor e Psyche*, de Apuleio (2), o passo da *Eneida* que serviu de modelo a Camões, não deve ter estado ausente do espírito do artista.

Entretanto as pinturas de «nu», de Rafael (1483-1520), mostram mais a reserva virgiliana, do que o trecho de Camões. Este poderíamos compará-lo de perto com uma obra de outro artista, posterior a Rafael e contemporâneo de Camões, com quem o nosso poeta revela maior paren-

tesco espiritual. Refiro-me a Paolo Caliari (1528-88), chamado o «Veronese», e a uma composição como «Vénus e Júpiter», na Coleção Holmes, do Museum of Fine Arts, de Boston. Este quadro foi pintado em 1560 (3).

O episódio do encontro da deusa do amor, protectora dos Romanos, e em Camões, dos Portugueses, com Júpiter, vinha amadurecendo de longe na poesia latina. Macróbio dá-o como o originário de Névio, dizendo: «No primeiro canto da *Eneida*, descreve-se a tempestade, e Vénus lamenta-se, na presença de Júpiter, dos perigos de seu filho, e Júpiter consola-a com a prosperidade dos seus descendentes. Todo este lugar foi tomado do primeiro livro do *Bellum Punicum* de Névio» (4).

O mesmo se poderia dizer de Camões em relação a Virgílio. E de todos, Névio, Énio e Virgílio, em relação aos poemas homéricos onde se encontram as sugestões longínquas (5) da famosa entrevista.

Em Virgílio, a conversa dos dois deuses surge sem preparação. Em Camões, a deusa perturba com a sua beleza desnuda o universo inteiro, antes de chegar ao Olimpo onde vai persuadir (ou seduzir?) o pai dos deuses.

Júpiter sorri

*Co vultu alegre, qual, do Céu subido,
Torna sereno e claro o ar escuro.*

(*Lusíadas*, II,42)

E também a luz desse sorriso vem de longe: da *Iliada*, inicialmente; a seguir, de Énio:

*Iuppiter hic risit, tempestatesque serenae
Riserunt omnes risu Iouis omnipotentis.*

De quem Virgílio o tomou:

*Olli subridens hominum sator atque deorum
Vultu quo caelum tempestatesque serenat.*

De quem finalmente o recebeu Camões.

Em Virgílio, o encontro acaba com um beijo paternal: «oscula libauit natae». Em Camões, como escreve Leonard Bacon, «the embrace in *Lusiads* is much warmer than in Virgil» (6). Um pouco a distância que separa as pinturas de Rafael e de Veronese atrás mencionados.

E toda a emoção do Universo ante a beleza despida da deusa é a que palpita em tantos quadros de Giorgione, Ticiano e Veronese, para citar apenas artistas do século XVI. Note-se, a propósito, que Ticiano chamava *poesie* aos seus nus mitológicos.

A rápida análise das fontes da entrevista de Vénus com Júpiter, e de dois paralelos na pintura quinhentista italiana, permitiu-nos considerar brevemente o espírito de que brota este pequeno quadro mitológico do poema.

Um outro tema, porém, se revela mais interessante, pois, ao contrário deste, não aparece isolado na obra de Camões. Estou a pensar no encontro de Actéon com Diana, um dos assuntos mais tratados na pintura renascentista.

É difícil dizer qual é mais antigo, se o tema em arte, se o tema em literatura.

Tomando primeiro as fontes literárias até Ovídio, que transmitiu a lenda de Actéon à poesia e à arte do Renascimento, lembremos sumariamente as causas da punição do caçador.

Na versão mais antiga, a de Estesícoro, do séc. VI a.C., e a de Acusilau, do final do mesmo século, Actéon foi castigado, por ter sido rival de Zeus no amor de Sêmele; no século seguinte, para Eurípides, que repetidamente alude ao destino do herói, na tragédia *Bacantes*, como aviso a

Penteu, também neto de Cadmo, foi a insolência do herói, ao pretender medir-se com Diana, em proezas venatórias, a causa da sua desgraça:

‘Ορᾶς τὸν Ἀκτέωνος ἄθλιον μῦρον
ὄν ὠμόσιτοι σκύλακες ἄς ἐθρέψατο
διεσπάσαντο, κρείσσον’ ἐν κυναγίαις
340 Ἀρτέμιδος εἶναι κομπάσαντ’, ἐν ὄργασιν (7).

«Tu vês o desgraçado destino de Actéon, a quem fizeram em pedaços, nas planícies, os cães selvagens que alimentava, por se ter gabado de ser melhor que Ártemis nas caçadas».

A versão corrente na poesia e na pintura do Renascimento surge primeiro, no 3.º século a.C., no epílio do *Banho de Palas*, do poeta Calímaco. Aí Palas ou Atena refere «a lei antiga, a lei de Cronos», segundo a qual, «quem vir um dos Imortais, contra vontade deste, pagará por vê-lo um alto preço». E assim justificando a cegueira de Tirésias que dera com ela banhando-se, a deusa profetiza a futura desgraça de Actéon.

«E entretanto» — Palas continua — «ele será o companheiro da poderosa Ártemis; mas nem as correrias com ela, nem o terem lançado juntos o dardo, na montanha, lhe valerá, quando ele vir, mesmo sem querer, o banho gracioso da divindade. Os próprios cães farão dessa vez um repasto daquele que era antes seu dono. E a mãe correrá por toda a floresta, para juntar os ossos do filho» (8).

Foi esta a versão que Ovídio aproveitou e desenvolveu nas *Metamorfoses*, inserindo-a num quadro das desgraças da família de Cadmo. Voltaremos à versão latina, depois de uma rápida inspecção de algumas obras de arte da Antiguidade sobre o mesmo tema. Interessando-nos aqui sobretudo a poesia camoniana e a pintura do Renascimento,

tocaremos apenas os estádios fundamentais da evolução do tema na arte grega e romana.

As representações de Diana e Actéon, na Grécia, caracterizam-se pela sobriedade. Na conhecida métope de Selinunte, dos meados do século v antes da nossa era, figuram apenas a deusa vestida que olha Actéon com um misterioso sorriso, enquanto o herói é atacado por um cão. Os dois vultos humanos estão de pé, face a face.

No cratêr ático de figuras vermelhas, datado da mesma época (c. 450 a.C.), que se encontra no Museum of Fine Arts, de Boston, e tive ocasião de voltar a ver em Abril de 1966, a deusa, vestida e de pé, aponta uma seta do seu arco a Actéon de joelhos, enquanto segura outra seta na mão esquerda. O caçador está a ser atacado por quatro cães, um dos quais, mordendo-o no pescoço, obriga Actéon a inclinar a cabeça para trás.

Estas representações, e outras semelhantes, excluem qualquer referência à tradição mais recente, a que atribuíam o castigo do herói a ter ele surpreendido a deusa, quando tomava banho com as suas companheiras.

Ainda na Grécia, mas já no século II d.C., há a descrição do grupo escultórico que no *Burro de Ouro* ⁽⁹⁾ o jovem Lúcio vê no pátio da casa de Birrena, numa cidade não identificada da Tessália. Aí, Diana encontra-se igualmente vestida, pois, segundo a descrição de Apuleio, podia ver-se o refluir do traje, soprado pelo vento, enquanto a deusa caminhava a passos decididos, com os cães na sua frente, seguros pela trela. Entretanto, Actéon que aguarda que a irmã de Apolo venha tomar banho, já mostra os primeiros sinais da metamorfose, «transformado na figura de um cervo», ao espreitar por entre a folhagem.

As representações do banho de Diana, só ou com as suas companheiras, encontram-se com frequência no mundo romano. O Professor Robert Étienne, num estudo sobre «La mosaïque du 'bain des Nymphes' à Volubilis» ⁽¹⁰⁾,

no Marrocos actual, inventariou e reproduziu fotograficamente algumas dessas representações em escultura, pintura mural e mosaico. As pinturas a *fresco* de Pompeia e os mosaicos do norte de África lembram as ilustrações que acompanharão as *Metamorfoses* de Ovídio, nos livros dos séculos xv, xvi e xvii.

As relações entre Ovídio e arte sua contemporânea continuam matéria de discussão entre os especialistas ⁽¹¹⁾. Em relação, porém, com o futuro, a influência de Ovídio na poesia e na arte, do Renascimento em diante, é um facto provado.

E agora vejamos algumas referências a Actéon nos poetas do século xvi, incluindo Camões.

No *Cancioneiro Geral*, Duarte de Resende encarece a formosura da amada, considerando-se perante ela como outro Actéon:

*que por solo yo mirar
tu lindeza muy ufana
a la sazón,
quyeres tu comygo usar
como la casta Diana
con Anteon* ⁽¹²⁾.

E na *Fábula do Mondego*, também Sá de Miranda exalta a beleza da Ninfa, pelo excesso do risco a que fica sujeito o homem que a contemplar:

*Un cuerpo mortal dino
nunca fué de tal ver;
si huvo de acontecer
nunca s'aconteció sin grave daño:
exemplo es de Acteón el caso extraño,
qu'en ciervo transformado, corre el campo
un cazador tamaño
fuyendo el su Pamfago y su Melampo* ⁽¹³⁾.

Os nomes dos cães denotam claramente a origem ovidiana da reminiscência de Sá de Miranda.

Em António Ferreira, imbuído de poesia greco-latina, Santa Comba é também surpreendida a tomar banho na floresta:

*E inda então a el-Rei não vira.
Chegara ali a moça na alta sesta
Banhar-se, como sóe, nũa fonte clara
Depois de vigiar a serra, e floresta,
Que pisada de gente não topara.
Ali mais que Diana, mais que Vesta
Seu castíssimo corpo refrescara,
A cuja vista o Sol, que antes ardia,
Tempera o fogo, e faz mais claro o dia.*

Posteriormente, descoberta pelo rei mouro, com o nome pitoresco e depreciativo de Ourelhão:

*Sai dentr'as matas contra o mouro irosa,
E assi mais divina, e mais fermosa.
Qual a casta Diana de sua fonte
Afrontada saiu contra Acteão,
Quando ele acaso a viu, andando a monte,
E cervo o fez, corrido do seu cão ⁽¹⁴⁾.*

Em Camões, o mito ocorre com uma frequência significativa. Vejamos o primeiro exemplo, nas redondilhas do «ABC em motos», na letra Q:

QQ

*Quanto mais desejo ver-vos,
menos vos vejo, Senhora:
não vos ver melhor me fora.*

*Querendo ver a Diana,
Acteon perdeu a vida,
Que eu por vós trago perdida (15).*

Em Ovídio, o neto de Cadmo viu a deusa, por acaso. Mas a pintura, a escultura e o mosaico da Antiguidade, e a pintura do Renascimento, representam muitas vezes como intencional o encontro de Actéon.

A atitude de Camões é a mesma dos poetas anteriores: a alusão ao mito serve-lhe para exaltar a beleza da mulher cortejada.

Na Ode IX (*Fogem as neves frias*), largamente inspirada nas três odes horácianas da Primavera (16), surge de repente, a completar o quadro primaveril, a figura grácil da deusa e logo, associada quase inevitavelmente, a recordação de Actéon:

*Dece do duro monte
Diana, já cansada da espessura,
buscando a clara fonte,
onde, por sorte dura,
perdeu Acteon a natural figura (17).*

Aqui, Diana participa na renovação da natureza, em um dos poucos passos que não vêm directamente de Horácio, e Actéon surge por associação melancólica do seu destino com o da irmã de Apolo, e talvez porque a ode constitui um treno à caducidade e incerteza da vida humana.

A Écloga VII de Camões, «intitulada dos Faunos», apresenta mais de uma vez o encontro com as ninfas despidas, no seio da floresta, e acaba por mencionar expressamente Actéon.

A situação pertence à tradição clássica: o monte Parnaso, a fonte que nele brota, o regato, o banho das ninfas,

dois Faunos que as seguem e observam, e a fuga das deusas «pela espessura»:

*dest' arte vão as Ninfas que, deixando
de seu despojo os ramos carregados,
nuas por entre as silvas vão voando.*

*Mas os amantes, já desesperados,
que, para as alcançar, enfim se viam
nada dos pés caprinos ajudados,
com amorosos brados as seguiam (18).*

O quadro é muito parecido com o do canto IX de *Os Lusíadas*. Os Faunos, chamados na *Écloga* também Sátiros, fazem as suas queixas. E é o Sátiro Segundo quem, a certa altura, exclama:

*O caso de Acteon, também, diria
em cervo transformado; e melhor fora
que dos olhos perdera a vista escura
que escolher nos seus galgos a sepultura.*

(Daqui se tiraram duas oitavas)

*Tudo isto Acteon viu na fonte clara,
onde a si de improviso em cervo viu;
que quem assi desta arte ali o topara,
que se mudasse em cervo permitiu.
Mas, como o triste amante em si notara
a desusada forma, se partiu.
Os seus, que o não conhecem, o vão chamando;
e, estando ali presente, o vão buscando.*

Cos olhos e co gesto lhes falava,
que a voz humana já mudada tinha.
Qualquer deles por ele então chamava,
e a multidão dos cães contra ele vinha.
Que viesse ver um cervo, lhe gritava;
Acteon, aonde estás? Acude asinha!
Que tardar tanto é este (lhe dizia)?
É este, é este, o eco respondia (19).

Aqui temos a descrição das *Metamorfoses* (20) de Ovídio, com algumas omissões, o catálogo dos cães, por exemplo, e um ou outro acrescento, como aquele efeito do eco, tão caro ao poeta latino, mas omitido neste episódio.

Que estaria nas duas oitavas que a censura inquisitorial suprimiu?

O esboço apresentado anteriormente, do encontro dos Faunos com as Ninfas no banho, deixa-nos a impressão de que se trataria dum quadro semelhante, mas com maior variedade de situações, insistência mais pormenorizada no requinte das formas sedutoras dos nus femininos, enfim, uma das *poesie* de Ticiano, pintada com o colorido rico da paleta verbal de Camões.

Como quer que fosse, os censores, tão benevolentes com a Ilha dos Amores de *Os Lusíadas*, exerceram aqui a sua severidade. É certo que a *Lírica* foi publicada mais tarde.

Não tenho muitas dúvidas de que o passo suprimido fosse uma «Diana no banho», como tantas que a pintura europeia contemporânea nos oferece. Diana nua ou Vénus despida tanto faz. Os historiadores de Arte há muito observaram que as Dianas, Ledas, Dánaes e outras são representações daquela *Venus Naturalis* de que nos fala Sir Kenneth Clark (21), como criação veneziana, por oposição à *Venus Coelestialis*, criatura do neoplatonismo florentino.

Toda a canção do Sátiro, na *Écloga VII*, trata de metamorfoses trágicas, provocadas pelo Amor. A mais longa, apesar das estâncias suprimidas, e também a última, é a metamorfose de Actéon. O lugar de realce que lhe foi dado, a concluir a *égloga*, corresponde a todo o argumento da composição, desde o banho das Ninfas, à sua descoberta e subsequente fuga diante dos Sátiros.

Em Camões, na *Écloga VII*, Actéon torna-se vítima da sedução dos encantos femininos, é o «triste amante» que sofre em si o duplo efeito da beleza da mulher, ao mesmo tempo, enlevo e tortura. Aqui a natureza agridoce do amor, a contradição que lhe é própria, são a causa do sofrimento do apaixonado. Estes Faunos da bucólica camoniana não têm problemas de disciplina de costumes, a não ser a que lhes impõe a natureza esquiva das Ninfas. Não se sentem perplexos, como os pastores de Gil Vicente⁽²²⁾, ante a impossibilidade moral de gozar a beleza criada por Deus.

Vimos «Actéon e Diana» nas Redondilhas, nas Odes, nas *Éclogas*, e vamos finalmente encontrar o mito em *Os Lusíadas*.

Uma primeira alusão ao «caçador que o vulto humano perdeu» surge na entrevista de Vénus com Júpiter, no canto II, com que abrimos o presente estudo. Nesse episódio, vindo directamente da *Eneida*⁽²³⁾ de Virgílio, a Vénus camoniana é — como já referi — muito mais capitosa que a latina:

*E por mais namorar o soberano
Padre, de quem foi sempre amada e cara,
Se lh'apresenta assi como ao Troiano
Na selva Idea, já se apresentara.
Se a vira o caçador que o vulto humano*

*Perdeu, vendo Diana na água clara,
Nunca os famintos galgos o mataram,
Que primeiro desejos o acabaram. (II, 35)*

Repare-se na equivalência erótica de Vénus e Diana, bem como na menção do julgamento das três deusas, um dos temas de nu feminino mais conhecidos, desde a Antiguidade.

Aqui os cães não são tão violentamente assassinos como os desejos que assaltariam Actéon à vista da deusa. Também em Shakespeare, o Duque diz em *Twelfth Night*, sobre os efeitos do primeiro encontro com Olívia:

*That instant was I turned into a hart:
And my desires like fell and cruel hounds
E'er since pursued me (24).*

«Nesse instante fui eu mudado em veado e os meus desejos como galgos cruéis e selvagens não mais deixaram de perseguir-me».

Voltando, porém, a Camões, é no canto IX do seu poema, que as alusões e referências expressas ao mito se acumulam. Vénus, protectora dos portugueses, para recompensar os heróis, prepara-lhes uma espécie de *μακάρων νῆσος* da tradição grega (25), «ilha dos bem-aventurados», mas de uma bem-aventurança sobretudo física, dos sentidos. Não lhe falta o «banho das ninfas»:

*Ali quer que as aquáticas donzelas
Esperem os fortíssimos barões
— Todas as que têm título de belas,
Glória dos olhos, dor dos corações —
Com danças e coreias... (IX, 22)*

Inopinadamente, e sem que as circunstâncias do ambiente sugiram a menção do caçador, no meio de reflexões morais, e não de Sátiros e Ninfas disseminados na paisagem idílica, de repente, surge o neto de Cadmo:

*Via Acteon na caça, tão austero,
De cego na alegria bruta, insana,
Que, por seguir um feio animal fero,
Foge da gente e bela forma humana;
E por castigo quer, doce e severo,
Mostrar-lhe a ferosura de Diana;
E guarde-se não seja inda comido
Desses cães que agora ama, e consumido. (IX, 26)*

O significado da estância 26 do canto IX ficou esclarecido desde Faria e Sousa que da sua descoberta tirava não pequena satisfação. Alguma coisa terei a dizer mais adiante sobre a tradição alegórica em que se insere esta visão do herói caçador, cheia de intenções morais.

Da próxima vez que vamos encontrar Actéon, a metamorfose já se consumou e o caçador feito veado não passa de um elemento decorativo da paisagem, uma estátua que se reflectisse na água serena. O ambiente é de perfeita quietude primaveril. O lado cruel da transformação foi omitido, pois uma Ilha dos Bem-Aventurados, onde reina perenemente a Idade do Ouro, não comporta metamorfoses trágicas.

Os elementos que caracterizam a Primavera incluem, como na Ode IX (*Fogem as neves frias*), a presença de Filomela, a filha de Pandíon, metamorfoseada em rouxinol, aqui também associada a Actéon.

E em três estâncias seguidas, passa-se do bucolismo contemplativo para as movimentadas cenas de desembarque

e de perseguição às Ninfas despidas (canto IX, 63, 64, 65):

63

*A longo da água o nívoo cisne canta,
Responde-lhe do ramo Filomela;
Da sombra de seus cornos não se espanta
Acteon n'água cristalina e bela;
Aqui a fugace lebre se levanta
Da espessa mata, ou tímida gazela;
Ali no bico traz ao caro ninho
O mantimento o leve passarinho.*

64

*Nesta frescura tal desembarcavam
Já das naus os segundos Argonautas,
Onde pela floresta se deixavam
Andar as belas Deusas, como incautas.
Algũas, doces cítaras tocavam,
Algũas, harpas e sonoras frautas;
Outras, cos arcos de ouro, se fingiam
Seguir os animais, que não seguiam.*

65

*Assi lho aconselhara a mestra experta:
Que andassem pelos campos espalhadas;
Que, vista dos barões a presa incerta,
Se fizessem primeiro desejadas.
Algũas, que na forma descoberta
Do belo corpo estavam confiadas,
Posta a artificiosa fermosura,
Nuas lavar se deixam na água pura.*

*Mas os fortes mancebos, que na praia
Punham os pés, de terra cobiçosos...*

A perseguição das Ninfas pela floresta começa. O banho de Diana é apropriadamente evocado na estância 72:

*Outros, por outra parte, vão topar
Com as deusas despidas, que se lavam;
Elas começam súbito a gritar,
Como que assalto tal não esperavam;*

Com alusão a Diana, na estância 73:

*Outra, como acudindo mais depressa
À vergonha da Deusa caçadora,
Esconde o corpo n'água;.....*

E na estância seguinte, com o descritivo da perseguição, amenizado por um «simile», encontramos pela última vez a divindade castigadora de Actéon:

*Qual cão de caçador, sagaz e ardido,
Usado a tomar na água a ave ferida,
.....
..... assi o mancebo
Remete à que não era irmã de Febo.*

Acabamos de ver a importância do papel que o banho de Diana e o encontro com Actéon desempenham na concepção da Ilha dos Amores. O trecho das *Metamorfoses* de Ovídio sugeriu em parte o cenário em que se desenrola o episódio camoniano.

Quem tenha folheado as edições quincentistas de Ovídio, não pode deixar de notar a semelhança entre as cenas do encontro com as Ninfas e sua perseguição pelos navegantes desembarcados, no canto IX dos *Lusíadas*, e as gravuras que costumam ilustrar o livro III das *Metamorfoses*, no episódio de Actéon. Basta para isso comparar a vinheta da edição de Faria e Sousa, de 1639, com a edição das *Metamorfoses* de Rafael Régio, por exemplo, saída em Parma, em 1505.

O tema, porém, não aparece apenas nas ilustrações das *Metamorfoses* ovidianas. É dos mais correntes na pintura italiana e francesa do século XVI.

Já em 1880, Joaquim Nabuco achava que o canto IX de *Os Lusíadas* parecia «uma representação viva da *Caça de Diana* de Domenichino», e trinta anos depois, nos Estados Unidos, retomava a ideia, insistindo: «the whole tapestry might serve as model for many paintings. The *Chase of Diana* of the Domenichino seems copied from it»⁽²⁶⁾.

Joaquim Nabuco podia ter citado muitas mais⁽²⁷⁾, se atendermos à frequência com que o tema foi tratado no século XVI.

Ticiano, por exemplo, dedicou-lhe uma das suas famosas *poesie*, «Actéon surpreendendo Diana no banho» que, juntamente com outra não menos célebre, «Diana e Calisto», igualmente rica em nus femininos, mandou a Filipe II de Espanha, um dos seus melhores clientes deste género, em 1559. Terá Camões visto uma gravura de «Diana e Actéon» de Ticiano? Não é natural, porque, segundo parece, apenas «Diana e Calisto» foi reproduzida em gravura, em vida do pintor.

A propósito das *poesie* escreve E. K. Waterhouse⁽²⁸⁾, no estudo que dedicou à «Diana e Actéon» de Ticiano: «A *poesia* era um género de pintura, natural de Veneza, que primeiro surgiu à roda do ano de 1500 e anda ligado

ao nome de Giorgione. Talvez não seja por acaso que a primeira edição das *Metamorfoses* de Ovídio com ilustrações foi publicada em Veneza, em 1497. E não há dúvida de que as histórias de Ovídio formam a espinha dorsal dos motivos deste género, no seu primeiro aparecimento».

Quase compostos na mesma altura que os de Ticiano, foram os dois quadros de Veronese, de cerca de 1560, sobre «Diana e Actéon», hoje em Boston e Filadélfia, respectivamente.

Na Europa contemporânea de Camões, um país há em que «Diana e Actéon» gozam de uma popularidade e de um prestígio que transcendem o domínio das artes figurativas: é a França.

Aí o mito, que existia já na Literatura e na Arte, como por toda a Europa, adquire uma significação especial com a ascensão ao trono, de Henrique II, em 1547, e a importância que assume na vida da corte a favorita do soberano, Diana de Poitiers.

O castelo de Anet, que ela amplia e decora, enche-se de alusões à deusa e ao caçador, em pintura e escultura, e os poetas áulicos celebram as virtudes de Diana e a fascinação que ela exerce sobre o rei, tornado o complacente Actéon, como na poesia portuguesa do século XVI, da mulher amada.

Escreve Françoise Bardou no seu livro *Diane de Poitiers et le Mythe de Diana* (29), amplamente ilustrado: «os textos provam a relação estreita da literatura e da decoração, nesta época, e quanto a arte, feita de alusão, de lisonja, era uma arte intelectual — a essência mesma do processo alegórico». Entre os poetas de Diana contam-se Du Bellay, Baif, Ronsard, Louise Labé e outros (30).

As datas são as dos anos em que Camões elabora o seu poema e não é impossível que, mesmo estando no Oriente, alguma coisa lhe chegasse aos ouvidos da voga

do tema de Diana em França, dadas as relações frequentes, embora nem sempre cordiais, que havia então com esse país. Acresce ainda, que circulava literatura contemporânea sobre as obras de Anet.

A ligação de Diana de Poitiers (1499-1566) com Henrique II (1519-1559) deu origem a uma nova tradição alegórica que se prolonga nas relações entre os soberanos seguintes e as suas favoritas, e que Gabrielle Bardon documenta abundantemente. As Dianas têm os nomes de Marie Touchet, amante de Carlos IX (1550-1574), e Gabrielle d'Estrées que ocupa situação idêntica em relação a Henrique IV.

François Clouet, que fez retratos de reis e príncipes, pinta *Diana no banho* ⁽³¹⁾, enquanto Actéon passa ao lado a cavalo, em traje de corte. Há, pelo menos, dois quadros destes, um no Museu de Ruão e outro no Museu de São Paulo. Por um desenho seu de Carlos IX, é possível reconhecer o monarca sob os traços de Actéon, já em vias de transformação, num quadro francês de autor desconhecido, povoado de Ninfas no banho, em que a figura mais exposta na atraente nudez lembra muito os retratos conhecidos da sua favorita ⁽³²⁾.

Voltando agora a Portugal. Camões podia ter visto representações figuradas do mito, em gravuras, quer de qualquer das pinturas célebres do tempo (e eram muitas), quer, mais provavelmente, das edições das *Metamorfoses* de Ovídio. A sua existência em tapeçarias está documentada em França e não é impossível que alguma chegasse a Portugal.

Vimos, há pouco, como «Diana e Actéon» tinham recebido em França uma interpretação alegórica particular. Ora a alegoria constituiu o destino final dos mitos do paganismo, na sua interpretação cristã.

No «Ovide moralisé» ⁽³³⁾, poema francês do começo do século XIV, é atribuída à fábula uma dupla interpreta-

ção: a primeira, a mais fácil, vem expressa em sete versos, e refere-se àqueles que tanto gastaram em cães e falcões, que ficaram na miséria; a segunda, mais elaborada, desenvolve-se ao longo de sessenta e cinco versos, e vê em Actéon um símbolo de Jesus Cristo, em Diana a Santíssima Trindade e, finalmente, nos cães de Actéon os judeus que mataram Jesus.

Ainda do século XIV, são as *Genealogie* (34) de Boccaccio que, aproveitando mitógrafos anteriores, como Fulgêncio, do século V, por seu turno sumariador de um Anaxímenes, que escreveu «de picturis antiquis», assim disserta: «Actéon gostava de caçar. Mas, chegando a idade madura e considerando os perigos das caçadas, isto é, vendo como a sua arte era nua, tornou-se tímido [...]; ora, se fugiu aos perigos das caçadas, não pôs de parte, todavia, o gosto dos cães. E alimentando-os sem qualquer fim, gastou toda a sua fortuna. Por este motivo, foi devorado pelos cães».

No século XVI, Alciato, num dos seus *Emblemata* (35), usou o mesmo mito a respeito daqueles que são arruinados por maus companheiros:

«*In receptatores sicariorum*».

«*Contra os que acolhem sicários: turba cruel de salteadores e rapinantes, qual coorte cingida de ameaçadoras espadas, acompanha-te pela cidade. Consideras-te nobre de espírito, ó pró-digo, porque as tuas sopas atraem muitos maus. Eis o novo Actéon, que depois da metamorfose ficou presa de seus próprios cães*».

Até aqui, três interpretações alegóricas de autores estrangeiros, que abrem caminho para a compreensão da alegoria da estância 26 do canto IX de *Os Lusíadas*.

Vejamos agora a tradição nacional. Entre nós, e também no século XVI, Lourenço de Cáceres, falecido antes

de 1531, na sua *Doutrina* ao Infante D. Luís, assim aproveitou o mito: «E porque finalmente se acabe de entender quanto os antigos sabedores condenaram nos Príncipes os gastos demasiados, e ocupações na caça, está muito claro por aquela notória fábula de Antéon, Príncipe Tebano, da geração de Cádimo, que, montando um dia, como sempre costumava fazer, a deusa Diana o converteu em cervo, o qual, como espantado da sua figura começasse a fugir, saltaram os seus mesmos cães com ele e o mataram.

A qual fábula, como declara Eusébio, não quer outra coisa dizer senão que Antéon, sendo príncipe muito rico, podendo gastar o seu tempo e sua renda em cousas de honra e glória, quis antes despender tudo em cães e caçadores; por darem doutrina e aviso nele aos outros Príncipes, fingiram que os seus cães o mataram e comeram»⁽³⁶⁾.

Em 1536, no prólogo da *Tragedia da Vingança que foy feyta sobre a morte do Rey Agamenon*, Anrique Ayres Victoria escrevia gravemente a D. Violante de Távora, entre outras considerações de semelhante teor, as seguintes: «(...) acho nam auer ahy nenhũa fabula escrita por qualquer daquelles antigos poetas que eram grandes philosophos, da qual nam possamos tirar grande doutrina moral: exemplo... aquele Acteom grande caçador que nos mostra por sua desastrada e cruel morte, se nam que os que em caças e vicios deleitosos, nam se lembrando daquelle sumo Deos que os criou, gastam seu tempo, e por derradeiro vem a ser comidos dos cães Acteom que sam seus vicios, e padecem e acabam mal e com desuenturado fim seus dias»⁽³⁷⁾.

Ninguém hoje põe em dúvida o acerto da interpretação de Faria e Sousa, ao referir a D. Sebastião o Actéon da estância 26 do canto IX, com aquele final dirigido aos cortesãos adutores do jovem rei:

*E guarde-se não seja ainda comido
Desses cães que agora ama, e consumido.*

Se, todavia, os textos que citámos ultimamente, a saber, *L'Ovide moralisé*, as *Genealogie* de Boccaccio, o *Emblema* de Alciato, Lourenço de Cáceres e Aires de Vitória ainda deixassem dúvidas sobre a existência desta versão alegórica, em data anterior a Camões, com o consequente reforço da interpretação de Faria e Sousa, guardo para o fim um texto que nunca foi, com meu conhecimento, até hoje utilizado. Nele a identificação de Actéon com D. Sebastião é muito anterior em data à descoberta do «Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real».

Trata-se de um poeta menor, do século XVI, amigo e admirador de Camões. Na sua «Ode IV. A D. Anrique de Meneses», um dos validos de D. Sebastião, e como ele jovem, André Falcão de Resende faz considerações que nos trazem inevitavelmente ao espírito a estância 26 do canto IX de *Os Lusíadas*. Eis os trechos que directamente nos interessam:

1

*Dos ilustres Meneses,
Daquele real tronco e tão antigo,
Honra dos Portugueses,
Espanto ao Mouro imigo,
De tão florido ramo fruto amigo;*

.....

5

*E qual claro luzeiro
Do nosso novo Sol, tão sem segundo,
Sebastião Primeiro,
Resplandecente ao mundo,
Não só de Lusitânia olho jucundo;*

6

*Que os raios derramando
 Da fresca Sintra ao mar, de poucos visto,
 Mar e terra ilustrando
 Do Antártico a Calisto,
 Do Português leal ao Chim previsto.*

7

*E que seu braço armado
 A idade inda mostrar lhe não permita,
 Nem seu real estado,
 As armas, com que incita
 Aos seus, em monte, em caça as exercita.*

8

*Tu, que seus passos segues,
 Com Febo as brandas Musas ora vendo,
 Ora as feras persegues,
 Qual Marte em monte horrendo,
 Adónis belo, em força e armas vencendo;*

.....

12

*A aspereza do monte
 Solitário, e o rigor da caça insana
 Não te transforme e afronte,
 Vendo nua a Diana,
 Que o demasiado extremo é vício e dana.*

*E em seu lugar e tempo
 O exercício louvado é, e devido,
 Lícito o passatempo;
 Mas se é descomedido,
 O tempo, e quem o mal gasta, dá em perdido* (38).

O destino de Actéon é sugerido na estrofe 12, nos versos «Não te transforme e afronte, / Vendo nua a Diana», como um aviso, um conselho ao companheiro de caçadas de D. Sebastião. Também a menção de Adónis, na estrofe oito, Adónis, morto numa caçada, em plena juventude, é uma lembrança a bom entendedor...

O País vivia então preocupado (39) com os excessos venatórios de D. Sebastião que, para mais, não se apressava a consolidar o trono, criando descendência. Antes pelo contrário, era patente a sua misoginia. Para usar as palavras de Camões, «Actéon na caça tão austero... / Foge da gente e bela forma humana» (*Lus.* IX, 26).

É natural que Frei Bartolomeu Ferreira, da Ordem dos Pregadores, encarregado de censurar *Os Lusíadas*, participasse das preocupações gerais. E talvez o aviso a Actéon, engastado no cenário voluptuoso, tenha contribuído para desfazer algumas das reservas que poderia levantar no seu espírito a Ilha dos Amores.

A alusão era no final do século XVI muito mais transparente do que hoje e vinha apoiada, como acabámos de ver, por uma tradição constante de aplicação do mito a pessoas de alto estado. O próprio Actéon da fábula não era um qualquer, mas príncipe de Tebas, descendente dos deuses.

Perante a ambivalência do mito, Camões segue uma dupla via: na lírica, como outros poetas contemporâneos dor toda a Europa, considera no fatal encontro de Actéon

e da deusa, a figura de Diana, e compara com ela lisonjeiramente os encantos e os perigos da mulher amada. É esta ainda a versão que segue no canto II de *Os Lusíadas*, ao imaginar os desejos do caçador mais destruidores que os seus próprios cães.

Mas no final do poema, decide-se pela interpretação mais grave, aquela que concentra a atenção do leitor no destino de Actéon, devorado pelos seus cães, imagem do soberano e dos criminosos adutores de seus erros. E, infelizmente para Portugal, a alegoria saiu certa.

NOTAS

- (1) Cf. sobre Joaquim Nabuco o cap. VII deste livro.
- (2) *As Metamorfozes* ou *O Burro de Ouro*, livro IV, cap. xxviii a livro VI, cap. xxiv.
- (3) LUISA VERTOVA, *Veronese*. Electa Editrice, Milano-Firenze, 1952.
- (4) *Macrobios, Saturnalia* edidit J. WILLIS. Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri, 1963. O passo é 6, 2, 31 (p. 365 da ed. citada).
- (5) Cf. GEORG NIKOLAUS KNAUER, *Die Aeneis und Homer*. Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1964.
- (6) *The Lusiads of Luiz de Camões*. The Hispanic Society of America, New York, 1950, p. 72.
- (7) E. R. DODDS, *Euripides' Bacchae*. Oxford, at the Clarendon Press, 1960, pp. 113-114.
- (8) Vs. 100-102; 110-116.
- (9) *Metamorphoses* II, 4.
- (10) *I Congreso Arqueológico del Marruecos Español*, Tetuan, 1954, pp. 345-357.
- (11) Cf. HANS HERTER, «Ovids Verhältnis zur bildenden Kunst am Beispiel der Sonnenburg illustriert» (e a bibliografia aí citada) in *Ovidiana. Recherches sur Ovide* ed. por N. I. HERESCU, Paris, Les Belles Lettres, 1958, pp. 49-74.
- (12) A. J. DA COSTA PIMPÃO e AIDA FERNANDES DIAS, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, II (1974), p. 240.
- (13) *Francisco de Sá de Miranda, Obras Completas*. Texto fixado, notas e prefácio pelo Prof. M. RODRIGUES LAPA, Lisboa, Sá da Costa,

I, 21942, p. 84. Este passo foi-me comunicado pelo Rev. Dr. José Geraldes Freire, professor da Faculdade de Letras de Coimbra, a quem agradeço aqui a informação.

(14) *António Ferreira, Poemas Lusitanos* com prefácio e notas do Prof. MARQUES BRAGA, Lisboa, Sá da Costa, II, 21953, pp. 24-25.

(15) *Luís de Camões, Rimas*. Texto estabelecido e prefaciado por ÁLVARO J. DA COSTA PIMPÃO. Coimbra, por ordem da Universidade, 1953, p. 46.

(16) Cf. A. COSTA RAMALHO, *Três Odes de Horácio em alguns Quinhentistas Portugueses*, sep. de *O Instituto*, vol. 126, Coimbra, 1965. Reeditado em *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, pp. 318-332.

(17) *Luís de Camões, Rimas*, ed. cit., p. 298.

(18) *Ibidem*, p. 402.

(19) *Ibidem*, p. 412.

(20) III, 131 e segs..

(21) *The Nude. A Study in Ideal Form*. New York, Doubleday, 1959, p. 175. Mas a distinção entre as duas Vénus é mais antiga, como pode ver-se, p. ex., em Platão, *Banquete*, 180 D.

(22) «Auto dos Reis Magos», *Copilaçam*, fol. 6 v.º:

Crio Dios por la ventura
hermosura
para nunca ser amada,
criola demasiada
para nada [?]
como dizis que es locura [?]

(23) I, 254 e segs..

(24) Citado por E. K. WATERHOUSE, *Titian, Diana and Actaeon* Oxford University Press, 1952, p. 11.

(25) Cf. MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Concepções Helénicas de Felicidade no Além*. Coimbra, 1955.

(26) *Camoens. Addresses before American Colleges by Joaquim Nabuco, Brazilian Ambassador*, p. 16.

(27) Cf. SALOMON REINACH, *Essai sur la Mythologie Grecque et l'Histoire Profane dans la peinture italienne de la Renaissance* (Extrait de la *Revue Archéologique*, Janvier-Avril, 1915, p. 17). Ver ainda as ilustrações do livro de Françoise Bardon, adiante citado.

(28) Cf. a nota 24.

(29) Paris, Presses Universitaires de France, 1963.

(30) Citados por FRANÇOISE BARDON, *op. laud.*

(31) FRANÇOISE BARDON, *op. laud.*, «planche XXV».

(32) *Ibidem*, «pl. XXIX».

(33) Publicado por CORNELIS DE BOER em *Verhandelingen der Koninklijke Akademie van Wetenschappen te Amsterdam. Afdeling Letterkunde*. Nieuwe Reeks. Deel XV. Amsterdam, Johannes Müller, 1915. Cf. fol. 17v.: *Dyanne, c'est la Deité / Qui regnoit en la Trinité, / Nue, sans humaine nature, / Qu'Acteon vit sans couverture, / C'est li filz Dieu, qui purement / Vit a nu decouvertement / La beneoite Trinité, / Qui regnoit en eternité, / Sans comencement et sans fin.*

A interpretação alegórica, que vinha da tradição medieval, não foi menos popular no Renascimento, pois dela fez largo uso o Neoplatonismo então reinante, da poesia à teologia.

Passos escabrosos do Antigo Testamento, como «o incesto das filhas de Lot, o adultério de David ou o concubinato de Salomão» eram «espiritualizados por alegoria». (Cf. ROLAND H. BAINTON, *Erasmus of Christendom*, Londres, 2^o1972, p. 91).

(34) Venetiis, MCCCCXCIV, liber quintus, cap. XIII.

(35) O n.º LII, a p. 226, na ed. plantiniana, saída em Leida, em 1593. Alciato faleceu em Pavia, em Fevereiro de 1550.

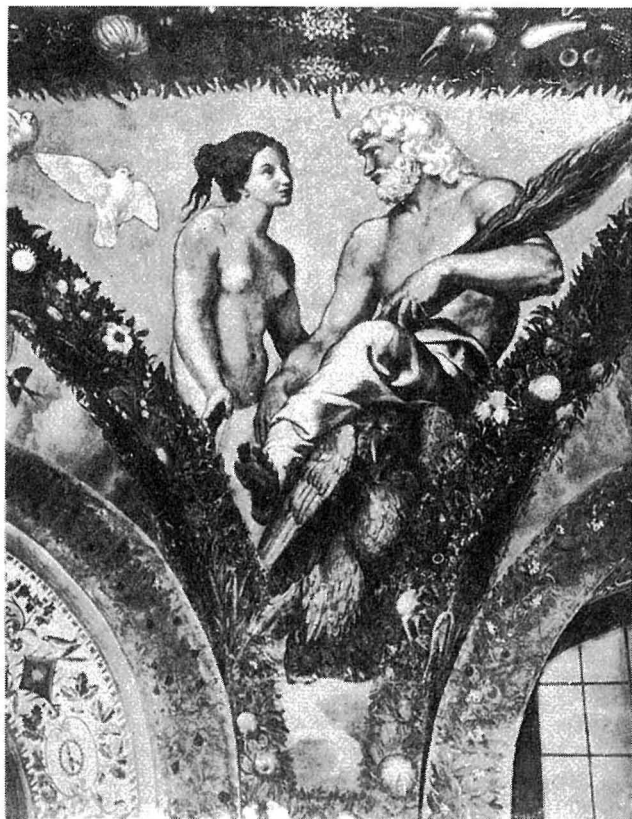
(36) Texto publicado por ANTÓNIO ALBERTO DE ANDRADE, *Antologia do Pensamento Político Português, Séc. XVI*, 1.º vol., Lisboa, 1965, p. 56.

(37) Segundo a edição de F. M. ESTEVES PEREIRA, Academia das Ciências de Lisboa, 1918, p. 30.

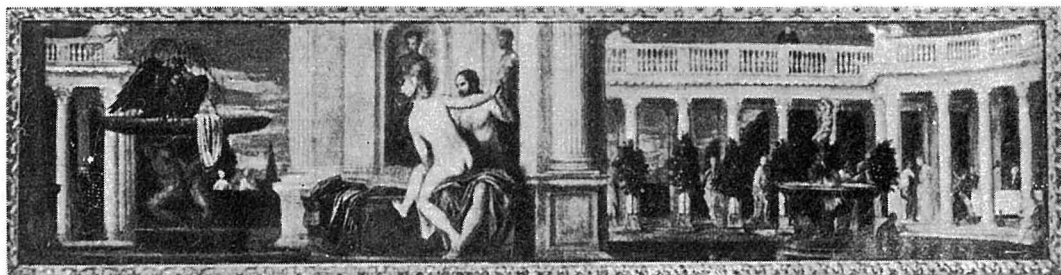
(38) Texto, segundo a tentativa de edição, que ficou incompleta, da Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 175-177. Sobre esta edição, cf. A. COSTA RAMALHO, «Breves Notas sobre André Falcão de Resende. A Edição de Coimbra e os Manuscritos», *Biblos*, Coimbra, XXVII (1951), pp. 443-454. E sobre o poeta, cf. «O poeta quinhentista

André Falcão de Resende», *Humanitas*, IX-X, Coimbra, 1957-58, pp. 100-148, do mesmo autor. Estes dois artigos foram reeditados em *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, pp. 205-215 e 216-260, respectivamente.

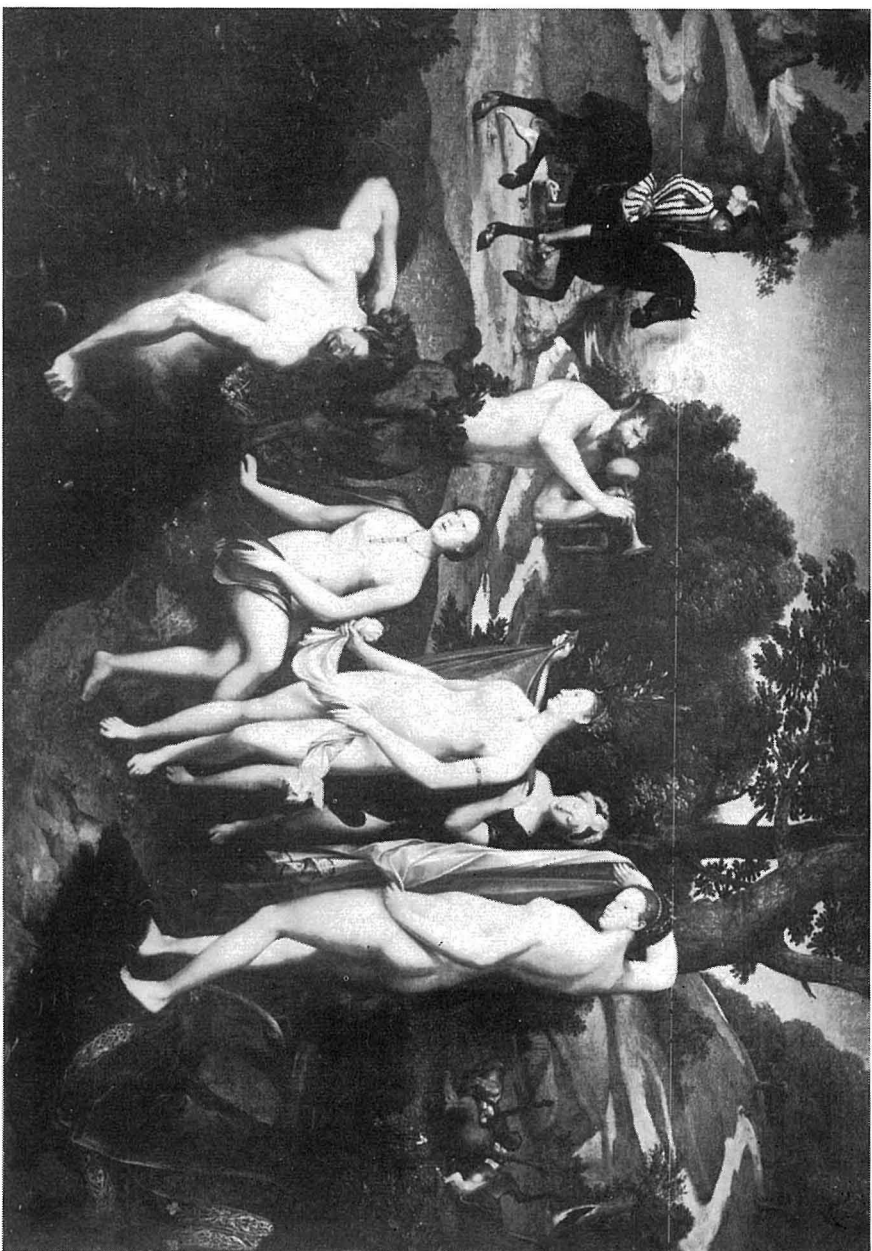
(39) Aos testemunhos reunidos por ANTÓNIO SÉRGIO, *Camões e D. Sebastião*, Lisboa, 1925, junte-se o do *Desengano de Perdidos* de D. GASPAR DE LEÃO, impresso em Goa, em 1573. Cf. a edição de EUGENIO ASENSIO, Coimbra, por ordem da Universidade, 1958, nas pp. 7/8 («Pera Elrey nosso Senhor / Carta do Autor»): «A outra razão, porque offereço este liuro a V.A. he, porque nelle vejo claramête a condição de Deos, que he de males tirar bês. Parece que estaua em razão diuina, & humana, que chegando V.A. a idade de dar fructo de benção, se casasse pera remedio do reyno tão pendurado de casos, mórmente em França, como lhe offerecião, em tẽpos, & em parte, donde nascião não sómente filhos, mas mil bês a muytos reynos, & republica Christãa. E quando as Nãos dos annos passados certificarão, que V.A. não queria casar, (descubro a minha fraqueza) fiquey escandalizado, como cõuinha a zelador do bem comũ, & tomado verdadeiramente, não do Principe impedido da idade ainda não perfecta, mas dos que aconselhauão a .V.A. a não casar, & muito mais das suas razões tão particulares, estragadoras do bem comũ. (...) Estiue pois nesta angustia de minha alma, até a vinda das Nãos deste anno, que trouxerão as nouas tão desejadas, casar .V.A. em França».



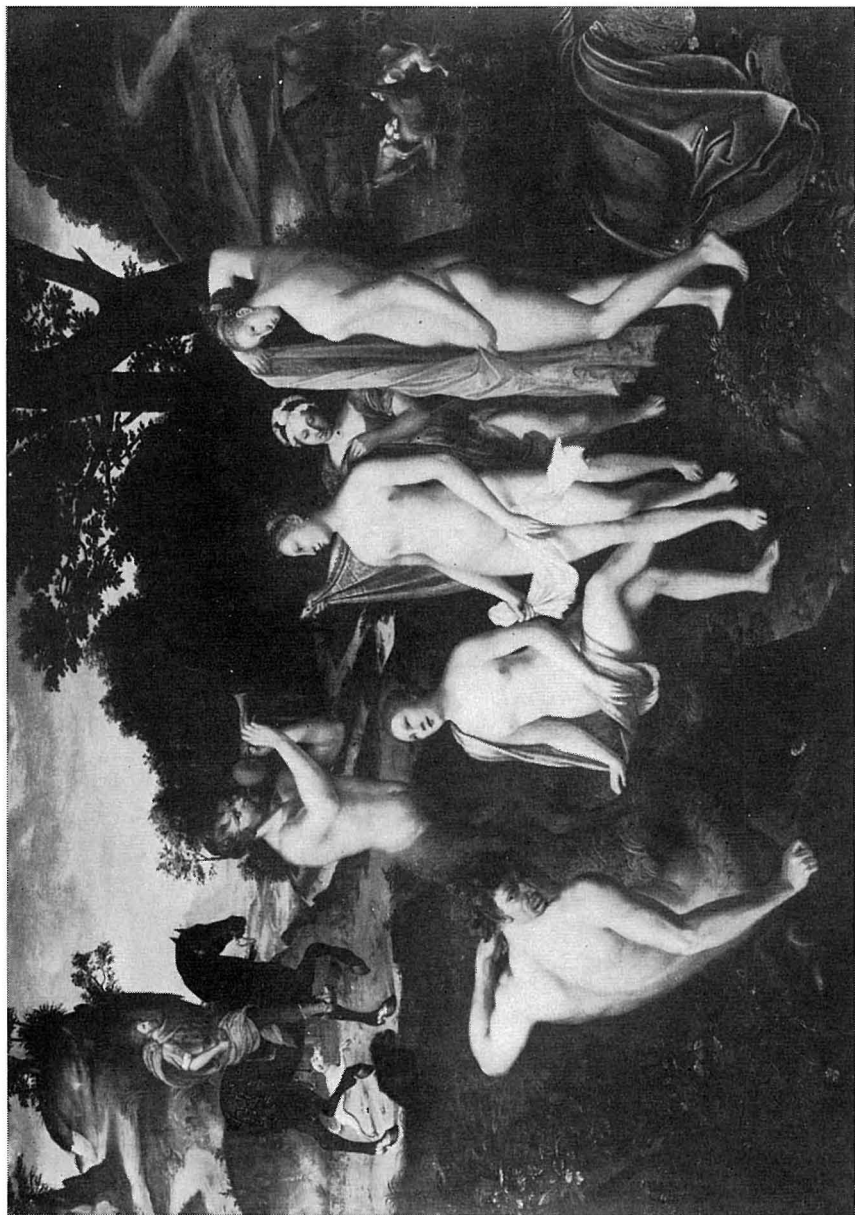
RAFAEL, «VÉNUS E JÚPITER», Farnesina, Roma



VERONESE, «VÉNUS E JÚPITER», Muscum of Fine Arts, Boston



FRANÇOIS CLOUET, «DIANA E ACTÉON», Museu de Ruão, França



FRANÇOIS CLOUET, «DIANA E ACTÉON», Museu de São Paulo, Brasil



TICIANO, «DIANA E ACTÉON» (Colecção do Earl of Ellesmere).
Repr. do opúsculo de E. K. Waterhouse, citado no cap. IV n. 24

V

A ILHA DOS AMORES E O INFERNO VIRGILIANO

Em Camões, é difícil procurar uma fonte única para qualquer episódio ou trecho significativo, não pela preocupação da originalidade a todo preço, corrente em nossos dias, mas por outros motivos que adiante recordarei.

As pessoas com a sua formação cultural sabiam que a reminiscência dos Antigos não era sinal de falta de inspiração própria, mas homenagem consciente ao modelo prestigioso, para ser reconhecida e admirada na sua execução por aqueles que eram capazes de reconhecê-la e admirá-la.

Por isso, quando um classicista procura as fontes greco-latinas de Camões ou de qualquer outro poeta moderno, não pretende diminuí-lo, antes exaltá-lo, na amplitude do seu convívio espiritual com a Antiguidade. Este foi em Camões muito extenso e, por isso, difícil se torna, como atrás dizia, encontrar um modelo único para os episódios de inspiração greco-latina, tanto mais que, além dos escritores da Héliade (possivelmente, em tradução latina) e de Roma, há que ter em conta intermediários como os humanistas e os escritores modernos até o seu tempo ⁽¹⁾.

Também a aproximação literal, de verso a verso, não é tão frequente em Camões quanto a sugestão genérica,

como pode verificar quem leia a colecção de exemplos que António Francisco Barata⁽²⁾ publicou, em 1882, tirada de um manuscrito do séc. XVI, da Biblioteca de Évora, e editada com o auxílio do latinista Francisco de Paula Santa Clara.

Por isso, mais realista me parece a aproximação das duas epopeias no seu esquema geral, como fez Augusto Epifânio da Silva Dias, na Introdução⁽³⁾ da sua edição comentada — uma das melhores jamais impressas — de *Os Lusíadas*, saída em 1910. É o mais perfeito paralelo que conheço e não resisto, por esse motivo, a citá-lo na íntegra, a isso encorajado também pela sua brevidade: «Na epopeia vergiliana Eneas, arrojado por uma tempestade às costas do norte de Africa, refere à rainha Dido os sucessos dos últimos dias de Troia e as aventuras por que elle passou desde que sahiu da terra patria até chegar às praias onde surgia Carthago (*En*, II e III); depois, descendo ao reino das Sombras trava conhecimento por meio de Anchises com os principaes heroes da historia romana (VI 752-888), e, já antes, Jupiter, *volvens fatorum arcana*, revelára a Venus os brilhantes destinos reservados ao povo querido da deosa (I 257-296). Nos *Lusiadas*, Vasco da Gama, aportando a Melinde, desenrola aos olhos do xeque o grande quadro da historia de Portugal (cantos III, IV e V), quadro ampliado por Paulo da Gama, quando explica ao Catual as pinturas historicas das bandeiras da não almirante (VIII 1-38); depois, de volta para a patria, é levado a uma ilha phantastica, onde uma deosa propheticamente lhe dá noticia das grandes façanhas com que de futuro se haviam de illustrar os heroes portugueses (X); e tambem já anteriormente o rei dos deoses, «dos fados as entranhas revolviendo», revelára a Venus as glorias que aguardavam «a gente Lusitana» (II 44-55).

Epifânio não aproxima explicitamente a descida «ao reino das Sombras», do canto VI da *Eneida*, do episódio

da Ilha dos Amores, mas o seu processo de paralelismo sugere claramente a aproximação.

E, de facto, em *Os Lusíadas* a Ilha dos Amores recorda os Campos Elísios da *Eneida*. Mas uma descida aos Infernos, onde se situa o Elísio, implicava problemas teológicos mais graves do que uma ilha imaginária no meio do Oceano. No ambiente português da Contra-Reforma, o Inferno dificilmente seria aceite como uma espécie de inferno homérico ou virgiliano, para mais havendo um inferno cristão, considerado lugar de choro e ranger de dentes. Por isso mesmo, lugar de castigo e não de prémio.

A recompensa só poderia ser dada num «paraíso», palavra grega (παράδεισος) de origem persa, que significa «parque, jardim», e que os textos bíblicos adaptaram. Isto no que diz respeito à palavra, porque quanto a descrever o Paraíso cristão não seria fácil nem, por outro lado, teologicamente aceitável.

Acresce que a imaginação luminosa e pictural do poeta, de que tratei largamente no meu estudo «O mito de Actéon em Camões», o ambiente renascentista em que se formou, e aquele em que as suas leituras o modelaram espiritualmente, tudo lhe sugeriria a concepção plástica de uma μακάρων νῆσος, «ilha dos bem-aventurados», eternamente perfeita, gloriosa e feliz.

A Ilha dos Amores é simultaneamente lugar de repouso e glorificação e pretexto de descrição cosmológica e profecia histórica. Pode mesmo assinalar-se onde o deleite dos sentidos passa a segundo plano e começa a espiritualização do episódio: o anticlímax do esclarecimento das estâncias 89 e seguintes do canto IX, com a apresentação da ilha como alegoria, e as reflexões morais que, segundo um processo repetido, terminam o canto.

Por outro lado, a Ilha dos Amores é um episódio complexo e menos coerente do que a descida aos Infernos da *Eneida*. Com efeito, a catábase virgiliana integra-se

perfeitamente na *pietas* do herói. Virgílio, combinando as suas leituras ⁽⁴⁾ de filósofos, poetas e profetas, aborda com uma funda emoção e uma compenetração religiosa tão intensa a apresentação do mundo do Além, que o leitor do texto latino não consegue alhear-se do ambiente de mistério que se desprende dos seus versos, desde o encontro de Eneias com a Sibila de Cumas. Ao fazer entrar o seu herói no Inferno, lugar de escuridão e sombras, o poeta sente necessidade de invocar de novo o auxílio dos numes, não as Musas, neste caso, mas as divindades infernais: «Deuses em quem está o poder sobre as almas, e sombras silenciosas, o Caos e o Flégeton, regiões sem um ruído, mergulhadas na amplidão da noite, que eu possa, sem sacrilégio, contar o que ouvi, que me seja permitido, com vosso acordo divino, revelar segredos escondidos na escuridão e profunduras da terra» ⁽⁵⁾.

Assim era necessário, porque na primeira parte da sua viagem ao Além, Eneias percorre, guiado pela Sibila que lhe descreve os lugares de passagem, o Inferno tradicional da mitologia pagã, com os seus monstros variados, os seus rios de lodo e cheiro mefítico e Caronte, a cuja barca acorre a multidão das sombras dos mortos, «tantas quantas as folhas que aos primeiros frios de Outono caem nas florestas» (309-310).

Virgílio faz passar o seu herói pelos Campos das Lágrimas onde se encontra Dido, a apaixonada suicida do canto IV, episódio sentimental que tem merecido ao Mantuano quase tantos reparos, pelo seu alheamento do clima épico, como a história de Inês de Castro a Camões. E a Sibila descreve ao troiano o Tártaro ou lugar de castigo infernal para os que na terra cometeram crimes diversos que enumera. Até que chegam «aos lugares alegres e amenos prados e às mansões felizes dos bosques bem-aventurados. Aqui um éter mais amplo e de radiante luz veste as planuras, há um sol e estrelas próprias» ⁽⁶⁾.

Os peregrinos estão nos Campos Elísios, «clímax da jornada», como lhes chama Sir Frank Fletcher (7). Por contraste com o Inferno propriamente dito, Eneias e a Sibila encontram-se agora numa região cuja luminosidade e colorido nada ficam a dever à Ilha dos Amores. Há nela, porém, um grau maior de espiritualidade, porque Virgílio era um pagão com alma antecipadamente cristã e Camões, ao invés, um cristão com sensibilidade de pagão renascentista.

Nos campos Elísios se encontram todos quantos beneficiaram a Humanidade ou serviram os seus compatriotas, de qualquer modo que fosse. Virgílio procede com maior generosidade do que Cícero no *Sonho de Cipião*, pois o lugar no céu é reservado no *Somnium* apenas a estadistas e guerreiros, ao passo que no Elísio virgiliano se encontra «a companhia (*manus*) dos que sofreram feridas, lutando pela pátria, de quantos sacerdotes passaram a vida castamente, quantos foram profetas piedosos e deram oráculos dignos de Febo, ou os que tornaram a vida mais civilizada, graças à invenção das artes, e de quantos, pelos seus méritos, se fizeram lembrados a alguém» (660-664) (8).

Deste modo, os Campos Elísios estão povoados, quando Eneias lá chega e aí encontra Orfeu, o divino cantor, os seus antepassados troianos («Ilo ... Assáraco ... Dárdano»), seu pai, Anquises, o profeta Museu, além do grupo dos que acima ficaram genericamente descritos. A Ilha dos Amores, essa foi criada para o Gama e seus companheiros e, nesta jornada inaugural, acolhe heróis vivos.

Os Campos Elísios confirmam a *pietas* — palavra de conteúdo semântico complexo que significa, entre outras coisas, o «culto da tradição e dos antepassados» —, corroboram a *pietas* do herói virgiliano.

Na *Eneida*, é Anquises quem vai revelar o futuro ao herói, começando por uma cosmogonia e uma psicogonia,

criação do mundo e transmigração das almas, aquela, segundo a filosofia estóica, e esta, segundo os princípios da metempsicose pitagórica. E o episódio é, no seu conjunto, mais platónico do que homérico («Platonic rather than Homeric», Jackson Knight, p. 172) ⁽⁹⁾.

Em *Os Lusíadas* temos a cosmografia plotemaica, acrescida de anotações renascentistas. E o episódio, segundo uma interpretação corrente, reflecte influências platónicas e neo-platónicas.

Na *Eneida*, a teoria da alma eterna do mundo e das almas dos homens que aguardam na prisão transitória do corpo permite a evocação dos heróis futuros. Em *Os Lusíadas*, a descrição do Universo, de que a Terra é centro, prepara a menção dos lugares do nosso planeta onde hão-de ocorrer os feitos dos Portugueses.

A enumeração dos futuros heróis romanos, posta na boca de Anquises, é feita com relativa brevidade, talvez porque muitos deles figuravam nos *Anais* de Ênio que Virgílio imita conscientemente, por exemplo, na famosa caracterização de Quinto Fábio Máximo ⁽¹⁰⁾, o *Cunctator* ou «contemporizador».

Um lugar especial e uma descrição mais demorada são concedidos a César Augusto que, nas peregrinações pelo Império, foi mais longe do que Hércules e do que Baco (vs. 801-805), e a Marcelo, sobrinho e genro do imperador. E compreende-se porquê: a *Eneida* canta *arma uirumque*, e o varão é Eneias, protagonista do mito das origens troianas de Roma.

Mas no decurso da acção o plano mítico e o plano histórico sobrepõem-se. O filho de Eneias, tão lendário como ele, é Iulo, também chamado Ascânio, de onde tiram origem os *Iuli*, a cuja família pertenciam Júlio César e Octaviano César Augusto. Deste modo, a *Eneida* é o poema dos *Iuli* tanto como do povo romano, dos *Iuli* como símbolo e expoente da glória de Roma, dos *Iuli*

a cujo número pertencia Rómulo, fundador da cidade, mencionado imediatamente antes de Augusto.

Num momento crucial do seu destino, quando tudo parecia ir sossobrar na tempestade da guerra civil, um dos *Iuli* deu à cidade e ao império paz e segurança. É como se Augusto estivesse investido de um encargo sobrenatural, o de restaurar a cidade que o seu antepassado fundara. Para mais, o imperador tinha consciência da sua missão divina e o poeta ainda mais do que ele.

Em 17 a.C., dois anos depois da morte de Virgílio, Augusto mandará celebrar os *ludi saeculares* com que se inaugurava o novo *saeculum* dos livros sibilinos, o *magnus annus* dos pitagóricos que anunciavam uma renovação do Universo. É neste ambiente que Virgílio escreve. Para ele, Augusto torna-se a reencarnação de Eneias e a cidade volta a encontrar a sua missão eterna, agora que a *gens Iulia* preside aos seus destinos. Estamos perante uma espécie de movimento circular em que Eneias e Augusto se fundem como símbolos dos mesmos valores tradicionais, implícitos no conceito da *pietas Romana*.

Em *Os Lusíadas*, o papel do Gama parece menos transcendente, talvez porque a fé que anima o «forte capitão» é partilhada pelos seus companheiros e o poeta não precisa de acentuar especialmente os princípios da doutrina cristã. Outros valores puramente humanos, e não apenas cristãos, recebem maior atenção como a lealdade, o espírito de obediência e o espírito de sacrifício. Aliás, Camões não se propõe tratar *arma uirumque* mas *arma uirosque*, «as armas e os varões», e esta diferença é importante. Por isso, se os comentadores acentuam que Eneias é um simples instrumento do Destino, com vista à criação de Roma, e que o verdadeiro herói da *Eneida* é o povo romano, por maioria de razão se pode dizer de *Os Lusíadas* que o seu grande protagonista é o povo português.

A importância dos dois episódios na estrutura dos poemas a que pertencem apresenta-se como idêntica.

A catábase, colocada no livro VI, fica, mais ou menos, a meio do poema e constitui um momento culminante da *Eneida*. No episódio, confluem passado e presente e se afirma a eternidade de Roma, cidade e civilização, com um destino extra-terreno. Da visita aos Infernos, Eneias sai transfigurado e completamente imbuído da missão que o *Fatum* lhe reserva na História.

A Ilha dos Amores está no fim do poema, posição-chave também, e aí, além da exaltação do esforço humano (e não apenas português), se encontra a narração dos feitos que os Portugueses vão obrar no Oriente, isto é, aquela parte da gesta nacional que tem relação mais directa com a viagem do Gama, pois que sem ela não seria possível. Se a descoberta do caminho marítimo para a Índia é, em *Os Lusíadas*, o que foi a navegação de Eneias, de Tróia para o Lácio, na *Eneida*, e o que havia sido antes, o regresso de Ulisses a Ítaca, na *Odisseia*, os acontecimentos futuros do Oriente são a justificação dessa viagem como pretexto e ocasião da epopeia. E justificam igualmente o mais longo dos episódios de *Os Lusíadas*, que é também o seu episódio final, onde, como no Elísio virgiliano, confluem eternidade e temporalidade.

Para completar esta série de aproximações, que não são propriamente coincidências, nem talvez semelhanças, mas permitem reflexões paralelas, lembrarei mais uma ainda.

A muitos leitores de *Os Lusíadas* surgem como o desvanecer da ilusão mítica⁽¹¹⁾ aquelas estâncias do canto IX, incrustadas na Ilha dos Amores, à guisa de considerações do poeta, sobre o significado da *μακάρων νῆσος*. Chamei-lhes atrás um «anticlímax»:

*Que as Ninfas do Oceano, tão fermosas,
Tétis e a ilha angélica pintada*

*Outra cousa não é que as deleitosas
Honras que a vida fazem sublimada.
Aquelas preminências gloriosas,
Os triunfos, a fronte coroada
De palma e louro, a glória e maravilha,
Estes são os deleites desta ilha.*

*Que as imortalidades que fingia
A antiguidade, que os ilustres ama,
Lá no estelante Olimpo a quem subia
Sobre as asas ínclitas da fama,
Por obras valerosas que fazia,
Pelo trabalho imenso que se chama
Caminho da virtude alto e fragoso,
Mas no fim doce, alegre e deleitoso,*

*Não eram senão prémios que reparte,
Por feitos imortais e soberanos,
O mundo cos varões que esforço e arte
Divinos os fizeram, sendo humanos;
Que Júpiter, Mercúrio, Febo e Marte,
Eneas e Quirino e os dous Tebanos,
Ceres, Palas e Juno com Diana
Todos foram de fraca carne humana.*

*Mas a Fama, trombeta de obras tais,
Lhe deu no mundo nomes tão estranhos
De Deuses, Semideuses imortais,
Indígetes, Heróicos e de Magnos.
Por isso, ó vos que as famas estimais,
Se quizerdes no mundo ser tamanhos,
Despertai já do sono do ócio ignavo,
Que o ânimo de livre faz escravo.*

(IX, 89-92)

Pois também Virgílio, inesperadamente, deixa o leitor perplexo, quando Anquises explica ao filho, acompanhando-o à saída do Elísio: «há duas portas do sonho, das quais se conta que uma é córnea, por onde saiem sem dificuldade as sombras verdadeiras, e a outra, de marfim alvinitente, de um brilho perfeito, dá saída para a luz aos sonhos falsos, enviados pelos espíritos do Além (*Manes*)» (12).

E o poeta conclui: «Com estas palavras, Anquises acompanha então o filho e a Sibila e os despede pela porta de marfim». Virgílio parece invalidar, com a saída pela porta dos sonhos falsos, tudo quanto dissera antes, em alguns dos mais belos versos da Literatura Latina, subtilmente misteriosos e de estranha musicalidade.

As tentativas de explicação, muitas e variadas, vão desde a de que o Mantuano nega a realidade a tudo quanto dissera sobre o Além, até à de que, na sua reserva, procura evitar o sacrilégio de ter revelado os mistérios de Elêusis. Mas não serão os Campos Elísios, em Virgílio, tal como a Ilha dos Amores, em Camões, uma alegoria?

NOTAS

(¹) Cf. VÍTOR MANUEL DE AGUIAR E SILVA, *Função e Significado do Episódio da «Ilha dos Amores» na Estrutura de «Os Lusíadas»*. Lição proferida no XLVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 3 de Agosto de 1972. Lisboa, 1972.

O estudo de J. PERES MONTENEGRO, *O Classicismo Greco-Latino no Episódio da «Ilha dos Amores»*, Lisboa, 1936, menciona o canto VI da *Eneida*, o *Somnium Scipionis* e muitas outras reminiscências greco-latinas, mas deve ser lido com espírito crítico.

A sugestão inicial da *Eneida* pode encontrar-se em FARIA E SOUSA: «Tambien el darla (*la Isla*) alegre despues de tan duros trabajos, es a imitacion del propio Virgilio, que despues de muchos en su Eneás, le llevo a los campos Elisios en el lib. 6». (*Lusíadas... Comentadas*, Madrid, 1639, II, p. 23).

(²) *Concordantur praecipua loca inter Virgilium et Camonium*. Évora, 1882. Ver também AFRÂNIO PEIXOTO, «Vergílio e Camões», *Ensaios Camonianos*, Coimbra, 1932, pp. 145-171.

(³) Pp. 12-13.

(⁴) Cf. «Literary and philosophical sources of *Aeneid VI*», em *Virgil, Aeneid VI* edited with Introduction and Commentary by Sir FRANK FLETCHER. Oxford, 1966. GORDON WILLIAMS, *Tradition and Originality in Roman Poetry*, Oxford, 1968, p. 395 e segs..

(⁵) *Di, quibus imperium est animarum, Umbraeque silentes,
Et Chaos et Phlegethon, loca nocte tacentia late, 265
Sit mihi fas audita loqui; sit numine uestro
Pandere res alta terra et caligine mersas.*

(6) *Deuenerē locos laetos et amoena uirecta*
Fortunatorum nemorum sedesque beatas.
Largior hic campos aether et lumine uestit 640
Purpureo; solemque suum, sua sidera norunt.

(7) Livro citado na nota 4, p. 79.

(8) *Hic manus, ob patriam pugnando uulnera passi;* 660
Quique sacerdotes casti, dum uita manebat;
Quique pii uates et Phoebō digna locuti;
Imuentas aut qui uitam excoluere per artes
Quique sui memores aliquos fecere merendo.

(9) «Virgil's Elysium» em *Virgil* edited by D. R. DUDLEY, Londres, 1969.

(10) *Vnus qui nobis cunctando restituis rem* (*En.*, VI, 846); cp. com o verso de Ênio, citado por Cícero, *De Senectute* IV, 10: *unus qui nobis cunctando restituit rem.*

(11) Mas pergunto a mim mesmo se o leitor culto do século XVI, imbuído da mais popular corrente filosófica do Renascimento, o Neoplatonismo, não explicaria a própria parte do episódio, em que a beleza física e o amor sensual predominam, por um processo de alegorização espiritual. É para os que não se lembram de tal espiritualização, que o poeta vem declarar o sentido alegórico da sua Ilha, tenha ou não andado aí o dedo censório de Frei Bartolomeu.

Aliás, a referência, no início do episódio, ao Amor como fonte de ordem no universo e na sociedade, é de raiz platônica, muito bem acentuada, por exemplo, em Epifânio Dias, ao citar o *Banquete* de Platão e os *Assolani* do platonizante Pedro Bembo, no comentário à estância 29 do canto IX.

Dez estâncias adiante, no final de IX, 39, ainda Vénus declara:
No mesmo mar que sempre temeroso / Lhe foi, quero que sejam repousados, /
/ Tomando aquele prêmio e doce glória, / Do trabalho, que faz clara a memória.

O prazer físico que as Ninfas proporcionam corresponde também a uma apoteose (ἀποθέωσις) dos navegadores, e esta glorificação não é apenas sensualidade comum, dada a qualidade das amantes e o carácter divino da recompensa e da exaltação acima do estágio humano que ela constitui para o Gama e seus companheiros.

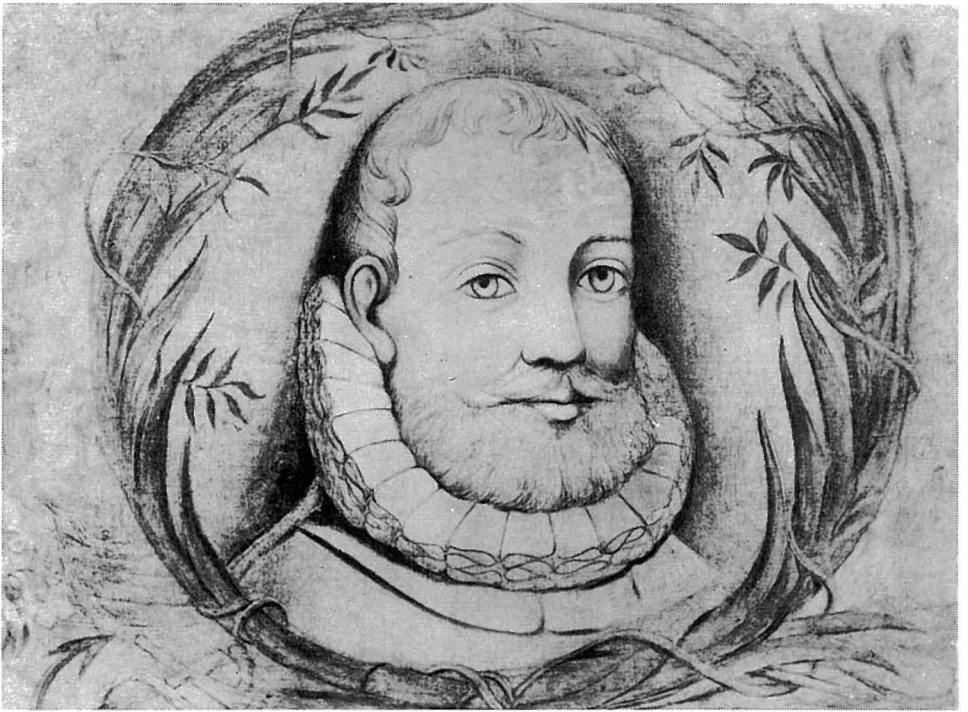
Na associação com as Ninfas, eternamente formosas e eternamente jovens, a condição mortal dos homens fica sublimada. Tudo quanto os rodeia, e a própria sucessão dos acontecimentos, contribui para elevar os nautas à contemplação duma beleza superior que, platonicamente,

os ergue acima de si próprios. Para citar uma personagem dos *Assolani* de Bembo: «É que o amor virtuoso não é simplesmente desejo de beleza, como tu crês, mas desejo de verdadeira beleza, que não é da espécie humana e mortal que se desvanece, mas imortal e divina; e entretanto, essas belezas que tu elogias podem erguer-nos a ele, desde que as olhemos de uma maneira adequada».

(¹²) *Sunt geminae Somni portae, quarum altera fertur
Cornea, qua ueris facilis datur exitus umbris;
Altera candenti perfecta nitens elephanto,
Sed falsa ad caelum mittunt insomnia Manes.
His ibi tum natum Anchises unaque Sibyllam
Prosequitur dictis portaque emittit eburna (...)*

895

(Página deixada propositadamente em branco)



(Página deixada propositadamente em branco)

VI

PARA A ICONOGRAFIA DE LUIS DE CAMÕES

Em certa biblioteca particular, encontrei em tempos uma biografia do famoso pintor, gravador, poeta e filósofo inglês William Blake, por cuja obra muito me interessava então. Trata-se do livro *The Letters of William Blake together with his Life*, da autoria de F. Tatham, editado em Londres, em 1906.

Aí vem citada uma carta do artista, em que este se refere a ter executado um retrato de Camões. Com efeito, dirigindo-se a William Hayley, residente em Felpham, com data de 26 de Novembro de 1800, escreveu Blake:

«Dear Sir, — Absorbed by the poets Milton, Homer, Camoens, Ercilla, Ariosto, and Spenser, whose physiognomies have been my delightful study, *Little Tom* has been of late unattended to, and my wife's illness not being quite gone off, she has not printed any more since you went to London». (pp. 85/86).

William Hayley compusera a balada *Little Tom the Sailor*, para ser vendida a favor da mãe dum pequeno marinheiro, chamado Tom Spicer, que morrera num naufrágio. Blake propusera-se ilustrar os versos de Hayley, com a ajuda técnica de Mrs. Blake, sua habitual colaboradora, tudo em proveito da mãe de Tom Spicer, que, além de ter perdido o filho no mar, era viúva.

Tomei nota do passo da carta a William Hayley e da referência a Camões, mas não contava vir a encontrar o retrato do poeta português.

Todavia, quando menos esperava, fui dar com ele na City of Manchester Art Gallery, em Abril de 1967, devidamente identificado: «The poet Camoens by William Blake». Juntamente encontravam-se alguns dos épicos mencionados na carta a Hayley.

Assim mesmo, não é natural que me ocupasse tão cedo do retrato, se um trabalho recente do Prof. Doutor A. A. Gonçalves Rodrigues, *Camões e a Sua Vera Efigie* (Lisboa, 1968), sobre um antigo retrato a óleo de Camões, me não viesse lembrar a esquecida «fisionomia» do poeta, feita por William Blake.

Nesse trabalho, digno de leitura, o Professor Gonçalves Rodrigues recapitula a história do retrato de Camões, traçando a possível linha que conduz à sua tábua pintada.

Muito brevemente, lembrarei aqui a traços largos a iconografia camoniana fundamental, dando alguns pormenores descritivos, para mais fácil comparação com a obra de Blake.

O retrato de Fernando Gomes, que passa por ser o mais antigo (1570?), dá uma feição do poeta que não contradiz os dados conhecidos da sua biografia, na finura espiritual, numa certa distinção que é independente do traje, aliás simples, com que Camões é apresentado.

O retrato oriental, composto de memória em Goa, em 1581, mostra um homem na força da vida, mais robusto, menos amargurado, e antes confirma do que nega o anterior, embora, tanto quanto se sabe, completamente independente dele.

Em ambos, o poeta é cego do olho direito, mas no retrato de Francisco Gomes a enfermidade não é tão aparente, pois o olho traumatizado, embora menos aberto

que o esquerdo, não se encontra cerrado, como na pintura indiana.

Entretanto, os retratos que divulgaram a fisionomia de Camões foram os das edições seiscentistas de *Os Lusíadas*, como muito bem explica o Dr. B. Xavier Coutinho, no seu livro *Camões e as Artes Plásticas* (I, Porto, 1946). O protótipo, segundo este autor, parece ter sido a gravura assinada por A. Paulus, que acompanha os *Discursos Vários Políticos* de Manuel Severim de Faria, livro publicado em Évora, em 1642. Também aí vemos o olho direito semicerrado.

Em todos estes retratos, o poeta tem a cabeça ligeiramente voltada para a sua direita.

Aparece seguidamente um retrato com o poeta virado para a esquerda e agora aleijado da vista do mesmo lado. Esta gravura conheceu larga popularidade, pois é a que ilustra o tomo I de *Os Lusíadas*, na famosa edição comentada em espanhol por Faria e Sousa, e saída em Madrid, em 1639. A gravura é assinada por Pedro de Villa Franca Malagon; e, desde os trabalhos de Afonso Dornellas, na segunda década do presente século, que se admite representar esta gravura uma inversão da anterior, a de A. Paulus. Portanto, o poeta que de si mesmo disse «mancar de um olho», padecia desse defeito na vista direita, e não na esquerda.

Sobre estas duas variantes, a de Paulus e a de Villa Franca, se fizeram numerosas reproduções do retrato de Luís de Camões, por toda a Europa. Tais reproduções não faltaram naturalmente em Inglaterra, onde já em 1655 a tradução inglesa de *Os Lusíadas*, feita por Sir Richard Fanshawe, apresenta uma gravura de Th. Cross, baseada aparentemente na de Pedro de Villa Franca.

O retrato de William Blake parece dever alguma coisa ao de Th. Cross, na posição da cabeça, voltada a três quartos para a esquerda do retratado, no contorno geral

da face, assim como no recorte da barba e do bigode. Mas ignora a coroa de louros e o aparato militar do traje, embora mantenha o gorjal rendilhado. E, o que é mais importante, representa correctamente como enfermo o olho direito, não o fechando, todavia, mas reduzindo as suas dimensões em relação ao esquerdo.

Neste ponto não há uma completa inovação, como poderia parecer, pois que tanto o retrato mais antigo, o de Fernando Gomes, como a gravura de A. Paulus semicerram o olho direito, embora mais completamente que no retrato de William Blake.

A figura é a de um homem louro, de olhos claros, e, quando se observa em confronto com a tradição iconográfica de Camões, aparece-nos como menos fantasista do que se poderia supor.

VII

JOAQUIM NABUCO E CAMÕES

Os últimos trinta anos do século XIX foram em Portugal uma época de centenários e comemorações cívicas. Em 1867, inaugurou-se em Lisboa o monumento a Camões e com ele o prólogo das homenagens ao poeta, cinco anos mais tarde, comemorando o terceiro centenário da publicação de *Os Lusíadas*.

Oito anos depois, tiveram lugar as imponentes manifestações nacionais de 1880, em que Portugal inteiro, na metrópole e no ultramar, e o Brasil recordaram conjuntamente a data do falecimento, trezentos anos antes, do poeta mais representativo da sua língua e da sua cultura.

Outras comemorações foram ainda, a do centenário da morte do Marquês de Pombal, em 1882, e a da descoberta do caminho marítimo para o Oriente, em 1898.

Todas estas celebrações, especialmente as camonianas, foram sublinhadas com traços políticos de coloração vária. A mais evidente é a da propaganda republicana que aproveitou a oportunidade para evocar ante as massas populares os infortúnios da existência de Luís de Camões e para atribuir à realza a incompreensão e o abandono de que ele foi vítima durante a sua vida. Enquanto se exaltava o carácter nacional da obra camoniana, denunciavam-se habilmente as insuficiências da instituição monárquica como incapaz de zelar pelos interesses espirituais da nação,

dando-se por exemplo frisante o do vate quincentista menosprezado pelo rei e sua corte.

Ironicamente um poeta nortenho, Diogo do Souto, em *Amica Veritas*, denunciou a exploração de sentimentalidade lamurienta feita à volta das infelicidades de Camões. Numa poesia que teve algum êxito na época, afirmou a repetição do destino do poeta, se ele vivesse trezentos anos depois, entre aqueles mesmos que agora lamentavam a sua vida de privações e desdêns. Mas o partido republicano continuava a ganhar, de qualquer modo por que o assunto fosse encarado...

As celebrações de 1880 — segundo já dissemos — tiveram enorme repercussão tanto em Portugal como no Brasil e os testemunhos impressos das diferentes manifestações a que deram lugar traduzem-se em publicações sem conto, na sua maior parte, de valor meramente episódico (1).

No Brasil, predominou a oratória. Discursos em diversas instituições do Rio de Janeiro: na Câmara dos Deputados, no Retiro Literário Português, na Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões, no Gabinete Português de Leitura; em São Paulo, no Clube Ginástico Português; em Aracajú, no Clube Euterpe; em Pernambuco, no Gabinete Português de Leitura, na Baía, onde se publicou um *Almanaque Luís de Camões*, e em muitos outros lugares.

Inicia-se na então capital uma *Revista Brasileira* que publica no fascículo I do tomo I a «Homenagem a Luís de Camões».

Machado de Assis escreve para as festas do tricentenário a comédia *Tu só, tu, puro amor...* (2). De Casimiro de Abreu é reeditada a cena dramática em verso, *Camões e o Jau*, composta uns anos antes em Lisboa.

Uma *Camoneana Brasileira* é publicada por João Cardoso de Meneses e Sousa que se adorna do título de Barão de Paranapiacaba.

Sai a público em São Paulo um livro de Afonso Celso Júnior, intitulado *Camões*, escrito de propósito para as Comemorações a realizar em 10 de Junho de 1880. Possivelmente receando a severidade dos críticos, Afonso Celso informa em nota final que «o autor completou vinte anos, há dous meses» e que «todo o escripto foi elaborado em menos de quinze dias». De facto, o livro pouco vale.

Mais sério é o trabalho da mesma data com o título de *O Centenário de Camões no Brasil. Portugal em 1580. O Brasil em 1880. Estudos Comparativos* da autoria de Reinaldo Carlos Montoro.

E Joaquim Aurélio Barreto Nabuco publica o segundo ensaio sobre Luís de Camões: um discurso.

O primeiro fora o livro *Camões e os Lusíadas*, saído no Rio em 1872, oito anos antes das grandes Comemorações, mas exactamente quando passava o tricentenário da publicação do poema.

Em Portugal, haviam aparecido na mesma altura, e com as mesmas intenções, dois estudos, um de Francisco Evaristo Leoni e outro de Pedro Joaquim de Oliveira Martins, o primeiro publicado em Lisboa, o segundo no Porto, e ambos no ano da Graça de 1872.

Chamava-se o livro do general Leoni *Camões e Os Lusíadas. Ensaio histórico-crítico-literário* e o do engenheiro de minas Oliveira Martins *Os Lusíadas, ensaio sobre Camões e a sua obra, com relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença*.

Ora aconteceu que, nesse ano de 1872, apresentava Teófilo Braga para o concurso à 3.^a cadeira do Curso Superior de Letras de Lisboa a sua tese intitulada *Teoria da História da Literatura Portuguesa*, em competição com Manuel Pinheiro Chagas, cuja dissertação se chamava *Desenvolvimento da Literatura Portuguesa*.

Venceu o mais jovem dos dois concorrentes, Teófilo, com 29 anos de idade e uma dúzia de livros publicados.

O futuro Presidente da República de Portugal estava numa fase combativa da sua vida, ansioso por afirmar-se como uma das primeiras figuras da vida cultural do país e por confirmar as esperanças que nele depunham os seus correligionários políticos de quem era uma espécie de porta-bandeira.

O volume e a importância da obra de investigação de Teófilo constituíram durante muito tempo uma das fontes de orgulho do aguerrido grupo republicano. O jovem dos Açores, que viera para Coimbra com modestíssima ou quase inexistente mesada, que, dando lições particulares, fizera o seu curso de Direito com distinção, ao mesmo tempo que tomava parte em todas as manifestações culturais à sua roda, por um prodígio de vontade e de aproveitamento do tempo, era o símbolo da juventude séria e operosa que — esperava-se — realizaria a renovação de Portugal.

Era, por assim dizer, o modelo ideal de jovem republicano.

Tal posição de relevo institucionalizava Teófilo Braga na situação de árbitro dos estudos de História Literária e forçava-o a publicar, muitas vezes prematuramente, trabalhos uns atrás dos outros, para manter a reputação já adquirida de indefesso investigador.

D. Marcelino Menéndez y Pelayo, o castelhanizante historiador da Cultura Ibérica, tacha algures Teófilo Braga de deformador das realidades culturais e políticas, por mau vezo do seu republicanismo. É verdade, porém D. Marcelino não foi menos deformador, por força da mania muito sua da Hispanidad⁽³⁾.

Mas voltemos a Teófilo Braga.

Além do seu preconceito anti-monárquico, estava Teófilo persuadido de que havia necessidade de aplicar a

Filosofia Positiva à História da Literatura Portuguesa, de fazer da crítica literária uma disciplina científica, campo de especialistas vedado a amadores e diletantes.

Assim, pegou nos três estudos sobre Camões, publicados em 1872, e julgou asperamente os três autores, Nabuco, Leoni e Oliveira Martins, numa crítica longa e especialmente feliz. O censor deve ter-se sentido muito orgulhoso da sua peça de censura, porque a reimprimiu várias vezes, em publicações diferentes.

A parte relativa ao ensaio de Nabuco terminava assim: «O que constitui em suma todo o livro? Estilo guindado cheio de imagens poéticas do ardente lirismo brasileiro; é um livro feito por quem estava mais apto para as odes amorosas do que para a crítica da história».

E Teófilo Braga passa ao segundo transgressor do seu código de literato positivista:

«Ao passo que os prelos brasileiros davam à luz este infeliz livro, aparecia em Portugal um outro não menos volumoso, com o mesmo título, com o mesmo espírito, trazendo menos imagens poéticas, mas igual incongruência de factos e de pessoas».

O crítico só encontra de bom em Leoni, e ainda com reservas, o que se coaduna com os seus próprios princípios filosóficos. E assim escreve: «Há nesta introdução um espírito de livre pensador, que aceitamos, mas que nos lembra mais o general de brigada reformado do que o racionalista».

E umas páginas adiante: «Humboldt, que era um grande naturalista, considera no *Cosmos*, Camões como um inexcedível pintor dos fenómenos naturais; o sr. Leoni, como general de brigada reformado, vê Camões pelo seu prisma».

Não é difícil descobrir na acintosa repetição do posto militar de Leoni, para quem Camões era «um grande pintor

de batalhas», o preconceito do literato profissional contra o crítico literário amador.

E termina com dois períodos muito significativos para o nosso conhecimento do próprio Teófilo: «Finalmente neste livro há uma profunda contradição: de um lado a velha rotina quintiliana, a negação completa da filosofia, a carência dos processos científicos, um dogmatismo autoritário de férula, e por outro um bem-estar de livre pensador, uma certa dureza de frase no modo de querer chegar à verdade, que é próprio da gente moderna. O senhor Leoni tentou a aliança dos dois espíritos e, sem talvez o querer, fez de Camões a sua vítima».

E a crítica, de que venho citando trechos que nos permitam conhecer melhor o julgador de Nabuco, passa ao último autor com estas palavras: «O terceiro trabalho sobre Camões, produzido por este andaço de banalidade, foi publicado no Porto pelo sr. Pedro Joaquim de Oliveira Martins. Parece que uma mesma corrente atravessou do Brasil a Lisboa e daqui às minas de Santa Eufêmia em Espanha, aonde escreveu este último autor, produzindo três obras com o mesmo espírito fútil, patriótico e admirativo».

Não quero alongar-me mais sobre o comentário de Teófilo. Afinal é ainda Nabuco quem recebe melhor tratamento. E com um pouco menos de acrimónia profissional, bem podia Teófilo ser mais generoso com o escritor brasileiro, então nos seus vinte anos, pois não era decerto grande pecado o seu tom «patriótico e admirativo» em coisas portuguesas, sendo ele brasileiro.

Teófilo, aliás, que muito estudou e muito escreveu, também muito errou. Quase todos os investigadores da História da Cultura Portuguesa, cedo ou tarde, acabam por encontrar em falta e julgar por vezes com excessiva severidade este juiz severo de tantos contemporâneos seus.

Eram merecidas as críticas feitas por Teófilo Braga ao livro do jovem Nabuco? Até certo ponto, sem dúvida. O livro realmente não dizia nada de novo, mas ainda assim eu preferi-lo-ia à espantosa colecção de lugares comuns, muitos deles hoje inaceitáveis, que é o estudo de Oliveira Martins, então recenseado por Teófilo.

Para um crítico literário imbuído de Positivismo, as palavras iniciais do moço idealista que era Joaquim Nabuco devem ter soado a heresia: «Como um mergulhador, que, no fundo do oceano, não precisa de ler o que sobre ele se escreveu para sentir-se deslumbrado por tantas riquezas e por tão novos quadros, assim não pensei que me fosse necessário o socorro de outros para sentir e compreender as inúmeras belezas do poema de Camões».

Aqui, todavia, se encerra o que de mais valioso o livro contém. A frescura de um juízo independente, de uma admiração espontânea do leitor apaixonado da obra de Camões, que já então era o novel escritor brasileiro.

Ao menos este mérito ninguém podia contestar-lho.

Quanto à reconstituição cultural da época camoniana, aos episódios da vida do poeta, aos caminhos secretos da sua imaginação ou às vicissitudes conhecidas da sua carreira de amoroso, de soldado, de intelectual, que fazem de Luís de Camões uma figura tão colorida do século dezasseis, Joaquim Nabuco nada adiantou e ficou mesmo aquém do que se poderia saber no seu tempo.

Por falta de bibliografia adequada, por inexperiência e até porque o seu propósito era — como vimos — dar ao leitor um conjunto de impressões pessoais e chamar a atenção pública para o centenário próximo, Nabuco estreou-se com um livro cujo mérito está principalmente na sinceridade espontânea da sua admiração e na audácia juvenil das suas opiniões.

Hoje, este primeiro trabalho do futuro «rapsodo de Camões» — como a si próprio se chamará um dia —

encontra-se ainda menos actualizado do que então. E isto não deve surpreender-nos.

Dados biográficos de Camões e Bernardim Ribeiro; juízos sobre a corte, os poetas do século XVI, o teatro de Gil Vicente; a situação económica de Veneza no final de quinhentos, os problemas religiosos e sociais de Portugal, e até o mundo mitológico de *Os Lusíadas* — tudo isto e muito mais é hoje encarado de modo diferente daquele por que o viu Nabuco em 1880.

Mas também uma boa parte da obra do seu crítico positivista, «cuja única paixão» — como disse Ramalho — «é a paixão proselítica da ciência», também muito do que investigou, ensinou e escreveu Teófilo Braga não pode repetir-se hoje. E não pretendo com estas palavras diminuir os méritos desse grande, embora apressado, renovador dos estudos histórico-literários em Portugal.

Joaquim Nabuco parece não ter guardado qualquer animosidade contra o professor do Curso Superior de Letras de Lisboa, por motivo da crítica destemperada de que foi objecto.

Mais tarde em *Minha Formação* escreverá: «Em 1872, o que me ocupa o espírito é o centenário dos *Lusíadas*; estou então imprimindo um livro sobre Camões, e a quem trabalha em um livro, apesar do seu nenhum valor literário, como o mostrou Theophilo Braga, não sobra muita atenção ou interesse para dar ao que acontece em redor de si».

Devo confessar que estas palavras de humildade intelectual me impressionaram profundamente, quando as li.

Hesitara eu por algum tempo em escrever a presente palestra, por não haver ainda lido a conferência que sobre este mesmo assunto fizera e publicara em Portugal⁽⁴⁾ o académico do Brasil, Dr. A. Carneiro Leão.

Foram as palavras generosas de *Minha Formação*, na simplicidade reveladora de uma grande alma, que me

levaram subitamente a querer reabilitar o escritor brasileiro do juízo áspero de Teófilo Braga, e a valorizar o contributo positivo da actividade camoniana de Nabuco, perante audiências de língua portuguesa. Demais, em breve concluí que as modestas considerações que eu pretendia fazer, pouco ou nada tinham de comum com as expressas pelo brilhante académico Carneiro Leão.

Joaquim Nabuco cresceu rapidamente em prestígio político e intelectual nos oito anos seguintes à sua estreia literária. Também a opinião de Teófilo se deve ter modificado a seu respeito, nesse intervalo de tempo.

Talvez a rectidão e honestidade mental do ensaísta de 1872 tenham impressionado o severo professor; talvez mais afeito à sua cátedra de mestre respeitado, mais seguro da sua posição social e material, Teófilo Braga sinta agora menor necessidade de impor-se, criticando asperamente as obras dos outros.

Seja como for, vamos encontrar Joaquim Nabuco em 1880, encarregado oficialmente pela direcção do Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, de fazer a conferência sobre Camões nas solenes cerimónias do terceiro centenário da morte do poeta.

A escolha não foi recebida sem objecções⁽⁵⁾. Havia na colónia portuguesa do Rio elementos cultivados que se julgavam com tantas aptidões como Nabuco, para tratar do autor de *Os Lusíadas*. Encorajava-os a isso decerto a crítica de Teófilo que, embora publicada oito anos antes, não fora esquecida pelos seus oponentes.

Travou-se a discussão, entre outros jornais, nas colunas do «Jornal do Comércio» e os seus ecos ainda hoje podem ouvir-se num opúsculo publicado pelo Dr. Figueiredo de Magalhães, o principal opositor à escolha de Nabuco.

Veio à estacada o secretário do «Gabinete». Comerciante abastado, era Joaquim da Costa Ramalho Ortigão uma figura de prestígio na colónia portuguesa e na sociedade

do Rio, não apenas pela situação económica de que desfrutava, mas pela sua cultura e pelo interesse que dedicava aos problemas do espírito.

Ramalho Ortigão, secretário do «Gabinete», quando este centro cultural foi acusado no «Jornal do Commercio» de descurar as festas camonianas, assegurou a colónia portuguesa do seu profundo interesse pela matéria, afirmando a certa altura: «...se de ser esta a compreensão da sua tarefa houvesse o *Gabinete* de dar prova, tê-la-ia no convite que teve a honra de dirigir a um dos mais belos talentos da nova geração brasileira, ao ilustre escritor que no verdor de seus anos *teve* a insigne glória de celebrar com a publicação de seu livro *Camões e Os Lusíadas* o terceiro centenário do imortal poema».

Mais adiante, Ramalho Ortigão recorda que fora Nabuco «o verdadeiro precursor deste grande movimento».

E assim o bom senso de um dos elementos mais categorizados da colónia lusitana, que felizmente dirigia as actividades do «Gabinete Português de Leitura», dando o devido desconto à acrimónia de Teófilo, triunfara de objecções e críticas, e escolhendo Joaquim Nabuco para orador, prestara um notável serviço à causa das relações luso-brasileiras.

A sessão a que assistiram o Imperador e altos dignitários foi um enorme êxito.

Exaltando a universalidade de Camões, Nabuco proclamou: «Si o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para elle que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de família? Si é o dia da lingua Portuguesa, não é esta tambem a que fallam dez milhões de Brasileiros? Si é a festa do espírito humano, não paira a glória do poeta acima das fronteiras dos Estados, ou estará o espírito humano tambem dividido em féodos inimigos?

Não, em toda a parte a sciencia prepara a unidade, enquanto a arte opera a união».

E mais adiante acrescenta:

«Qual é a idéa dos *Lusiadas*, si elles não são o poema das descobertas maritimas e da expansão territorial da raça Portuguesa? Mas o descobrimento do Brazil não será uma parte integrante desse conjunto histórico? As antigas possessões de Portugal na India reclamam o Poema como o seo titulo de nascimento e de baptismo, porque elle é o roteiro dos navegantes que foram a

... *ver os berços onde nasce o dia;*

só as terras do Occidente, encontradas ao acaso nessa derrota matinal, não podem ter parte na obra que representa o impulso que as encontrou perdidas no mar, e as entregou à civilização, porque nellas

... *o claro Sol se esconde?*

Entretanto a India Portuguesa é uma pallida sombra do Império que Affonso d'Albuquerque fundou; ao passo que o Brazil e os *Lusiadas* são as duas maiores obras de Portugal».

O discurso é eloquente e revela um enorme progresso no conhecimento do poema, uma real maturação intelectual e artística, fruto de leituras e reflexões, e do afinamento da sensibilidade e do enriquecimento do espírito, resultantes das suas viagens na Europa. As críticas de Teófilo não haviam sido em vão.

No volume 6.º de *O Positivismo*, revista lisboeta da época, cujo título é bem significativo, o crítico português referia-se ao discurso de Joaquim Nabuco na sessão solene do «Gabinete Português de Leitura», exaltando a sua «eloquência alevantada e afirmações gloriosíssimas para o futuro de Portugal».



Podemos considerar encerrada aqui a primeira parte das manifestações camonianas do escritor, diplomata e político brasileiro.

Todavia, a recordação do poeta português nunca o deve ter abandonado pela vida fora.

Nas inúmeras galerias de pintura que visitou em suas viagens pelo estrangeiro, muitas vezes diante do colorido naturalista de uma cena mitológica deve ter recordado o seu autor predilecto. Ele mesmo dirá mais tarde numa das conferências a estudantes americanos: «I never went to the Farnesina that I had not the impression that Camões and Raphael were twin painters».

É curioso notar que a mais surpreendente transformação nas suas ideias a respeito de Camões se verifica no capítulo da Mitologia de *Os Lusíadas*. Mas sobre isso falarei mais detidamente, a seguir.

Ao mesmo tempo que a meditação atenta do poema, durante anos, deve ter-se dado a aquisição progressiva da bagagem cultural que um bom entendimento de *Os Lusíadas* exige. E juntamente com a da epopeia, a leitura deliciada, o aprendizado de cor, a recitação de sonetos e canções do lírico quinhentista.

As três conferências sobre Camões, graças às quais a paixão camoniana de Nabuco é conhecida no Brasil, foram pronunciadas nos anos de 1908 e 1909 em Yale University, Vassar College e Cornell University. Traduziu-as para português sua filha Carolina e figuram num volume das suas *Obras Completas* com o título de *Camões e Assuntos Americanos*. Deste modo, são elas conhecidas no Brasil, ainda que mal.

Nos Estados Unidos, encontram-se no original inglês em algumas bibliotecas e aí dormem o plácido sono a que

foram remetidas juntamente com a obra de Camões. Em Portugal, creio poder afirmar que são quase totalmente ignoradas, mesmo nas universidades, onde os progressos realizados no último quarto de século em matéria de «Estudos Camonianos» relegaram para um esquecimento imerecido muito dos trabalhos publicados anteriormente.

Falando em Yale University, em 14 de Maio de 1908, Nabuco disse aos estudantes: «When I read the *Lusiads* for the first time I at once wrote a book to tell of my wonder, offering for it the only apology that a tribute of love is always acceptable to a poet. I do not repent of having recorded in print that early impression, which has developed into years of faithful admiration and has kept company with my mind throughout life. Still I always intended to renew to Camoens on my decline the vow of my youth, and it is quite an unexpected fortune for me to be allowed to do it before a great American University».

Seguidamente, recordou os inconvenientes das traduções que privam os poetas da maior parte do valor da sua mensagem artística.

Lembrou os tradutores ingleses de *Os Lusíadas* e assinalou a comum infidelidade de todos eles ao original: Richard Fanshaw, no século xvii; William Julius Mickle, no século xviii; Quillinan, Aubertin, Richard Francis Burton, no século xix.

Pôs em relevo a necessidade de uma boa tradução em prosa, indicando para essa tarefa o nome do Prof. Henry Lang que se encontrava presente. E encarou *Os Lusíadas* sucessivamente como poema do mar, poema do Renascimento e poema de acção.

O primeiro ponto de vista não constitui novidade dentro da tradição dos «Estudos Camonianos». Já no final do século xvi um contemporâneo de Camões, Baltasar Estaço, lhe chamava «o gran cantor do Oceano» e entre os marinheiros se encontram alguns dos sinceros cultores

de *Os Lusíadas*. Homens do mar foram os tradutores ingleses William Julius Mickle e Richard Francis Burton. E aqui mesmo em Nova Iorque, nasceu e morreu um dos maiores admiradores do poeta, Herman Melville, que dele fez repetida menção em vários dos seus livros. Em *White Jacket*, por exemplo, *Os Lusíadas* são chamados «the man-of-war epic of the sea» (6).

A obra de Camões, considerada como poema de acção, é um ponto de vista que constitui corolário do anterior. Nabuco, falando aos rapazes de Yale, viu neste culto das energias viris, do sopro criador, de que o poema camoniano está imbuído, «o evangelho do verdadeiro espírito da América» ou, nas suas palavras, «the gospel of the true American spirit».

Se o maior evangelista de então, o Presidente Theodore Roosevelt, se interessou por Camões — é possível que sim, ele e Nabuco eram amigos — não sei. Mas seu filho Kermet, quando capitão do exército britânico, durante a Primeira Guerra Mundial, costumava levar na sua mochila de combatente um exemplar de *Os Lusíadas*. Só duas quadras do seu poema *To Camoens in Mesopotamia*, a primeira e a penúltima:

*Two small black tomes that saw the light
In Lisbon scores of years ago,
A wanderer's friend have often proved
Amid the desert or the snow*

.....

*Now in pursuit of cautions Turk
With kit reduced to the absurd,
One volume still I've brought and read
Among the mountains of the Kurd (7).*

Para quem saiba como *Os Lusíadas* actuaram na mentalidade portuguesa, sobretudo nos sessenta anos de crise, entre 1580 e 1640, não é novidade que neles encontrou a gente de Portugal muitas vezes a fonte renovadora de energias adormecidas (8).

É, portanto, na sua compreensão dos *Lusíadas* como poema do Renascimento, sobretudo na relação estabelecida entre o poder de criação plástica da imaginação do poeta e a pintura mitológica da época, que se encontra o mais original dos pontos de vista de Nabuco, e aquele que ao meu espírito de classicista é mais grato. O escritor brasileiro viu o poema com seus olhos de peregrino que se encantara entre as obras de arte da Renascença italiana. Por mim, em atitude não muito diferente, prefiro aqui integrar *Os Lusíadas* um pouco mais longe, na grande corrente espiritual da cultura greco-latina, fonte da civilização do Ocidente, e reflectir em voz alta, deste modo:

Se os poetas do paganismo romano tinham ao seu dispor o contributo das chamadas artes visuais, cujas obras-primas na escultura, na pintura, no mosaico, se encontravam já elaboradas e, por assim dizer, cristalizadas pela cultura alexandrina, Camões, ao contrário, estava entregue a si próprio. Quando Lucrecio, Virgílio e Ovídio recriavam em poesia o mundo mitológico greco-latino, na sua liberdade de atitudes, na plenitude da beleza física quase divinizada, no movimento e na cor do seu naturalismo sem limitações éticas, apenas precisavam de transmudar em verso a contemplação directa do mundo artístico que os rodeava: as estátuas de mármore ou de bronze, os quadros pintados a fresco nas paredes, ou construídos nas mil tésseras dos mosaicos, estavam expostos à sua livre contemplação.

Por um longo processo evolutivo de séculos, a pureza da arte ateniense fixara-se nos cânones alexandrinos, e uma concepção formal, já não grega mas helenística, fora absor-

vida e integrada no mundo romano, constituindo o fundo comum da cultura artística greco-latina. Camões, o poeta-pintor do encontro de Vénus e Júpiter no canto II, do Concílio dos Deuses, da Ilha dos Amores, que modelos plásticos teve? Creio que bem poucos, embora circulassem gravuras de quadros da pintura europeia do tempo, certas edições, como as das *Metamorfoses* de Ovídio, fossem ilustradas, e pudessem ocasionalmente ver-se cenas de nu mitológico, em tapeçarias e azulejos.

Teria uns onze anos de idade, quando a Inquisição foi estabelecida em Portugal, em 1536. Logo a seguir, verificaram-se os primeiros rebates da Contra-Reforma, com a introdução da Companhia de Jesus em 1540 e a sua ocupação do Colégio das Artes de Coimbra, dez anos mais tarde. Aí os Apóstolos (como eram então conhecidos) procuraram transformar o humanismo dos gregos e romanos em humanismo cristão: «Christianus sum non Ciceronianus».

Portanto, os méritos de Camões como pintor verbal do Renascimento, artista plástico por meio da palavra criadora, são muito mais altos, sendo ele português, nascido num dos lares da Contra-Reforma, do Humanismo cristão, do que se tivesse visto a luz e vivido em Itália pela mesma altura, rodeado de um ambiente artístico parcialmente paganizado e mais afim do seu génio de poeta renascentista.

A análise, que acabo de fazer, da atitude criadora de Camões, considerou o poeta na perspectiva distante do mundo greco-latino, então fermento vivo de cultura.

Joaquim Nabuco viu Camões como contemporâneo das repúblicas italianas do Renascimento. Os olhos de frequentador de galerias de arte maravilharam-se ante as criações visuais do seu poeta.

Com esta maneira de sentir, expressa dois anos antes da sua morte, mostrou Nabuco ter percorrido uma longa

jornada de enriquecimento cultural e de educação artística, desde a altura em que escreveu *Luís de Camões e Os Lusíadas*, em 1872, até aquele dia de Maio de 1908, em que falou no «campus» de Yale.

Em 1872, escreveu sobre a mitologia de *Os Lusíadas*, um pouco sem saber o que dizia, as palavras seguintes: «Se à maneira do poeta grego, seu mestre, houvesse ele criado uma teogonia, se houvesse povoado com criações suas o mundo dos espíritos, anjos ou demónios, se houvesse sido sempre o poeta da sua fé, e tido a coragem de Dante ou a sobriedade de Tasso, os *Lusíadas* não teriam certas belezas convencionais, nem pareceriam às vezes obra de outro século e de outro mundo que aqueles em que viram a luz».

Agora em 1908, diz em inglês: «The Mythology of the Lusiads seems an evolution of the old Mythology such as would perhaps have taken place if Paganism had lasted ten centuries more by the side of Christianity. It is living. As a Poetics, it has kept all its plastic force. It is not a *pastiche*; it is a perfect survival». E mais adiante: «The Muses are nowhere so visible as here. The reign of Neptune, for example, had never such splendour; never were held in the Ocean so brilliant courts; never did the sea swarm with so many beautiful Nymphs. The *Lusiads* is truly the poem of Venus. It is a censer in which are burnt to her all the perfumes of the newly discovered East».

Em Abril do ano seguinte, fala às moças de Vassar College de «Camões — poeta lírico».

Agora é o Camões das redondilhas populares e dos sonetos, das odes, das canções renascentistas, que ele vai levar amorosamente às estudantes de Vassar. Fala-lhes da vida sentimental do poeta e examina a questão das duas Catarina de Ataíde.

Reconhecendo os méritos da investigação dos grandes especialistas camonianos, desde o Morgado de Mateus e do Visconde de Juromenha ao Dr. Teófilo Braga e ao

Dr. Wilhelm Storck, exprime uma certa desconfiança a respeito do dogmatismo biográfico destes dois grandes mestres.

Outro qualquer teria aqui a oportunidade de devolver a Teófilo algumas das críticas de anos atrás. Mas Nabuco, com a mais requintada gentileza, limita-se a dizer: «I feel sure the poet would wonder at many of the episodes and intentions sworn by them. I must say I speak with the highest respect for their knowledge and their work and under a very great debt, but I cannot help thinking that both feel too sure of their divining gift».

E não sabia ainda Nabuco o que estava para vir!

Depois de ter construído o romance de Catarina de Ataíde, quase com as mesmas peças supostamente autobiográficas, e com a mesma duvidosa segurança, estabeleceu Teófilo Braga a novela de D. Francisca de Aragão, o Prof. José Maria Rodrigues a paixão fatal do poeta pela Infanta D. Maria, e finalmente o escritor brasileiro Afrânio Peixoto, embora com mais sobriedade e finura, o drama saudosos da chinesa Dinamene.

Às moças a quem leu, em tradução em prosa e no original português, alguns dos mais belos sonetos camonianos, fez ainda Nabuco uma fina dissertação sobre a *saudade*: «I would not leave Vassar College without trying to plant here the word *saudade*».

E depois de traduzir extensamente a famosa canção «Vinde cá meu tão certo secretário», disse estas coisas encantadoras: «In one single respect familiarity with the *Lusiads* might be of some danger for women: it might make them too conscious of their power. Already in the relations of Venus with Jupiter at the beginning the force of the womanly appeal shows itself irresistible. Throughout the poem beauty and gentleness operate miracles, which, although disguised under mythological garb, are really symbolic of the power of woman. But I think you are taught here not to abuse that power».

E termina com a tradução inglesa e recitação em português da estância 97 do canto III dos *Lusíadas*, em que o sobrinho de D. Bento de Camões⁽⁹⁾, prior do Mosteiro de Santa Cruz, tão ligado ao *Studium Generale* conimbricense, fala das glórias da cidade universitária.

Nabuco aplica a estância de Coimbra⁽¹⁰⁾ a Vassar College, pondo, na tradução, em lugar de «em Coimbra» o inglês «by woman» e, em vez da expressão «do Mondego», a inglesa «of the Hudson». Assim, com a substituição de «Coimbra» por «woman» e de «Mondego» por «Hudson», a realidade lusitana fica aclimatada em terras do Novo Mundo. O mais curioso é que Coimbra, para os seus cantores, é mulher, como se diz num antigo fado de estudantes que a proclama «menina e moça».

A sua última conferência camonianiana é em Cornell University, em 23 de Abril de 1909.

Aí se ocupa dos «*Lusíadas* como Epopeia do Amor» e se proclama rapsodo de Camões:

«For the third time I appear before an American College as a Camonian Rhapsode; alas! not, like the Greek rhapsodes, to repeat the poet's own verses, but to translate them into foreign prose, taking away much of his power».

Aproveita a oportunidade para se referir à língua de *Os Lusíadas* e esclarecer o sentido de espanhol e hispânico que andam geral e intencionalmente confundidos. Tal como Nabuco proclamou em 1909, nós, pelo menos em Portugal, continuamos preferindo «Ibérico» a «Hispânico». Mas deixemos falar o Embaixador do Brasil: «I hope these addresses on Camões will call the attention of a few among the American students to one of the greatest names of modern Literature and to the beauty and poetry of our language. I am often asked to speak in Spanish, so general is the belief that in Brazil we speak Spanish. The expression Spanish America is used here for the whole of Latin Ame-

rica. I have no objection to it in the old historical sense of the word *Hispania*, although we generally employ the word *Iberia* in that sense. But Portuguese is a very distinct language from Spanish, and was bound to have a different literature».

E sobre a universalidade da língua portuguesa disse: «There is no reason for dismissing the legend that Camoens worked on *The Lusiads* during his stay at Macao in China. The filial piety of the Portuguese-speaking races will forever remain attached to that Far-Eastern Shrine».

Resumiu os temas versados nas duas palestras anteriores e referiu-se a uma conferência que tencionava ainda fazer:

«I commented at Yale University on six great impressions of the *LUSIADS*: country worship; the poetry of the sea; mythology; the age of discovery; the spirit of the Renaissance, and, lastly, the law of the greatest effort in life. I reserved to present it at some other time, which happens to be now, as the poem of love, and I hope to have still an occasion in my wanderings as its propagandist to turn to light other of its most brilliant facets».

Infelizmente, a ocasião nunca chegou. Joaquim Nabuco faleceu, menos de um ano depois, em Washington, a 17 de Janeiro de 1910. Quando a morte o surpreendeu, o Embaixador trabalhava em mais uma conferência sobre Camões a efectuar na Universidade de Harvard.

Deste modo, o seu amor pela poesia do lusitano durou a vida inteira. Desde o momento da primeira leitura e do primeiro livro até ao último estudo literário.

E nada podia ser mais grato para um estudioso português, do que, em Nova Iorque, uma cidade onde Nabuco gostava de viver e uma grande capital do espírito, falar dum homem que no sentido da cultura grega, da *παιδεία*, foi «belo física e espiritualmente» *καλὸς καὶ ἀγαθός*, um homem cultivado e um homem de bem, o Embaixador do Brasil e o rapsodo de Camões na América.

NOTAS

(1) Encontra-se a maior colecção que conheço, na Library of Congress, em Washington. Há lá centenas de espécies, muitas delas repetidas.

Para aí foram, através de uma aquisição feita à casa Maggs Brothers, de Londres, que, por sua vez, as comprara aos herdeiros do maior coleccionador de Camoniana da época do Terceiro Centenário, o Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro.

Além deste material bibliográfico, possui a Biblioteca do Congresso o famoso *Repositório Camoniano coordenado por Carlos Cyrillo da Silva Vieira* que em 77 volumes reuniu tudo quanto de mais notável se publicou no Terceiro Centenário, tanto em Portugal como no estrangeiro. A Biblioteca Nacional de Lisboa possui deste *Repositório Camoniano* apenas o catálogo.

Deve, todavia, acrescentar-se que entre as inúmeras espécies outrora pertencentes ao Dr. Carvalho Monteiro se encontram muitas (algumas delas valiosas) que Silva Vieira não conseguiu obter.

A Camoniana da Biblioteca Nacional de Lisboa é particularmente rica em documentação sobre as comemorações brasileiras, no século passado.

Recordando estas manifestações camonianas do Brasil, é agradável lembrar que na inauguração do monumento a Camões, em Paris, em 1912, pertenceu ao Ministro do Brasil em Bruxelas, o historiador Oliveira Lima, um lugar importante na iniciativa. Do seu discurso em nome da Academia Brasileira de Letras, cito estas palavras: «Le Brésil, qui en est la branche la plus vivace, et qui a fêté jadis dans chacune de ses villes le tri-centenaire de Camoëns en y déployant le même enthousiasme que sa mère-patrie, s'unit de toute son âme à cette consécration mondiale du plus achevé représentant de la culture portugaise au seizième siècle, — le siècle le plus brillant de la civilisation de laquelle est moralement issue l'immense contrée américaine dont j'ai cherché

à interpréter ici le sentiment» (p. 13 de *Camoëns à Paris*, Juillet 1912, publicado pelo «Comité du Monument Camoëns», de que faziam parte, entre outros, Mistral, Jean Richepin e Anatole France).

Foi-me possível consultar demoradamente todo este material bibliográfico, graças a um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

(2) Traduzida para inglês, em 1972: *Joaquim Maria Machado de Assis, «You, Love, and Love Alone» with an Introduction by the translator Prof. Edgar C. Knowlton Jr.*, separata dos n.ºs 3 e 4 do vol. VI do *Boletim do Instituto Luís de Camões*, Macau, 1972, 37 pp.

Outra colaboração de Machado de Assis se encontra dispersa em publicações da época, como a já mencionada *Revista Brasileira* na «Homenagem a Luís de Camões». Aí aparecem um soneto de Machado de Assis e dois de Nabuco, em honra do poeta português.

(3) Cf. A. COSTA RAMALHO, «Menéndez Pelayo e André Falcão de Resende», *Humanitas* VII-VIII, Coimbra, 1955-56, pp. 141-147.

(4) Em livro com o título de *Nabuco e Junqueiro*. Lello & Irmão Editores, Porto 1953.

(5) As rivalidades de interesses económicos e políticos não eram alheias a esta oposição, como pode ver-se em *Affronta e Desaffronta. Considerações e reflexões ao Desabafo Patriótico do Exm.º Sr. Dr. Francisco Ferraz de Macedo* por Carvalho Júnior, Lisboa, 1881, folheto atrabiliário que, julgado à distância de oitenta anos no tempo, não deixa opinião muito favorável a respeito da causa defendida pelo seu autor.

O motivo deste opúsculo encontra-se num livro de 224 páginas com o expressivo título de *Dr. F. Ferraz de Macedo, Desabafo Patriótico e O Tricentário de Camões no Rio de Janeiro. Estudo crítico e documentado, ou a «censura» feita aos promotores e orador oficial do Tricentário, escripto este dado a lume com antecedência ao acto. Offerta gratuita. Rio de Janeiro, 1880.*

Felizmente, não pensavam como estes dois panfletários os deputados portugueses que convidaram Nabuco a falar no Parlamento. em Lisboa, em 8 de Janeiro de 1881, por iniciativa de António Cândido,

(6) Cf. a recensão do livro de Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, que publiquei em *Humanitas*, vols. XIII-XIV (Coimbra, 1961-2), pp. 440-4. Reimpressa no capítulo VIII do presente livro.

(7) Encontrei a primeira referência a estes versos de Kermit Roosevelt em Afrânio Peixoto, *Ensaios Camonianos*, Coimbra, 1932, pp. 381-2, que, por sua vez, colhera a informação de um artigo de jornal de Fidelino de Figueiredo. A busca da poesia no *Scribner's Maga-*

zine, entretanto, consumiu-me várias horas na New York Public Library. Vem no tomo daquela revista, de «July-December 1918», p. 642.

O caso não passou despercebido em Portugal onde Fernandes Costa se ocupou do poema de Kermit Roosevelt, em sessão da Academia das Ciências de Lisboa, realizada em 26 de Junho de 1919, de que dá conta o *Boletim da Classe de Letras*, XIII (1918-1919), Coimbra, 1921, pp. 765-781. A comunicação tem por título «O cidadão americano Kermit Roosevelt e a Leitura dos Lusíadas» e nela vem incluída uma tradução algo pomposa dos versos do militar yankee.

(8) Assim aconteceu, aliás, tanto na Metrópole como no Ultramar.

Num pequeno artigo intitulado «A influência de Camões no Brasil» e publicado por Sylvio Romero em *Terceiro Centenario de Camões. Comemoração Brasileira. Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1880* pode ler-se: «[...] Este paiz começou a ser colonizado quando se ia fechando o cyclo das grandezas, das victorias e do velho heroismo portuguez. Diante de raças barbaras e ferozes, como a negra e a vermelha, os portuguezes não podiam nem deviam apresentar-se como um povo decadente. Era necessario occultar, até certo ponto, a realidade e este prestigio deve-se aos... *Lusiadas*. Foi este livro que, mostrando os heróes da patria em todo o vigor de força e prestigio, espalhou entre os colonos o amor e admiração pelo *ninho seu paterno*. As novas gerações que se ião formando no Brasil eram alimentadas pelo mesmo espirito, e na *lingua que com pouca corrupção criam latina*, tambem memoravam as grandezas lusitanas. Camões para o mundo colonial portuguez deve ser contado como um dos factores de seu progresso, sua cohesão e amor à *mãe-patria* durante tres seculos.

Foi elle que, como a luz de um astro já opaco, já morto, ainda por muito tempo illuminou as colonias com seus brilhos posthumos.

O Brasil, mais que nenhuma outra, muito lhe deve, e aos canticos de entusiasmo que tributa ao grande genio de Luiz de Camões, — pode juntar o hymno suave e consolador dos povos agradecidos aos seus benfeitores!...»

(9) A sua existência parece confirmada por DOM FREI TIMÓTEO DOS MÁRTIRES, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Biblioteca Municipal, tomo I, 1955, pp. 108-111.

(10) Reproduzida no presente livro, na p. 3.

(Página deixada propositadamente em branco)

VIII

VARIA CAMONEANA

LEONARD BACON — *The Lusiads of Luís de Camões, translated with an Introduction and Notes by...* Hispanic Society of America, New York, 1950, 36 + 436 pp (*).

A tradução de Leonard Bacon, de *Os Lusíadas*, publicada pela Hispanic Society of America, há doze anos, em Nova Iorque, embora não seja ignorada, é pouco conhecida em Portugal.

E não admira que assim aconteça. No país onde o público cultivado pode entender o original, não surpreende que o interesse pela tradução seja menor. Aliás, esta versão poética em oitavas renascentistas, semelhantes às camonianas, está longe de ser mais fácil que o texto português. Demais, não obstante os méritos de verzejador de Leonard Bacon, não lhe é, naturalmente, possível igualar o seu modelo.

Mas além do esforço que a versão poética representa — e pelo qual têm os portugueses uma dívida de gratidão para com o tradutor americano —, a sua Introdução ao poema, as Notas aos Cantos e o *excursus* final sobre «Camões and the History of Portugal» constituem valioso trabalho de exposição de História e Cultura Portuguesas perante o público leitor do inglês. A concluir o volume, encontra-se uma formosa tradução de «Sôbolos rios que vão».

As poucas observações críticas que seguem, em nada pretendem diminuir os méritos da obra de Leonard Bacon.

Louvemos no lusófilo americano, por exemplo, a coragem com que se libertou daquilo a que chamarei o Mito Colombiano, tão corrente no seu país. Reina, com efeito, nos Estados Unidos a ideia de que Cristóvão Colombo foi o maior dos navegadores das Descobertas, o mais preparado cientificamente, o mais original. É corrente ler-se (desde o *New York Times* até livros assinados por universitários) que a ideia de que a terra é redonda foi uma descoberta de Colombo. E quem estas linhas escreve, ouviu há tempos um comentador da televisão declarar com toda a seriedade que o navegador italiano, atingindo a Índia pelo Ocidente, demonstrara a redondeza da Terra!

Leonard Bacon, no seu jeito irónico, refuta a superioridade do genovês. A propósito de *Lus.* V, 25, 7 escreveu: «Vasco da Gama went ashore so as to get a really accurate observation. He was incapable of the astounding blunders of Columbus». Sobre *Lus.* X, 95, 1 diz: «The Nile actually does rise in Victoria Nyanza. This was not ascertained till the 60's of the last century. The Portuguese had fairly accurate information».

E em Camões, não obstante apontar-lhe ocasionais deslizes, reconhece de forma pitoresca a informação larga, abundante e segura que faz do nosso poeta um dos espíritos universais do Renascimento. No comentário a *Lus.* X, 14, 1-4, lêem-se estas palavras: «Camões is almost as pedantically meticulous as a German Ph. D.».

Postos assim inicialmente alguns dos méritos, mencionemos uma ou outra deficiência do comentário. A maior creio ser a pouca familiaridade de Leonard Bacon com a tradição portuguesa de exegese do poema. Além do enorme esforço pessoal que realizou, da ajuda dos amigos a quem

recorreu, a maior parte das informações deriva de comentadores do poema, que usaram a língua inglesa, tais como Sir Richard Burton e J. D. M. Ford.

Uma figura fundamental da exegese camoniana como Faria e Sousa (que escreveu em espanhol) é-lhe conhecida apenas indirectamente por indicações do Dr. Edward Glaser; e o clássico zoilo José Agostinho de Macedo, através das críticas acerbas de Burton, de quem foi — como nota Leonard Bacon — uma espécie de «pet aversion». A nota a *Lus.* III, 48 é significativa: «Macedo — to judge from Burton's quotations — must be one of the most absurd of commentators, in spite of tremendous competition».

Quanto a camonistas como Epifânio Dias e José Maria Rodrigues, para só mencionar os passados, ficam inteiramente em branco.

E no entanto, a leitura dos comentadores portugueses ajudar-lhe-ia, por exemplo, a resolver mais facilmente o aparente erro de Camões em *Lus.* III, 94, 1, chamando «O Bravo» a D. Afonso III, do que a nota tirada de um antecessor americano: «Professor Ford points out a curious error of Camões. Afonso III, notwithstanding his military record, was never called the 'brave' which was the sou-briquet of Afonso IV».

Na verdade, o Comentário à edição da Imprensa Nacional, de 1931, da autoria do Prof. José Maria Rodrigues, logo esclareceria: «O epíteto passou depois para D. Afonso IV, a partir da *Genealogia Verdadeira*, etc. de Nunes de Leão, publicada em 1590». Isto equivale a dizer que Camões se limitou a seguir o uso do seu tempo e não cometeu, portanto, um erro.

Para citar outro caso, um amigo de Leonard Bacon indicou ao A. semelhanças «between the apparition of Adamastor to Gama and that of the Afrit to the Fisherman in the Arabian Nights». Ora a comparação pormenorizada dessas semelhanças foi há muito feita por José Benoliel

no seu estudo intitulado *Episódio do Gigante Adamastor*, aparecido em Lisboa em 1898 (pp. 29 a 48).

Ainda outro prestável informador, a quem L. B. recorreu, menciona a existência do gigante Adamastor em Rabelais e o A. dá-lhe por isso os devidos emboras. Entretanto, a tradição escoliástica portuguesa já antes se dera conta do pormenor erudito.

O senso crítico do comentador raro o abandona. Com perspicácia distingue entre o Heitor da Silveira de X, 60 e o amigo de Camões, mostrando que se trata de pessoas diferentes. Mas a si mesmo se condena, ao julgar com severidade Sir Richard Burton a propósito do Actéon de IX, 26, que o comentador inglês do século passado referiu a D. Sebastião («Burton is here, I think, at his very worst»).

Um dos atractivos do Comentário de Leonard Bacon é o seu sentido de humor, nem sempre liberto de uma ponta de acidez. Se aproveita Burton e Ford, também não deixa passar uma boa ocasião de rir-se deles: do primeiro, em nota a *Lus.* III, 55, por exemplo; do segundo, na referência a VII, 37, 3.

Para terminar, dois exemplos do humorismo do Comentário, ambos tirados da mesma página (205). Um diz respeito ao Cabo da Boa Esperança: «Cape of Hurricanes was the name Dias gave. John II, who had not been there, renamed it Good Hope». O outro ao Naufrágio de Sepúlveda: «(...) The ghostly affair became in due course the subject of Jerónimo de Corte Real's epic, Naufragio de Sepulveda in 17 books, which this translator will not read.»

Ocasionalmente, o humorismo pode tornar-se um pouco irreverente, como em III, 14, 2: «Nuno Álvares Pereira, often called, perhaps because of his habit of praying in inconvenient times, 'The Holy Constable'». Mas há aqui talvez a intenção de dissimular com um sorriso a

monotonia inevitável da transmissão de lugares-comuns que todo o comentador de uma obra famosa tem de repetir. A verdade é que o leitor de formação classicista encontrará em Leonard Bacon muitas oportunidades de meditar e de aprender.

No seu conjunto de apresentação gráfica e conteúdo, esta nova edição em língua inglesa de *Os Lusíadas* honra a Cultura Norte-Americana.

GILBERTO FREYRE, *O Luso e o Trópico*. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Lisboa, 1961, 11 + 314 pp.

Em *O Luso e o Trópico* de Gilberto Freyre há um assunto, pelo menos, que interessa à revista de classicismo greco-latino e da sua tradição na cultura portuguesa, que é *Humanitas*.

Trata o distinto sociólogo brasileiro de *Camões, lusista e tropicalista*, no capítulo IV do seu livro.

Lamenta o Autor a falta de gosto pelos *Lusíadas* na mocidade portuguesa e brasileira, segundo entendo, a mocidade do seu tempo. Creio que o fenómeno continua ainda hoje e por causas várias: ausência de cultura clássica (mesmo na sua forma rudimentar de um pouco de latim) e excessiva importância dada ao lado gramatical do comentário do texto, são duas entre muitas.

Quando comecei a ensinar, logo após a licenciatura e enquanto se não realizava o meu primeiro contrato universitário, dei aulas de Português no Colégio de São Pedro, em Coimbra. Estavam no programa *Os Lusíadas* para o quinto ano do liceu e resolvi tomar o meu papel de

explicador de Camões, a sério e com o entusiasmo próprio dos novos.

Pois a coisa pegou. Preparando cuidadosamente a leitura em casa, conseguia fazer a recitação do texto lido, por tal forma que os rapazes entendiam o sentido do que eu lera. Depois, vinha o comentário e interpretação, com o mínimo de análise lógica (ainda então muito em voga) e o máximo de insistência nos valores estilísticos e ideológicos do passo comentado. Resumos escritos de longos trechos que os estudantes tinham de ler em casa, porque na aula só havia tempo para comentar os episódios mais importantes, eram uma das tarefas correntes.

Pois os rapazes gostaram. E até os cábulas traziam as composições feitas e não faltavam à aula.

Anos mais tarde, um deles que não chegara a acabar o liceu e era, quando o encontrei, um jovem e próspero comerciante, contou-me que a leitura de *Os Lusíadas* era uma das mais gratas recordações do seu tempo de estudante.

Mas basta de reminiscências pessoais.

Fala Gilberto Freyre de Herman Melville e do poema em prosa de *Moby Dick* «em torno à perseguição de uma baleia branca — imensa e terrível e, na sua brancura, quase tão sobrecarregada de símbolos quanto n'Os Lusíadas o também gigante Adamastor».

Vale a pena lembrar aos classicistas portugueses menos familiarizados com a obra de Herman Melville (1819-1891) que o escritor americano (nova-iorquino de nascimento) foi um dos mais fervorosos admiradores de Camões em quem via um dos grandes poetas universais do mar. E Melville tinha larga experiência de marinharia, pois em barcos e navios, desde o baleeiro à fragata de guerra, passara os melhores anos da sua vida. E são as viagens marítimas e as aventuras vividas ou imaginadas no seu decurso, que lhe dão personagens e episódios para a sua obra de novelista.

Em *White Jacket or The World in a Man-of-War*, o herói do livro, um marinheiro britânico chamado Jack Chase, completo em tudo «excepto uma coisa: um dedo da sua mão esquerda que perdera na grande batalha de Navarino», é uma autoridade a bordo, como marinheiro e homem cultivado. Segundo Melville, «Jack Chase tinha lido todos os versos de Byron e todos os romances de Scott. Falava de Rob Roy, Don Juan e Pelham; Macbeth e Ulisses; mas, acima de tudo, ele era um fervente admirador de Camões. Partes dos *Lusíadas* era ele capaz de recitá-las no original» (cap. IV).

E de facto, nas dissertações de Jack Chase aos seus companheiros, sobretudo a *White Jacket*, nome sob que se esconde o próprio Melville, Camões e *Os Lusíadas* são um tópico frequente.

Num desses monólogos literários, depois de recitar dois versos camonianos em tradução inglesa, continua: «Camões! *White-Jacket*, Camões! Alguma vez o leste? *Os Lusíadas*, está claro! São a epopeia bélico-naval do mundo, meu rapaz ⁽¹⁾. Dá-me o Gama por comodoro — digo-te eu! Nobre Gama! E Mickle, alguma vez o leste, *White-Jacket*? William Julius Mickle? ⁽²⁾ O tradutor de Camões? Era um desiludido, afinal, *White-Jacket*. Além da sua versão de *Os Lusíadas* escreveu muitas coisas hoje esquecidas. Viste alguma vez a sua balada de Cumnor Hall? Não? Oh, foi ela que deu a Sir Walter Scott a sugestão para *Kenilworth*. Meu pai conheceu Mickle, quando ele andou no mar a bordo do velho navio de guerra Romney (cap. LXV)».

E a dissertação camoniana continua pelo resto da página, num hino a Camões marinheiro. O «comodoro Camões» — como lhe chama o bizarro Jack Chase ⁽³⁾ — é citado e recitado ainda em outros passos do livro, nomeadamente no final do penúltimo capítulo, quando o patrício de Sir Richard Burton, do Visconde de Strangford, de

J. J. Aubertin e de tantos outros admiradores ingleses de *Os Lusíadas*, exclama:

«For the last time, hear Camoens, boys!:

*How calm the waves, how mild the balmy gale!
The Halcyons call, ye Lusiads spread the sail!
Appeased, old Ocean now shall rage no more;
Haste, point out bowsprit for yon shadowy shore.
Soon shall the transports of your natal soil
O'whelm in bounding joy the thoughts of every toil» (4).*

Para não alongar esta dissertação sobre Herman Melville e Camões, provocada pela referência a *Moby Dick* no livro de Gilberto Freyre, acrescentarei apenas que em uma novela, exactamente dedicada a Jack Chase, *Billy Budd, Foretopman*, Melville tem mais reminiscências camonianas. Assim, por exemplo, o espírito da Revolução Francesa, tal como ela aparecia a muitos contemporâneos na América, é comparado às predições ameaçadoras do Adamastor (5). E entre os versos de Melville, a parte menos valiosa da sua obra, há um poema *Camoens* em duas partes, i.e., *Before* (13 versos) e *After: Camoens in the Hospital* (14 versos).

Aos leitores portugueses, menos familiarizados com a obra do autor americano, recomendarei uma biografia (6) actualmente à venda, em edição 'paper-back', na qual se dá justo relevo às leituras camonianas de Herman Melville, incluindo a influência de *Os Lusíadas* na construção do seu 'opus magnum', o poema em prosa *Moby Dick*: «It is hard indeed not to feel that *Moby Dick* would have been somewhat different from what it is if Melville had not known *The Lusiads*. In his old age, certainly, he wrote two small poems about Camoens in which he clearly

identified himself, in his obscurity and solitude, with his great Portuguese predecessor» (p. 150).

Passemos agora do «gran cantor do Oceano», como lhe chama Baltasar Estação nos fins do século XVI, para os ventos que sopram em Portugal.

Gilberto Freyre dá grande importância em *O Luso e o Trópico* ao velho rifão português, segundo o qual «de Espanha nem bom vento nem bom casamento». O provérbio aparece repetidas vezes nas páginas do seu livro e entre elas neste capítulo sobre «Camões lusista e tropicalista» que vimos recenseando.

Desde criança conheço o aforismo, por ter nascido perto de Espanha, na típica região de Ribacoa.

Quanto aos casamentos, sempre achei que o dito se referia aos de sangue real que duas vezes, pelo menos, puseram em risco a independência portuguesa, a saber, em 1380 e em 1580. Desta última, um «casamento de Espanha» chegou mesmo a privar Portugal da sua liberdade, durante sessenta anos ou, na contagem de certos espanhóis («wishful thinking!»),... dois séculos (7).

Mas os casamentos de particulares creio que não são maus ou, pelo menos, que não são melhores nem piores que os outros realizados entre cônjuges portugueses de nascença.

Quanto aos «terríveis ventos de Espanha» — como lhes chama Gilberto Freyre — há que distinguir entre ventos e ventos...

O mais conhecido é o «soão» (do latim *solanu-*, «que sopra do lado do sol») e esse é quente ou frio, conforme a época do ano.

O sentido do provérbio, no que toca a ventos, parece-me ser o de que o vento de Espanha, muito frio no inverno e muito quente no verão, é em ambas épocas prejudicial à agricultura e à saúde humana.

Parece-me, portanto, que este assunto de ventos precisa de ser estudado em pormenor, sobre documentação folcló-

rica e linguística mais abundante, antes de ser possível aproveitá-lo como base de qualquer interpretação sociológica.

Todavia, nem a expansão que dei na presente nota às relações entre Melville e Camões, nem as reservas postas ao aproveitamento «lusotropicalista» dos ventos de Espanha, excluem de qualquer modo o grande prazer com que li o ensaio camonianiano contido em *O Luso e o Trópico*.

Gilberto Freyre aí nos apresenta um Camões observador realista da natureza, mormente da tropical, atento às mais subtis variações dos homens e das coisas em ambientes extra-europeus. A educação humanística que recebera, deu-lhe o gosto de observar e de antepor a sua experiência pessoal aos ensinamentos dos livros.

Nisso foi homem do seu tempo. Como o foi também na maneira de poeticamente exprimir a realidade observada. Se há nele erupções ocasionais de retórica classicista — cujo efeito desagradável Gilberto Freyre exagera —, essa impressão é subjectivamente nossa e contemporânea. O leitor do final do século XVI (muito mais versado em humanidades greco-latinas que o de nossos dias) não aprovaria de certo que se considerasse como defeito aquilo que constituía um dos ornamentos da sua formação cultural.

(Nova Iorque, Janeiro de 1962)

★

★ ★

Posteriormente a esta recensão do livro de Gilberto Freyre, dois artigos se ocuparam de Herman Melville. O primeiro pertence a Brian F. Head, «Camões and Melville», *Revista Camoniana* I, São Paulo, 1964, pp. 36-75. A parte que se refere propriamente a Melville situa-se nas pp. 46-75.

O segundo artigo, da autoria de Jack Schmitt, «Melville e Camões», *Ocidente*, n.º especial, Lisboa, Novembro

de 1972, pp. 151-161, cobre mais ou menos o mesmo terreno. Ambos usam basicamente a biografia de Newton Arvin, atrás citada (nota 6), para o enquadramento das leituras de Camões na vida do escritor nova-iorquino e desenvolvem as reminiscências camonianas de Melville mais extensamente do que eu fizera a propósito de *O Luso e o Trópico* de Gilberto Freyre.



Relendo *Typee*, o livro que Melville publicou em Inglaterra, em Fevereiro de 1846, e foi a sua primeira obra impressa, fiquei com a impressão de que, embora o Autor tivesse ouvido falar de Camões, como poeta do mar, ao seu companheiro de bordo Jack Chase, ainda não tinha lido então *Os Lusíadas* ou não conhecia o episódio da «Ilha dos Amores». Com efeito, o final do capítulo II de *Typee*, com as acolhedoras «ninfas» que aqui não fogem mas procuram os navios estrangeiros e os seus jovens tripulantes, não teria deixado de evocar na sua memória reminiscências dos aspectos eróticos da Ilha dos Amores (8).

A outro propósito, e sem fazer menção de Camões, recorda Clifton Fadiman, editor de *Typee* (9), que a lembrança distante duma ilha paradisíaca nunca abandonou Melville. Mais tarde, em verso, havia de evocar:

*Marquesas and glenned isles that be
Authentic Edens in a Pagan sea.*

Taipi é uma das Marquesas, ilha no Oceano Pacífico certamente nunca vista de Camões, mas o erotismo de alguma reminiscência insular falaria em anos tardios da vida à imaginação, tanto do poeta português como do americano.

OS CLASSICISTAS E OS *LUSIADAS* (10)

Neste ano de 1972, um despacho inopinado do Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor José Veiga Simão, quase liquidou o pouco Latim e Grego que se estudava nos liceus portugueses, ao reduzir as duas línguas clássicas a meras disciplinas de opção. Maneira bizarra de comemorar o IV Centenário de *Os Lusíadas*, poema quase incompreensível para quem não tiver umas luzes de latim!

No entanto, e confirmando o que acabamos de escrever, foram dois latinistas os vencedores do concurso de «Esquemas de lições sobre *Os Lusíadas*», aberto a professores do ensino secundário, portugueses e brasileiros, pela Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*.

As coisas passaram-se assim.

O júri constituído pelos professores Doutores Hernâni Cidade (presidente), Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Américo da Costa Ramalho, D. André Crabbé Rocha, Jacinto do Prado Coelho, José Gonçalo Herculano de Carvalho e Manuel Lopes de Almeida, e secretariado pelo Dr. José António de Souza Barriga, reuniu em 8 de Novembro de 1972 no palácio de São Bento, em Lisboa.

Feito o apuramento dos votos, verificou-se que o primeiro lugar fora atribuído, por unanimidade, ao concorrente que usava o pseudónimo de «Professor X»; e que, para o segundo lugar, reunia o maior número de votos o concorrente brasileiro que usava os pseudónimos de «João Matraga», «Eça Veríssimo» e «Quaresma Pascoal».

Abertos os envelopes fechados, correspondentes a estes pseudónimos, verificou-se que o primeiro pertencia

à Lic.^a Maria do Céu Novais de Faria, professora do 1.º Grupo do Liceu de Pedro Nunes e metodóloga de Latim; e que os segundos eram do latinista brasileiro Hennio Morgan Birchall, professor do Colégio Militar e do Colégio Estadual «Governador Milton Campos», em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Os *Esquemas de Lições sobre Os Lusíadas* foram posteriormente editados em Lisboa, em dois livros, pela Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, neste ano de 1972.

NOTAS

(*) Texto ampliado de uma notícia crítica aparecida em «Fulbright Newsletter», Lisbon, n. 2 (Dez. 1961).

(1) «It's the man-of-war epic of the world, my lad».

(2) Cronologicamente foi W.J.M. (1735-1788) o segundo tradutor inglês de *Os Lusíadas*. Antes dele, publicara Sir Richard Fanshawe (1655) a sua versão, reimpressa em 1940 pelo Prof. Jeremiah D. Ford (Harvard University Press, Cambridge), para comemorar o oitavo centenário da constituição da nacionalidade portuguesa.

Depois de Sir Richard Fanshawe (1608-1666) e de William Julius Mickle, outros tradutores do poema foram: Thomas Moore Musgrave (1775-1854), Edward Quillinan (1791-1851), Sir Thomas Livingston Mitchell (1792-1885), John James Aubertin (1818-1900), James E. Hewitt (Rio de Janeiro, 1883: os dois primeiros cantos), Robert French Duff (1807?-1895), Sir Richard Francis Burton (1821-1890), Leonard Bacon (1887-1954), William C. Atkinson (1902-...).

O visconde de Strangford (Sir Percy Clinton Sydney Smythe, 1780-1885) de que adiante se fala, foi um dos tradutores parciais da Lírica que não teve tradução completa em inglês, a não ser a de Richard F. Burton (1884), segundo o cânone corrente no seu tempo. Entre outros tradutores parciais, lembram-me os seguintes: John Adamson, Mrs. Felicia Dorothea (Browne) Hemans, J. J. Aubertin, Richard Garnett, Edgar Prestage.

Em matéria de datas e nomes completos, muito devo aos catálogos de duas grandes bibliotecas americanas: a New York Public Library e a Library of Congress, em Washington.

À bibliografia da recensão original acrescentar, para uma informação mais completa: George C. HART, «Camões em Inglês», *Ocidente*, n.º especial, Lisboa, Novembro, 1972, pp. 183-213; S. George WEST, «Camoens in the periodical literature of the British Isles, 1771-1790», *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Lisboa, 1973, pp. 473-478;

Instituto Britânico em Portugal, Camoniana Inglesa da Biblioteca do Instituto Britânico, Lisboa, 1972.

(3) Cap. LXXIV ou p. 291 da edição que utilizei (L. C. Page & Co, Boston, 9th impression, 1950).

(4) Os versos transcritos variam consideravelmente em relação aos da 5.^a edição revista de Mickle (1877) que consultei. A propósito diga-se que W. J. Mickle está longe de ser um tradutor fiel.

Leonard Bacon, de quem se publica uma recensão no presente volume, imediatamente antes desta, menciona os passos de Melville aqui citados.

(5) Cap. VII.

(6) Newton Arvin, *Herman Melville. A Critical Biography*. Compass Books, New York, 1961. A primeira edição em 'paper-back' para Compass Books foi em 1957, mas já antes o livro fora publicado em 1950 por William Sloane Associates.

(7) Por exemplo, Don Salvador de Madariaga que escreve: «during the better part of the sixteenth and seventeenth centuries» em *Spain. A Modern History*, Praeger Paperbacks, 1960, p. 34.

(8) António Lopes Lourenço (João Lusitano) — *A Ilha dos Amores na Realidade e na Fantasia*, Lisboa, 1958, também recorda nas pp. 29-30 o comportamento sexual desinibido da rainha de Taiti e das suas súbditas no acolhimento caloroso a marinheiros ingleses, em 1767.

(9) Bantam Books, New York, 1958.

(10) *Humanitas* xxiii-xxiv, Coimbra, 1971-72, p. 506.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICES

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABREU, Casimiro de — 102
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS — 121
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA — 123
AÇORES — 104
ACUSILAU — 57
ACTÉON (*vide* ANTÉON e TEBAS, príncipe de) — 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 81, 128
ADAMAH (*vide* ADAMASTOR) — 36
ADAMASTOR (*vide* DAMASTOR e ADAMAH) — VII, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 127, 130, 132
ADAMASTUS — 35, 36, 41, 47
ADAMSON, John — 138
ADÓNIS — 76, 77
AFONSO, D. (irmão de D. João III) — 27
AFONSO IV, D. — 127
AFONSO III, D. (*vide* BRAVO, o) — 127
ÁFRICA — 5, 8, 9, 16, 60, 84
AFRIT — 127
AGOSTINHO, Santo — 21
ALBUQUERQUE, Afonso de — 111
ALCEU — 30
ALCIATO, André — 73, 75, 81,
ALCFONES — 132
ALCOUTIM, conde de (*vide* MENESES, D. Pedro de; e VILA REAL, marquês de) — 6, 7, 9, 29
Alegoria — 67, 71, 72, 73, 75, 78, 81, 85, 92
ALEMANHA — 44
ALGARVE — 5
ALMEIDA, Justino Mendes de — 18
ALMEIDA, Manuel Lopes de — 136
AMÉRICA — VII, 114, 119, 120, 132
AMÉRICA, Hispanic Society of — 125
AMORES, Ilha dos — 23, 24, 31, 50, 64, 69, 77, 83, 85, 87, 90, 92, 93, 94, 116, 135
AMSTERDÃO — 27, 81
ANAXÍMENES — 73
ANCONA — 26
ANDRADE, António Alberto de — 81
ANDREWS Jr., Norwood H. — 51
ANET, castelo de — 71, 72
ANGHIERA, Pedro Mártir d' — 10, 11
ANNA, rio (*vide* GUADIANA) — 27
ANQUISES — 84, 87, 88, 92, 95
ANRIQUES, Luís — 10
ANTÁRTICO — 76
ANTÉON (*vide* ACTÉON; e TEBAS, príncipe de) — 60, 74
ANTEU (gigante) — 44, 45
ANTUÉRPIA — 29, 38
APOLINAR, Sidónio — 36, 37, 39, 44, 47
APOLO (*vide* FEBO) — 3, 59, 62
APÓSTOLOS (*vide* COMPANHIA DE JESUS) — 116
APULEIO — 55, 59

- AQUEMÉNIDES — 35, 41, 47, 48
 AQUILES — 9, 17, 18, 29, 30
 ARACAJÚ — 102
 ARAGÃO, D. Francisca de — 118
 ARGONAUTAS — 68
 ARIOSTO, Ludovico — 97
 ÁRTEMIS — 58
 ARVIN, Newton — 135, 139
 ASCÂNIO (*vide* IULO) — 88
 ASENSIO, Eugenio — 26, 28, 82
 ÁSIA — 9, 16, 17
 ASSÁRACO — 87
 ASSIS — 54
 ASSIS, Joaquim Maria Machado de — 102, 122
 ATAÍDE, D. Catarina de — 117, 118
 ATENA (*vide* PALAS) — 45, 58
 ATENAS — 3, 22, 44
 ATENEU — 28
 ATKINSON, William C. — 138
 ATLAS — 48
 AUBERTIN, J. J. — 113, 132, 138
 AUGUSTO, Octaviano César — 23, 30, 88, 89
 AVEIRO — IX

BACO (*vide* LIBER Pater, DIONISO, LIEU e TIONEU) — 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 30, 48, 51, 88
 BACON, LEONARD — X, 33, 36, 37, 41, 57, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 139
 BAÍA — 102
 BAÏF, Jean Antoine de — 71
 BAINTON, Roland H. — 30, 81
 BARATA, António Francisco — 84
 BARBARO, Hermolao — 8
 BARDI, P. M. — X
 BARDON, Françoise — 71, 72, 81
 BARRIGA, José António de Souza — 136
 BASILEIA — VII, XI, 27, 36

 BASTO, Artur de Magalhães — 11
 BATTELLI, Guido — 29
 BELO HORIZONTE — 137
 BEM-AVENTURADOS, Ilha dos — 67
 BEMBO, Pedro — 6, 94, 95
 BENOLIEL, José — 36, 41, 51, 127
 BEOGRAD (= Belgrado) — 26
 BERLIM ORIENTAL — 44
 BIBLIOTECA MUNICIPAL DE COIMBRA — 123
 BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ÉVORA — 7, 84
 BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PORTO — 12
 BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA — 121
 BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO — VIII
 BIONDO, Flávio — 8
 BIRCHAL, Hennio Morgan — 137
 BIRRENA, (personagem de Apuleio) — 59
 BLAKE, Mrs. William — 97
 BLAKE, William — X, 97, 98, 99, 100
 BOA ESPERANÇA, Cabo da (*vide* HURRICANES) — 128
 BOCCACCIO, G. — 73, 75
 BOER, Cornelis de — 81
 BOLÉO, M. Paiva — 31
 BOSTON — 56, 59, 71, 139
 BOWRA, Cecil Maurice — 51
 BRAGA, Arcebispo de (*vide* COSTA, D. Jorge da) — 11
 BRAGA, Marques — 80
 BRAGA, Teófilo — 25, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 117, 118
 BRASIL — IX, 55, 101, 102, 106, 108, 111, 112 119, 120, 121, 123, 137
 BRAVO, o (*vide* AFONSO III, D.) — 127

- BRUXELAS — 121
 BURTON, Sir Richard Francis —
 113, 114, 127, 128, 131, 138
 BYRON, Lord — 131
- CÁCERES, Lourenço de — 28, 73,
 75
 CADMO — 58, 62, 67, 74
 CALIARI, Paolo (*vide* VERONESE)
 — 56
 CALICUTE — 29
 CALIFÓRNIA — 33, 37
 CALÍMACO — 58
 CALISTO — 76
 CALPE — 13
 CÂMARA DOS DEPUTADOS (Rio de
 Janeiro) — 102
 CAMBRIDGE — 138
 CAMILOS (nome de família romana)
 — 9
 CAMÕES, D. Bento de (*vide* MOS-
 TEIRO DE SANTA CRUZ, prior do)
 — 119
 CAMÕES, Luís de — VI, VII, VIII,
 IX, X, XII, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,
 8, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 24,
 25, 33, 36, 37, 40, 43, 46, 50, 51,
 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 64, 65,
 66, 70, 71, 72, 75, 77, 83, 86,
 87, 89, 92, 97, 98, 99, 100, 101,
 102, 103, 105, 106, 107, 108,
 109, 110, 111, 113, 114, 115,
 116, 117, 119, 120, 121, 123,
 126, 127, 128, 130, 131, 132,
 133, 134, 135
 CÂNDIDO, António — 122
 CAOS — 86, 93
 CARDOSO, Jerónimo — 39
 CARLOS IX (de França) — 72
 CAROLINA (filha de Joaquim Na-
 buco) — 112
 CARONTE — 86
- CARTAGO — 84
 CARVALHO, Joaquim de — 41
 CARVALHO, Joaquim Lourenço de
 — XI
 CARVALHO, José G. Herculano de
 — 136
 CARVALHO JÚNIOR — 122
 CASTANHEDA, Fernão Lopes de —
 29
 CASTELA — 10, 11
 CASTELO BRANCO, João Rodrigues
 de (*vide* LUSITANUS, Amatus)
 — 12
 CASTELO BRANCO, D. Martinho
 de (*vide* PORTIMÃO, conde de
 Vila Nova de) — 20, 21
 CASTRO, Inês de — 86
 CATUAL — 84
 CATULO, Gaio Valério — 46, 54
 CAVALEIRO, Estêvão — 12
 CEILÃO (*vide* TAPROBANA) — 15,
 16, 18, 29
 CELSO Jr., Afonso — 103
 CENTIMANO (gigante) — 46
 CERES — 91
 CÉSAR, Júlio — 51, 88
 CEUTA — 2, 4
 CHAGAS, Manuel Pinheiro — 103
 CHAPOUTHIER, Fernand — 28
 CHASE, Jack — 131, 132, 135
 CHIM — 76
 CHINA — 120
 CÍCERO, Marco Túlio — 8, 24, 29,
 38, 87, 94
 CICLOPE — 45
 CIDADE, Hernâni — 136
 CIPIÕES (família romana) — 9
 CLARK, Kenneth — 20, 64
 CLAUDIANO — 33, 36, 37, 39, 41,
 43, 44, 47
 CLENARDO, Nicolau — 13
 CLOUET, François — 72

- CLUBE EUTERPE — 102
 CLUBE GINÁSTICO PORTUGUÊS — 102
 COELHO, Jacinto do Prado — 136
 COELHO, Jorge — 7, 27
 COELHO, José Francisco de Trindade — 29
 COIMBRA — I, IX, X, XI, 3, 4, 7, 25, 26, 28, 31, 36, 38, 39, 41, 79, 80, 81, 82, 93, 104, 119, 122, 123, 129, 139
 COLEÇÃO HOLMES (Museum of Fine Arts, Boston) — 56
 COLÉGIO DAS ARTES DE COIMBRA — 21, 116
 COLÉGIO DE COIMBRA (da Companhia de Jesus) — 5
 COLÉGIO ESTADUAL «GOVERNADOR MILTON CAMPOS» — 137
 COLÉGIO MILITAR — 137
 COLÉGIO, Sacro — 28
 COLÉGIO DE S. PAULO (em Goa) — 5
 COLÉGIO DE SÃO PEDRO (em Coimbra) — 129
 COLENDIĆ, Petar — 26
 COLLEGE, Vassar (E. U. A.) — 112, 117, 118, 119
 COLOMBO, Cristóvão — 126
 COMPANHIA DE JESUS (*vide* APÓSTOLOS) — 116
 CONCÍLIO DE LATRÃO — 28
 CONCÍLIO DE TRENTO — 24
 CONDESTÁVEL (*vide* PEREIRA, Nuno Álvares) — 128
 CONVENTO DA ESTRELA (em Lisboa) — VIII, XII
 CONVENTO DE S. BENTO DA SAÚDE (em Lisboa) — VIII
 CORREIA, Manuel — 31
 CORTE REAL, Jerónimo de — 128
 COSTA, Fernandes — 123
 COSTA, D. Jorge da (*vide* BRAGA, Arcebispo de) — 11
 COUTINHO, Bernardo Xavier — 28, 99
 COUTO, Diogo do — 5, 6
 CRASBEECK, Pedro — 37
 CRISTO, Jesus — 73
 CRONOS — 58
 CROSS, TH. — 99
 CUMAS, Sibila de — 86, 87, 92, 95
 CUMNOR Hall (Balada de) — 131
 CUNCTATOR (*vide* MÁXIMO, Quinto Fábio) — 88
 DAMASTOR (*vide* ADAMASTOR) — 33, 34, 36, 37, 39, 43, 44, 47
 DÁNAE — 64
 DANTAS, M. Emilio — XI
 DANTE Alighieri — 6, 117
 DÁRDANO — 87
 DAVID — 81
 DÉCIOS (família romana) — 9
 DELFOS — 44
 DEUS — 21, 22, 24, 65, 74, 80, 82
 DIANA — 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 81, 91
 DIAS, Aida Fernanda — 79
 DIAS, Bartolomeu — 128
 DIAS, Epifânio — 14, 27, 31, 36, 84, 94, 127
 DIDO — 84, 86
 DINAMENE — 118
 DINIS, rei D. — 3; (*Dionisius*) — 25
 DIONISO (*vide* BACO) — 17, 18
 DIOSCÓRIDES — 8
 DODDS, E. R. — 79
 DOMENICHINO — 70
 DÓRIA, António Álvaro — 54
 DÓRIS — 47, 48
 DORNELLAS, Afonso — 99

- DOURO, rio — 11, 12, 15, 27
 DU BELLAY, Joachim — 71
 DUDLEY, D. R. — 94
 DUFF, Robert French — 138
 DURÃO, Frei José de Santa Rita
 — 4
- EBORENSIS, Flavius (*vide* PIRES,
 Diogo) — 26
 ÉDEN — 135
 EGEU (gigante) — 46
 EGÍPTO — 16
 ELÊSIS, mistérios de — 92
 ELIOT, T. S. — 24
 ELÍSIOS, Campos — 15, 85, 87,
 90, 92, 93
 ENCÉLADO (gigante) — 46
 ENEIAS — 8, 9, 19, 24, 27, 35,
 45, 47, 48, 84, 87, 88, 89, 90,
 91, 93
 ÉNIO — 23, 56, 88, 94
 EPAMINONDAS — 9
 ERASMO, Desidério — 27
 ERCILLA, Alonso de — 97
 EREMITAS DE SANTO AGOSTINHO
 — 28
 ESPANHA — 11, 70, 106, 133, 134
 ÊSQUILO — 43
 ESTAÇO, Baltasar — 113, 133
 ESTESÍCORO — 57
 ESTIGE — 21
 ESTRABÃO — 8
 ESTRÉES, Gabrielle d' — 72
 ÉTIENNE, Robert — 59
 ETNA — 48
 EUFÉMIA, minas de Santa — 106
 EURÍPIDES — 45, 57
 EUROPA — VII, 5, 6, 71, 77, 99, 111
 EUROPA (fig. mit.) — 22
 EUSÉBIO — 74
 EVÉMERO — 23
 ÉVORA — 2, 4, 25, 93, 99
- FADIMAN, Clifton — 135
 FANSHAWE, Richard — 99, 113, 138
 FARIA, Manuel Severim de — 99
 FARIA, Maria do Céu Novais de —
 137
 FARNESINA — 55, 112
 FAUNOS (*vide* SÁTIROS) — 63, 64,
 65
 FEBO (*vide* APOLO) — 69, 76, 87
 91, 94
 FELPHAM — 97
 FERNÁNDEZ, Juan — 7
 FERNANDO (Rei Católico) — 10,
 11, 26
 FERRARA — 26
 FERREIRA, António — 61
 FERREIRA, Francisco Leitão — 41
 FERREIRA, Frei Bartolomeu — 24,
 77, 94
 FERREIRA, Maria Georgina Trigo
 — X
 FESTUGIÈRE, P. J.-A. — 22, 31
 FIGUEIREDO, Fidelino de — 17, 122
 FIGUEIREDO, Martinho de — 29
 FILADÉLFIA — 71
 FILIPE II — 70
 FILOMELA — 67, 68
 FLACO, Valério — VI
 FLANDRES — 26
 FLÉGETON — 86, 93
 FLETCHER, Frank — 87, 93
 FLORENÇA — 29
 FLORENÇA, Francisco Albertino de
 — 17, 18
 FLORENTINO, João Poggio — 16,
 18
 FORD, J. D. M. — 127, 128, 138
 FRAENKEL, Edward — 31
 FRANÇA — 71, 72, 82
 FRANCE, Anatole — 122
 FRANCESA, Revolução — 132
 FRBIRE, José Geraldés — 80

- FREYRE, Gilberto — X, 122, 129, 130, 132, 133, 134, 135
FRÍGIA — 8, 9
FRISK, Hjalmar — 34
FROBEN — VII, 27
FULGÊNCIO — 73
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN — 122
- GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA** (Pernambuco) — 102
GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA (Rio de Janeiro) — 102, 109, 110, 111,
GALATEIA — 43, 45
GALLEGOS, Manuel de — 37
GALLERY, City of Manchester Art — X, 98
GAMA, Paulo da — 84
GAMA, Vasco da — 24, 50, 84, 87, 89, 90, 94, 126, 127, 131
GANGES — 13, 17
GARNETT, Richard — 138
GIORGIONE — 57, 71
GLASER, Edward — 127
GOA — 2, 4, 5, 6, 82, 98
GÓIS, Damião de — 26
GOMES, Fernando — 98, 100
GONÇALO (de Castelo Branco), D. — 21
GÓRGONAS — 45
GRANADA — 39
GÖTTINGEN — 39
GRÉCIA (*vide* HÉLADE) — 9, 45, 59
GUADIANA (*vide* ANNA) — 11, 12, 15
- HART**, George C. — 138
HARVARD, Universidade de — 33
HAYLEY, William — 97, 98
HEAD, Brian F. — 134
- HEFESTO** — 45
HEIDELBERG — 34
HEITOR — 9
HÉLADE (*vide* GRÉCIA) — 83
HÉLICON — 3
HEMANS, Mrs. Felicia Dorothea (Browne) — 138
HENRIQUE, Cardeal Infante D. — 7
HENRIQUE, Infante D. — 44, 129
HENRIQUE II (de França) — 71, 72
HENRIQUE IV (de França) — 72
HERCULANO, Alexandre — 10, 12
HÉRCULES — 16, 17, 18, 22, 30, 88
HERESCU, N. I. — 79
HERTER, Hans — 79
HESÍODO — 44, 45
HESPÉRIA — 13
HEWITT, James E. — 138
HIGHET, Gilbert — 1
HISPÂNIA (*vide* IBÉRIA) — VII, 10, 12, 13, 26, 27, 120
HOMERO — 17, 18, 23, 29, 30, 43, 97
HORÁCIO — 62
HUDSON, rio — 119
HUMBOLDT, W. von — 105
HURRICANES, Cape of (*vide* BOA ESPERANÇA, Cabo da) — 128
HYTHLODAEUS, Raphael — 29
- IBÉRIA** (*vide* HISPÂNIA) — 120
IBÉRICA, Península — 10, 11
IDEA, selva — 65
ÍLO — 87
ÍNDIA — 5, 6, 16, 17, 19, 26, 90, 111, 126
ÍNDICO, Oceano — 16, 19
INGLATERRA — 99, 135
INQUISIÇÃO — 116
ISABEL, a Católica — 10, 11, 26
ÍTACA — 90
ITÁLIA — 8, 9, 17, 116

- IULIA, gens** — 88, 89
IULO (*vide* ASCÂNIO) — 88
- JACKET, White** (*vide* MELVILLE, Herman) — 131
JOÃO II, D. — 4, 10, 27, 128
JOÃO III, D. — 29
JÓVIO, Paulo — 6
JUAN, DON — 131
JÚLIO II, papa — 15
JUNO — 91
JÚPITER — 21, 23, 50, 55, 56, 57, 65, 84, 91, 116, 118
JUROMENHA, Visconde de — 25, 117
- KNAUER, George Nikolaus** — 79
KNIGHT, Jackson — 88
KRISTELLER, P. O. — 28, 31
- LABÉ, Louise** — 71
LÁCIO — 90
LÁGRIMAS, Campos das — 86
LANG, Henry — 113
LAPA, M. Rodrigues — 79
LEÃO, A. Carneiro — 108, 109
LEÃO, D. Gaspar de — 82
LEÃO, Duarte Nunes de — 127
LEDA — 64
LE GENTIL, Georges — 43, 44, 54
LEIDA — 81
LEONI, Francisco Evaristo — 103, 105, 106
LIBER Pater (*vide* BACO) — VII, 12, 14, 15, 30
LIBRARY OF CONGRESS — 121, 138
LIBRARY, New York Public — 138
LICEU DE PEDRO NUNES — 137
LIBU (*vide* BACO) — 19
LIMA, Oliveira — 121
LÍPARAS, Ilhas — 45
LIPSIA (= Leipzig) — 79
- LISA ou LYSA** — VI, VII, 12, 14, 19, 27, 28
LISBOA — VIII, IX, X, XI, XII, 3, 4, 5, 9, 25, 26, 29, 36, 37, 41, 54, 79, 80, 81, 82, 93, 98, 101, 102, 103, 106, 108, 114, 122, 128, 129, 134, 136, 137, 138, 139
LONDRES — 30, 54, 81, 94, 97, 121
LOT — 81
LOURENÇO, António Lopes (*vide* LUSITANO, João) — 139
LOUSIOS, rio (*vide* LÚSIOS) — XI
LUCANO — 51
LÚCIO — 59
LUCRÉCIO — 115
LUÍS, Infante D. — 74
LÚSIOS, rio (*vide* LOUSIOS) — XI
LUSITANIA ou LYSITANIA (*vide* LYSIA) — VI, VII, XI, 9, 10, 11, 11-12, 12, 13, 14, 15, 19, 26, 27, 75
LUSITANO, João (*vide* LOURENÇO, António Lopes) — 139
LUSITANUS, Amatus (*vide* CASTELO BRANCO, João Rodrigues de) — 12
LUSITANUS, Didacus Pyrrhus (*vide* PIRES, Diogo) — 6, 12, 26
LUSO — VI, VII, 12, 14, 15, 19, 27, 28
LYSIA (*vide* LUSITANIA) — 13
- MACAU** — 120, 122
MACBETH — 131
MACEDO, José Agosinho de — 51, 127
MACEDÓNIA, rei da (*vide* MAGNO, Alexandre) — 29
MACRÓBIO — 8, 24, 56
MADARIAGA, Don Salvador de — 139

- MADRID — 41, 93, 99
MAGALHÃES, Figueiredo de — 109
MAGGS Brothers — 121
MAGNO, Alexandre (*vide* MACE-
DÓNIA, rei da) — 16, 17, 18,
22, 29, 30
MALAGON, Pedro de Villa Franca
— 99
MANES — 92, 95
MANTUANO (*vide* VIRGÍLIO) — 86,
92
MANUEL, D. João — 8
MANUEL I, D. — 8, 9, 15, 17, 28
MARCELOS (família de Roma) —
9
MARCELO (sobrinho de Augusto)
— 88
MARIA, Infanta D. — 118
MARIA, Virgem — 21
MARQUESAS, Ilhas — 135
MARROCOS — 60
MARTE — 76, 91
MARTINS, Joaquim Pedro de Oli-
veira — 103, 105, 106, 107
MÁRTIRES, D. Frei Timóteo dos
— 123
MATEUS, Morgado de — 117
MAURITÂNIA — 44
MÁXIMO, Quinto Fábio (*vide*
CUNCTATOR) — 88
MÉCIA, D. (condessa de Vila Nova
de Portimão) — 20
MEDUSA — 45, 48
MELA, Pompónio — 8
MELAMPO (nome de cão) — 60
MELINDE — 84
MELVILLE, Herman (*vide* JACKET,
White) — 114, 130, 131, 132,
134, 135, 139
MENDES, João — 51
MENESES, família dos — 75
MENESES, D. Garcia de, bispo — 10
MENESES, João Rodrigues de Sá
de — 6, 7, 8
MENESES, Miguel Pinto de — 29
MENESES, D. Pedro de — 29
MENESES, D. Pedro de (*vide*
ALCOUTIM, conde de; e VILA
REAL, marquês de) — 6, 7, 9, 29
MERCÚRIO — 91
MÉRIDA — 11
MICKLE, William Julius — VIII,
IX, XII, 113, 114, 131, 138, 139
MILTON, John — 97
MINAS GERAIS — 137
MINERVA — 3
MIRANDA, Francisco de Sá de —
60, 61
MISTRAL, Frédéric — 122
MITCHELL, Thomas Livingston —
138
MONDEGO — 3, 4, 119
MONETARIUS, Dr. (*vide* MÜNZER,
Jerónimo) — 4
MONTEIRO, António Augusto de
Carvalho — 121
MONTENEGRO, J. Peres — 93
MONTORO, Reinaldo Carlos — 103
MORE, Sir Thomas — 29
MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE
COIMBRA — 3, 7, 12
MOSTEIRO DE SANTA CRUZ, prior
do (*vide* CAMÕES, D. Bento de)
— 119
MÜNCHEN (= Munique) — 41
MÜNZER, Jerónimo (*vide* MONE-
TARIUS, Dr.) — 4, 5
MURÇA, Frei Diogo de — 38, 39
MUSAS — 3, 18, 76, 86, 117
MUSEU DE ARTE DE S. PAULO —
X, 72
MUSEU, profeta — 87
MUSEU DE RUÃO (DES BEAUX-
-ARTS) — X, 72

- MUSEUM OF FINE ARTS (Boston) — 56, 59
- MUSEUM, Pergamon (Berlim Or.) — 44
- MUSGRAVE, Thomas Moore — 138
- NABUCO, Joaquim — 55, 70, 79, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122
- NASHVILLE (capital do Tennessee, E. U. A.) — 41
- NAVARINO, batalha de — 131
- NAVARRA — 11, 26
- NEBRIJA — 13
- NEBRIJA, Élio António de — 8, 10, 12, 13, 15, 28, 37, 39
- NEMEIA — 22
- Neoplatonismo* — 30, 64, 81, 94
- NEPTUNO — 46, 48, 117
- NEREU — 46, 47, 54
- NETO, Serafim da Silva — 28
- NÉVIO — 56
- NEW YORK (= Nova Iorque) — IX, X, 26, 28, 31, 33, 41, 79, 80, 114, 120, 123, 125, 134, 138, 139
- NICANDRO — 8
- NILO — 126
- NILSSON, Martin — 22
- NINEAS — 47, 50, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 90, 94, 117
- NISA — 30
- NUNES, Luís — 38, 39, 41
- OCEANO — 46, 54, 90, 117, 132, 133
- OLIMPO — 21, 44, 56, 91
- OLÍVIA (personagem de Shakespeare) — 66
- ORCO — 21
- ORDEM DOS PREGADORES — 77
- ORFEU — 87
- ORIENTE — 2, 5, 15, 71, 90, 101, 117
- ORTA, Garcia de — 5
- ORTIGÃO, Joaquim da Costa Ramalho — 108, 109, 110
- OSORIO, Balthasar — 54
- OURELHÃO (rei imaginário) — 61
- OVÍDIO — 19, 43, 46, 47, 57, 58, 60, 62, 64, 69, 70, 71, 72, 115, 116
- OXFORD — 41, 79, 93
- PACÍFICO, Oceano — 135
- PALAS (*vide* ATENA) — 58, 91
- PAN — VII, 12
- PANDÍON — 67
- PÂNFAGO (nome de cão) — 60
- PANTEÃO — 23
- PARANAÍACABA, barão de (*vide* SOUSA, João Cardoso de Menezes e) — 102
- PARIS — 29, 31, 38, 41, 79, 81, 121
- PARMA — 39, 41, 70
- PARNASO — 62
- PASTRANA, Juan de — 12
- PAULUS, A. — 99, 100
- PAVIA — 81
- PEDRO, Infante D. — 9
- PEDRO II, Imperador D. — VIII
- PEIXOTO, Afrânio — VIII, 93, 118, 122
- PELAYO, Marcelino Menéndez y — 104
- PELEU — 46, 47
- PELHAM — 131
- PENTEU — 58
- PEREIRA, F. M. Esteves — 81
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha — 80
- PEREIRA, Nuno Álvares (*vide* CONDESTÁVEL) — 128
- PÉRGAMO — 44
- PERNAMBUCO — 102

- PETRARCA, Francisco — 6
 PIMENTA, Alfredo — 28
 PIMPÃO, A. J. Costa — 10, 79, 80, 136
 PINA, Rui de — 4
 PIRES, Diogo (*vide* LUSITANUS, Didacus Pyrrhus e EBORENSIS, Flavius) — 6, 12, 26
 PLATÃO — 80, 94
 PLÍNIO, o VELHO — VI, VII, 8, 12, 14, 16, 28
 POITIERS, Diana de — 71, 72
 POLIFEMO — 35, 43, 45, 46, 47, 48, 51
 POMBAL, Marquês de — 4, 101
 POMPEIA — 60
 PONTANO, G. — 8
 PORTIMÃO, conde de Vila Nova de (*vide* CASTELO BRANCO, D. Martinho de) — 21
 PORTO — XI, 25, 26, 54, 99, 103, 106, 122
 PORTUGAL — VII, VIII, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 17, 26, 27, 29, 37, 39, 72, 78, 84, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 110, 111, 113, 115, 116, 119, 121, 123, 125, 133
 POST, H. Houwens — XI
 PRESTAGE, Edgar — 138
 PROMETEU — 43
 PROTEU — 50
 PROVIDÊNCIA, Santa — 23
- QUILLINAN, Edward — 113, 138
 QUIRINO — 30, 91
- RABELAIS, François — 33, 37, 128
 RAFAEL — 55, 57, 112
 RAGUSA (= Dubrovnik) — 26
 RAMALHO, A. Costa — I, X, 25, 26, 31, 41, 80, 81, 122, 136
- RÉGIO, Rafael — 70
 REINACH, Salomon — 81
 RESENDE, André de — VI, VII, 14, 25, 27, 28
 RESENDE, André Falcão de — 2, 3, 4, 25, 75
 RESENDE, António de — 2
 RESENDE, Duarte de — 60
 RESENDE, Garcia de — 25
 RETIRO LITERÁRIO PORTUGUÊS — 102
 RIBACOA — 133
 RIBEIRO, Bernardim — 108
 RICHEPIN, Jean — 122
 RIO DE JANEIRO — VIII, IX, 27, 28, 102, 103, 109, 110, 138
 ROCHA, Andrée Crabbé — 136
 RODRIGINO, Célio — 8, 28
 RODRIGUES, A. A. Gonçalves — 98
 RODRIGUES, José Maria — VI, 21, 36, 54, 118, 127
 ROMA — 9, 10, 15, 17, 23, 30, 31, 45, 83, 88, 89, 90
 ROMERO, Sylvio — 123
 ROMNEY, navio de guerra — 131
 RÓMULO — 89
 RONSARD, Pierre de — 71
 ROOSEVELT, Kermet — 114, 122, 123
 ROOSEVELT, Theodore — 114
 ROTERDÃO — 27
 ROTH, Cecil — 26
 ROY, Rob — 131
- SÁ, A. Moreira de — 29
 SALGADO JR., António — XI
 SALOMÃO — 81
 SANTA CLARA, Francisco de Paula — 84
 SANTA COMBA — 61
 SANTARÉM — 38
 SÃO BENTO, palácio de — 136

- SÃO PAULO — 17, 102, 103, 134
 SÁTIROS (*vide* FAUNOS) — 63, 65, 67
 SCHMITT, Jack — 134
 SCHWYZER, Eduard — 41
 SCOTT, Walter — 131
 SEBASTIÃO, D. — 18, 74, 75, 77, 128
 SELINUNTE, métopa de — 59
 SÉMELE — 13, 19, 57
 SEPÚLVEDA, Manuel de Sousa — 50, 128
 SÉRGIO, António — 82
 SERRA, Abade Correia da — VIII, XII
 SEZNEC, Jean — 22
 SHAKESPEARE, William — 66
 SICÍLIA — 35, 45, 47, 48
 SÍCULO, Cataldo Parísio — 5, 6, 7, 8, 10, 13, 20, 25
 SÍCULO, Lúcio Marineo — 10
 SÍFNIOS, tesouro dos — 44
 SIGEU — 17, 18, 29
 SILVA, Maria de Fátima de Sousa e — X
 SILVA, M. Margarida Brandão Gomes da — 26
 SILVA, D. Miguel da (*vide* VISEU, bispo de) — 7
 SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e — 93
 SILVEIRA, Heitor da — 2, 128
 SÍLVIO Piccolomini (Papa Pio II), Eneias — 8
 SIMÃO, José Veiga — 136
 SINTRA — 76
 SÍRIA — 16
 SMYTHE, Sir Percy Clinton Sydney (*vide* STRANGFORD, Visconde de) — 138
 SOCIEDADE DE SOCORROS MÚTUOS LUÍS DE CAMÕES — 102
 SOL (deus) — 24, 61
 SOUSA, Manuel de Faria e — 1, 35, 67, 70, 74, 75, 93, 99, 127
 SOUSA, João Cardoso de Meneses e (*vide* PARANAPIACABA, barão de) — 102
 SOUSA, Martim de — 5
 SOUTO, Diogo do — 102
 SPENSER, Edmund — 97
 SPICER, Tom — 97
 STOCHAMER, Sebastião — 39, 41
 STORCK, Wilhelm — 4, 25, 118
 STRANGFORD, Visconde de (*vide* SMYTHE, Sir Percy Clinton S.) — 131, 138
 SUÍÇA — 26
 TÁCITO, Cornélio — 30
 TAÍPI — 135
 TAITI — 139
 TAPROBANA (*vide* CEILÃO) — 16, 17, 18, 29
 TÁRTARO — 21, 86
 TASSO, Torquato — 117
 TATHAM, F. — 97
 TÁVORA, D. Violante de — 74
 TEBAS, príncipe de (*vide* ACTÉON e ANTÉON) — 74, 77
 TEJO — 11
 TEÓCRITO — 43, 45
 TERRA (deusa) — 44, 46
 TERRA, José — 54
 TESSÁLIA — 59
 TESTAMENTO, Antigo — 81
 TÉTIS (= *Tethys*) — 24, 46, 54, 90
 TÉTIS (= *Thetis*) — 43, 46, 48, 49, 51, 54
 TETUAN — 79
 TEXTOR, Ravísio — 37, 39, 43
 TIBÉRIO — 30
 TICIANO — 20, 56, 64, 70, 71
 TIFEU — 48
 TIONEU (*vide* BACO) — 19

- TIRÉSIAS — 58
 TORMENTÓRIO, Cabo (*vide* BOA
 ESPERANÇA, Cabo da) — 35, 49
 TOUCHET, Marie — 72
 TRIGOSO, Sebastião Francisco de
 Mendo — VIII
 TRINDADE, Santíssima — 73
 TRÓIA — 48, 84, 90

 ULISSÉS — 35, 45, 47, 48, 51, 90, 131
 UNIDOS da América, Estados —
 VII, 55, 70, 112, 126
 UNIVERSIDADE DE HARVARD — 120
 UNIVERSITY, Columbia — X
 UNIVERSITY, Cornell — 112, 119
 UNIVERSITY, New York — X
 UNIVERSITY, Vanderbilt — 41
 UNIVERSITY, Yale — 112, 113, 114,
 117, 120
 URÂNIA — 20

 VAN DEN BESSELAAR, José — 28
 VARRÃO, Marco — VI, VII, 8, 12
 VASCONCELOS, Basílio de — 25
 VENEZA — 70, 71, 108
 VÉNUS — 19, 20, 23, 45, 50, 55,
 56, 57, 64, 65, 66, 80, 84, 94,
 116, 117, 118
 VERONESE (*vide* CALIARI, Paolo) —
 56, 57, 71

 VERTOVA, Luísa — 79
 VESTA — 61
 VICENTE, Gil — 65, 108
 VICTORIA, Anrique Ayres — 74, 75
 VICTORIA Nyanza — 126
 VIEIRA, Dulce da Cruz — 26
 VIEIRA, Carlos Cyrillo da Silva — 121
 VILA REAL, marquês de (*vide*
 MENESES, D. Pedro de; e ALCOU-
 TIM, conde de) — 7
 VIRGÍLIO (*vide* MANTUANO) — VI,
 8, 19, 23, 24, 27, 30, 31, 35,
 41, 43, 46, 47, 56, 57, 65, 86,
 87, 88, 89, 92, 93, 115
 VIRGÍLIO, Marcelo — 8
 VISEU, bispo de (*vide* SILVA,
 D. Miguel da) — 7
 VITERBO, Frei Egídio de — 15, 16,
 17, 18, 28
 VULCANO — 45, 46

 WASHINGTON — 120, 121, 138
 WATERHOUSE, E. K. — 70, 80
 WEST, S. GEORGE — VIII, XII, 138
 WILLIAMS, Gordon — 93
 WILLIS, J. — 79

 XISTO IV, papa — 10

 ZEUS — 57

ÍNDICE GERAL

PRÓLOGO	V
I — A tradição clássica em <i>Os Lusíadas</i>	1
II — Sobre o nome de Adamastor	33
III — Aspectos clássicos do Adamastor	49
IV — O mito de Actéon em Camões	55
V — A Ilha dos Amores e o Inferno Virgiliano	83
VI — Para a iconografia de Luís de Camões	97
VII — Joaquim Nabuco e Camões	101
VIII — Varia Camoneana	125
ÍNDICES	141
ÍNDICE ONOMÁSTICO	143
ÍNDICE GERAL	155

(Página deixada propositadamente em branco)

PUBLICAÇÕES

CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS
(*INSTITUTO DE ALTA CULTURA*)
FACULDADE DE LETRAS — COIMBRA — PORTUGAL

PULQUÉRIO, Manuel de Oliveira — **Problemática da tragédia sofocliana**. Coimbra, 1968.

RAMALHO, Américo da Costa — **Estudos sobre a Época do Renascimento**. Coimbra, 1969.

FREIRE, José Geraldes — **A versão latina por Pascásio de Dume dos «Aphthegmata Patrum»**. *Tomo I*: Introdução cultural; Pascásio como tradutor; texto crítico. *Tomo II*: Descrição dos manuscritos; genealogia dos códices. Coimbra, 1971.

Actas do «Colóquio sobre o Ensino do Latim». Coimbra, 1973.

FREIRE, José Geraldes — **Commonitiones Sanctorum Patrum. Uma nova coleção de apotegmas**. Estudo filológico; texto crítico. Coimbra, 1974.

EURÍPIDES — **Ifigénia em Áulide**. Introdução e tradução de CARLOS ALBERTO PAIS DE ALMEIDA. Coimbra, 1974.

CATALDO PARÍSIO SÍCULO — **Duas Orações**. Prólogo, tradução e notas de MARIA MARGARIDA BRANDÃO GOMES DA SILVA. Introdução e revisão de AMÉRICO DA COSTA RAMALHO. Coimbra, 1974.

PUBLICAÇÕES

INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

FACULDADE DE LETRAS — COIMBRA — PORTUGAL

- RAMALHO, Américo da Costa e NUNES, João de Castro — **Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, relativos à Antiguidade Clássica.** Coimbra, 1945.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha — **Hélade** (Antologia da Cultura Grega). Coimbra, 3.^a edição, 1972.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha — **Greek Vases in Portugal.** Coimbra, 1962.
- FERNANDES, João — **A Oração sobre a Fama da Universidade (1548).** Introdução, tradução e notas de JORGE ALVES OSÓRIO. Coimbra, 1967.
- ÉSQUILO — **As Suplicantes.** Introdução, tradução e notas de ANA PAULA QUINTELA FERREIRA SOTTOMAYOR. Coimbra, 1968.
- EURÍPIDES — **Andrómaca.** Introdução, tradução e notas de JOSÉ RIBEIRO FERREIRA. Coimbra, 1971.
- CATALDO PARÍSIO SÍCULO — **Martinho, Verdadeiro Salomão.** Prólogo, tradução e notas de DULCE DA CRUZ VIEIRA. Introdução e revisão de AMÉRICO DA COSTA RAMALHO. Coimbra, 1974.

CORRIGENDA

Na página 12, linha 21, onde se lê ou, leia-se e

Na página 72 linha 8, onde se lê Gabrielle, leia-se Françoise

Na página 79, linha 21, onde se lê Fernandes, leia-se Fernanda

Na página 88, linha 6, onde se lê plotemaica, leia-se ptolemaica

Na página 98, penúltima linha, onde se lê Francisco, leia-se Fernando

*Edição do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de Alta Cultura (Projecto CL-1)*

*Composto e Impresso na «Gráfica de Coimbra» em 7-1975
500 exemplares*

(Página deixada propositadamente em branco)

